Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital 1

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo 2

Balanço Patrimonial Passivo 3

Demonstração do Resultado 5

Demonstração do Resultado Abrangente 6

Demonstração do Fluxo de Caixa 7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012 8

DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011 9

Demonstração do Valor Adicionado 10

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo 11

Balanço Patrimonial Passivo 13

Demonstração do Resultado 15

Demonstração do Resultado Abrangente 16

Demonstração do Fluxo de Caixa 17

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012 19

DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011 20

Demonstração do Valor Adicionado 21

Comentário do Desempenho 22

Notas Explicativas 26

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes 123

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva 126

Motivos de Reapresentação 128

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2012
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	1.087.050.297
Preferenciais	265.583.803
Total	1.352.634.100
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
1	Ativo Total	113.784.230	111.690.509
1.01	Ativo Circulante	21.938.361	21.382.893
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	5.071.645	4.431.367
1.01.01.01	Caixa	1.292.434	1.396.729
1.01.01.02	Caixa Restrito	3.779.211	3.034.638
1.01.02	Aplicações Financeiras	8.710.229	8.499.178
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	8.710.229	8.499.178
1.01.02.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	8.710.229	8.499.178
1.01.03	Contas a Receber	459.671	579.433
1.01.03.01	Clientes	459.671	579.433
1.01.04	Estoques	723	729
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	7.696.093	7.872.186
1.01.08.03	Outros	7.696.093	7.872.186
1.01.08.03.01	Financiamentos e empréstimos	3.772.653	3.848.043
1.01.08.03.02	Conta de consumo de combustível	1.425.446	1.184.936
1.01.08.03.03	Remuneração de participações acionárias	611.020	633.832
1.01.08.03.04	Impostos e Contribuições sociais	1.369.934	1.594.227
1.01.08.03.05	Ativo financeiro-Concessão de serviço Público	151.999	310.960
1.01.08.03.07	Diversos	365.041	300.188
1.02	Ativo Não Circulante	91.845.869	90.307.616
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	35.939.782	35.424.413
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	389.141	379.707
1.02.01.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	389.141	379.707
1.02.01.06	Tributos Diferidos	2.123.383	2.044.513
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	2.123.383	2.044.513
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	33.427.258	33.000.193
1.02.01.09.03	Ativo financeiro-Concessões de serviço público	2.364.271	1.724.009
1.02.01.09.04	Financiamentos e empréstimos	23.404.193	23.878.099
1.02.01.09.05	Cauções e Depósitos vinculados	730.124	715.189
1.02.01.09.06	Conta de consumo de combustível	567.234	727.136
1.02.01.09.07	Adiantamento para futuro aumento de capital	6.084.319	5.673.361
1.02.01.09.08	Diversos	277.117	282.399
1.02.02	Investimentos	55.745.600	54.722.656
1.02.02.01	Participações Societárias	55.745.600	54.722.656
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	3.731.295	3.603.645
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	51.469.705	50.623.022
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	544.600	495.989
1.02.03	Imobilizado	112.799	112.397
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	109.296	108.894
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	3.503	3.503
1.02.04	Intangível	47.688	48.150
1.02.04.01	Intangíveis	47.688	48.150
1.02.04.01.02	Outros	47.688	48.150

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2	Passivo Total	113.784.230	111.690.509
2.01	Passivo Circulante	10.634.344	9.635.996
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	24.273	21.128
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	24.273	21.128
2.01.02	Fornecedores	304.455	384.676
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	304.455	384.676
2.01.03	Obrigações Fiscais	70.329	40.190
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	70.329	40.190
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	70.329	40.190
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	642.056	488.120
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	642.056	488.120
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	642.056	488.120
2.01.05	Outras Obrigações	9.593.231	8.701.882
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	112.842	109.050
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	112.842	109.050
2.01.05.02	Outros	9.480.389	8.592.832
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	4.424.655	4.323.713
2.01.05.02.04	Empréstimo compulsório	12.977	15.620
2.01.05.02.05	Adiantamento de clientes	376.426	368.943
2.01.05.02.06	Conta de consumo de combustível	3.788.104	3.079.796
2.01.05.02.07	Obrigações de ressarcimento	789.360	710.308
2.01.05.02.08	Benefício Pós- emprego	4.472	4.375
2.01.05.02.09	Participação nos lucros e resultados	0	37.800
2.01.05.02.10	Diversos	84.395	52.277
2.02	Passivo Não Circulante	24.958.404	25.211.004
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	17.435.668	17.806.158
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	17.435.668	17.806.158
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	8.967.052	8.931.891
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	8.468.616	8.874.267
2.02.02	Outras Obrigações	5.061.793	5.102.619
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	128.809	155.676
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	128.809	155.676
2.02.02.02	Outros	4.932.984	4.946.943
2.02.02.02.02	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	148.695	148.695
2.02.02.02.03	Empréstimo compulsório	245.669	211.554
2.02.02.02.04	Remuneração aos acionistas	3.222.260	3.143.222
2.02.02.02.05	Conta de consumo de combustíve l- CCC	835.806	954.013
2.02.02.02.06	Benefício Pós-Emprego	161.408	161.408
2.02.02.02.07	Diversos	319.146	328.051
2.02.03	Tributos Diferidos	405.319	383.682
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	405.319	383.682
2.02.04	Provisões	2.055.624	1.918.545
2.02.04.02	Outras Provisões	2.055.624	1.918.545
2.02.04.02.04	Provisões para contingências	1.471.087	1.446.397
2.02.04.02.05	Provisões para passivo a descoberto em controladas	584.537	472.148
2.03	Patrimônio Líquido	78.191.482	76.843.509

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2.03.01	Capital Social Realizado	31.305.331	31.305.331
2.03.02	Reservas de Capital	26.048.342	26.048.342
2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações	3.384.310	3.384.310
2.03.02.07	Doações e subvenções	19.258.527	19.258.527
2.03.02.08	Outras reservas de capital	3.405.505	3.405.505
2.03.04	Reservas de Lucros	19.294.546	19.277.029
2.03.04.01	Reserva Legal	2.233.017	2.233.017
2.03.04.02	Reserva Estatutária	16.337.994	16.337.994
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	723.535	706.018
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	1.267.964	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	220.915	220.915
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	54.384	-8.108

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.269.165	1.086.571
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-67.431	-59.780
3.02.01	PASEP/COFINS	-67.431	-59.780
3.03	Resultado Bruto	1.201.734	1.026.791
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-106.063	165.966
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-1.188.718	-790.145
3.04.02.01	Pessoal, material e serviço	-107.675	-112.260
3.04.02.02	Energia comprada para revenda	-584.838	-469.458
3.04.02.03	Depreciaçao e amortização - Imobilzado e Intangível	-1.513	-1.613
3.04.02.04	Provisões operacionais	-242.213	-104.830
3.04.02.05	Doações e contribuições	-89.130	-74.536
3.04.02.06	Outras	-163.349	-27.448
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	1.082.655	956.111
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.095.671	1.192.757
3.06	Resultado Financeiro	393.606	243.588
3.06.01	Receitas Financeiras	1.089.445	991.206
3.06.02	Despesas Financeiras	-695.839	-747.618
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	1.489.277	1.436.345
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-221.313	-151.779
3.08.01	Corrente	-221.313	-151.779
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	1.267.964	1.284.566
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	1.267.964	1.284.566
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
4.01	Lucro Líquido do Período	1.267.964	1.284.566
4.02	Outros Resultados Abrangentes	62.492	-7.300
4.02.01	Ajustes acumulados de conversão	-10.167	-1.795
4.02.03	Valor justo de instrumentos financeiros disponíveis para venda	115.561	83.822
4.02.05	Partic. no resultado abrangente das subsidiárias, coligadas e sociedades de controle compartilhado	-10.709	-60.828
4.02.06	IR / CSSL diferidos	-32.193	-28.499
4.03	Resultado Abrangente do Período	1.330.456	1.277.266

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-12.697	747.713
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	521.380	892.152
6.01.01.01	Resultado antes do IR e da CSSL	1.489.277	1.436.345
6.01.01.02	Depreciação e amortização	1.513	1.613
6.01.01.03	Variação monetária/cambial	-94.392	72.915
6.01.01.04	Encargos financeiros	-354.971	-352.457
6.01.01.05	Resultado de equivalência patrimonial	-1.082.655	-956.111
6.01.01.06	Provisão para Contingências	24.690	-993
6.01.01.07	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	23.901	27.562
6.01.01.08	Ajuste a valor presente	-2.906	0
6.01.01.09	Encargos de reserva global de reversão	92.876	85.503
6.01.01.10	Encargos sobre recursos de acionistas	197.924	365.297
6.01.01.11	Provisão para perda com Investimentos	66.822	30.448
6.01.01.12	Provisão para passivo a descoberto	112.388	27.619
6.01.01.13	Outras	46.913	154.411
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-898.521	-341.451
6.01.02.01	Contas a Receber	-8.460	17.546
6.01.02.02	Títulos e valores mobiliários	-220.485	568.711
6.01.02.04	Almoxarifado	6	-160
6.01.02.05	Ativo financeiro - Concessões de Serviço Público	-556.147	-549.589
6.01.02.07	Fornecedores	-80.221	30.242
6.01.02.09	Obrigações estimadas	3.145	2.151
6.01.02.10	Outros ativos e passivos operacionais	-36.359	-410.352
6.01.03	Outros	364.444	197.012
6.01.03.01	Pagamento de encargos financeiros	-87.850	-86.431
6.01.03.02	Pagamento de encargos da Reserva Gloval de Reversão	-56.419	-57.643
6.01.03.04	Recebimento de encargos financeiros	433.885	399.865
6.01.03.05	Pagamento de IR e CSLL	-42.443	-117.267
6.01.03.06	Recebimento de remuneração de investimentos em participações societarias	120.312	58.903
6.01.03.07	Depósitos Judiciais	-3.041	-415
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-64.486	-468.879
6.02.01	Concessão de empréstimos e financiamaentos	-355.963	-561.504
6.02.02	Recebimento de empréstimo e financeimaneto concedidos	588.700	537.567
6.02.04	Aquisição de ativo imobilizado	-1.433	-12.062
6.02.07	Aquisição/aporte de capital em participação societária	-679	0
6.02.08	Concessão de Adiantamento para futuro aumento de capital	-295.111	-432.880
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-27.112	148.194
6.03.01	Empréstimo e financiamento obtidos a longo prazo	0	3.463
6.03.02	Pagamento de empréstimo e financiamento principal	-236.559	-211.864
6.03.03	Pagamento e remuneração aos acionistas	-427	0
6.03.06	Empréstimo Compulsório e Reserva Global Reversão	209.874	356.595
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-104.295	427.028
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.396.729	5.598.702
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.292.434	6.025.730

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	31.305.331	26.048.342	19.497.947	0	-8.111	76.843.509
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	31.305.331	26.048.342	19.497.947	0	-8.111	76.843.509
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	17.517	1.267.964	62.492	1.347.973
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.267.964	0	1.267.964
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	17.517	0	62.492	80.009
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	115.561	115.561
5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros	0	0	17.517	0	0	17.517
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Controladas e Coligadas	0	0	0	0	-10.709	-10.709
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-10.167	-10.167
5.05.02.06	IR/CS diferido s/ Outros resut. Abrangentes	0	0	0	0	-32.193	-32.193
5.07	Saldos Finais	31.305.331	26.048.342	19.515.464	1.267.964	54.381	78.191.482

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	26.156.567	26.048.342	17.558.051	163.334	377.817	70.304.111
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	-264	0	-264
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	26.156.567	26.048.342	17.558.051	163.070	377.817	70.303.847
5.04	Transações de Capital com os Sócios	5.148.764	0	19.907	0	0	5.168.671
5.04.01	Aumentos de Capital	5.148.764	0	0	0	0	5.148.764
5.04.08	Encargos financeiros- Decreto 2.673/98	0	0	19.907	0	0	19.907
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.284.567	-7.297	1.277.270
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.284.567	0	1.284.567
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-7.297	-7.297
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	83.822	83.822
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Controladas e Coligadas	0	0	0	0	-60.825	-60.825
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-1.795	-1.795
5.05.02.06	IR/CS diferido sobre os outros resultados abrangentes	0	0	0	0	-28.499	-28.499
5.07	Saldos Finais	31.305.331	26.048.342	17.577.958	1.447.637	370.520	76.749.788

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
7.01	Receitas	1.273.970	1.086.571
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.273.970	1.086.571
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-777.562	-520.453
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-192.724	-50.995
7.02.04	Outros	-584.838	-469.458
7.02.04.01	Energia comprada para revenda	-584.838	-469.458
7.03	Valor Adicionado Bruto	496.408	566.118
7.04	Retenções	-243.726	-106.443
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.513	-1.613
7.04.02	Outras	-242.213	-104.830
7.04.02.01	Provisões operacionais	-242.213	-104.830
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	252.682	459.675
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	2.172.100	1.947.317
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	1.082.655	956.111
7.06.02	Receitas Financeiras	1.089.445	991.206
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	2.424.782	2.406.992
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	2.424.782	2.406.992
7.08.01	Pessoal	83.105	88.713
7.08.01.01	Remuneração Direta	77.777	82.072
7.08.01.04	Outros	5.328	6.641
7.08.01.04.01	Plano de apoentadoria e pensão	5.328	6.641
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	288.744	211.559
7.08.02.01	Federais	288.744	211.559
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	784.969	822.154
7.08.03.01	Juros	695.839	747.618
7.08.03.03	Outras	89.130	74.536
7.08.03.03.01	Doações e contribuições	89.130	74.536
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	1.267.964	1.284.566
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	1.267.964	1.284.566

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
1	Ativo Total	164.768.886	163.142.432
1.01	Ativo Circulante	36.657.299	36.662.672
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	8.232.203	7.994.425
1.01.01.01	Caixa	4.452.992	4.959.787
1.01.01.02	Caixa restrito	3.779.211	3.034.638
1.01.02	Aplicações Financeiras	11.215.323	11.252.504
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	11.215.323	11.252.504
1.01.02.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	11.215.323	11.252.504
1.01.03	Contas a Receber	4.438.938	4.352.024
1.01.03.01	Clientes	4.438.938	4.352.024
1.01.04	Estoques	768.325	747.387
1.01.04.01	Almoxarifado	379.662	358.724
1.01.04.02	Estoque	388.663	388.663
1.01.07	Despesas Antecipadas	67.754	46.322
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	11.934.756	12.270.010
1.01.08.03	Outros	11.934.756	12.270.010
1.01.08.03.01	Financiamentos e empréstimos	2.063.936	2.082.054
1.01.08.03.02	Conta de consumo de combustível - CCC	1.425.446	1.184.936
1.01.08.03.03	Remuneração de participações monetárias	170.777	197.863
1.01.08.03.04	Direito de Ressarcimento	2.550.640	3.083.157
1.01.08.03.05	Impostos e Contribuições Sociais	1.782.186	1.947.344
1.01.08.03.07	Ativo financeiro - Concessão de Serviços Públicos	1.954.243	2.017.949
1.01.08.03.08	Instrumentos financeiros	228.676	195.536
1.01.08.03.09	Diversos	1.758.852	1.561.171
1.02	Ativo Não Circulante	128.111.587	126.479.760
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	66.585.065	66.322.573
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	394.374	398.358
1.02.01.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	394.374	398.358
1.02.01.03	Contas a Receber	1.422.858	1.478.994
1.02.01.03.01	Clientes	1.422.858	1.478.994
1.02.01.04	Estoques	547.322	516.542
1.02.01.04.01	Almoxarifado	83.379	80.909
1.02.01.04.02	Estoque de Combustível Nuclear	463.943	435.633
1.02.01.06	Tributos Diferidos	5.839.705	5.774.286
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	5.839.705	5.774.286
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	58.380.806	58.154.393
1.02.01.09.03	Ativo financeiro - Concessão de Serviço Público	46.817.507	46.149.379
1.02.01.09.04	Financiamentos e empréstimos	7.331.562	7.651.336
1.02.01.09.05	Cauções e depósitos vinculados	2.324.232	2.316.324
1.02.01.09.06	Conta de consumo de combustível	567.234	727.136
1.02.01.09.07	Adiantamento para futuro aumento de capital	4.000	4.000
1.02.01.09.08	Instrumentos financeiros derivativos	200.946	185.031
1.02.01.09.09	Direito de Ressarcimento	548.110	500.333
1.02.01.09.10	Diversos	587.215	620.854
1.02.02	Investimentos	4.765.763	4.570.959
1.02.02.01	Participações Societárias	4.765.763	4.570.959

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	3.949.873	2.706.880
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	815.890	1.864.079
1.02.03	Imobilizado	54.387.027	53.214.861
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	36.009.373	35.220.094
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	18.377.654	17.994.767
1.02.04	Intangível	2.373.732	2.371.367
1.02.04.01	Intangíveis	2.373.732	2.371.367
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	1.896.206	1.518.803
1.02.04.01.02	Outros	477.526	852.564

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2	Passivo Total	164.768.886	163.142.432
2.01	Passivo Circulante	26.434.096	26.124.809
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	863.713	802.864
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	863.713	802.864
2.01.02	Fornecedores	5.578.769	6.338.102
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	5.578.769	6.338.102
2.01.03	Obrigações Fiscais	1.066.772	1.032.521
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	1.066.772	1.032.521
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	1.066.772	1.032.521
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	5.466.635	4.887.560
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	4.559.272	4.005.326
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	3.470.887	3.084.734
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	1.088.385	920.592
2.01.04.02	Debêntures	761.535	739.237
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	145.828	142.997
2.01.05	Outras Obrigações	13.252.690	12.823.572
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	112.842	109.050
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	112.842	109.050
2.01.05.02	Outros	13.139.848	12.714.522
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	4.477.958	4.373.773
2.01.05.02.04	Empréstimo compulsório	13.688	16.331
2.01.05.02.05	Adiantamento de clientes	420.524	413.041
2.01.05.02.06	Conta de consumo de combustível	3.788.104	3.079.796
2.01.05.02.07	Obrigações de ressarcimento	1.549.114	1.955.966
2.01.05.02.08	Previdência complementar	395.796	451.801
2.01.05.02.09	Encargos Setoriais	939.486	901.692
2.01.05.02.10	Concessões a pagar UPB	32.370	35.233
2.01.05.02.11	Instrumentos financeiros derivativos	263.877	269.718
2.01.05.02.12	Incentivo ao desligamento de pessoal	79.867	93.137
2.01.05.02.13	Pesquisa e desenvolvimento	252.753	274.722
2.01.05.02.14	Participaçao no lucro dos resultados	259.024	296.547
2.01.05.02.15	Diversos	667.287	552.765
2.01.06	Provisões	205.517	240.190
2.01.06.02	Outras Provisões	205.517	240.190
2.01.06.02.04	Provisões para contingências	205.517	240.190
2.02	Passivo Não Circulante	59.879.329	59.815.302
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	40.435.584	40.463.306
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	38.373.104	38.408.352
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	21.587.363	20.938.677
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	16.785.741	17.469.675
2.02.01.02	Debêntures	288.235	279.410
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	1.774.245	1.775.544
2.02.02	Outras Obrigações	12.450.685	12.388.586
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	128.809	155.676
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	128.809	155.676
2.02.02.02	Outros	12.321.876	12.232.910

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2.02.02.02.02	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	148.695	148.695
2.02.02.02.03	Empréstimo compulsório	245.669	211.554
2.02.02.02.04	Remuneração aos acionistas	3.222.260	3.143.222
2.02.02.02.05	Conta de consumo de combustível - CCC	835.806	954.013
2.02.02.02.06	Benefício Pós Emprego	2.226.453	2.256.132
2.02.02.02.07	Adiantamento de clientes	867.860	879.452
2.02.02.02.08	Concessões a pagar - Uso do Bem Público	1.555.692	1.234.426
2.02.02.02.09	Instrumentos financeiros derivativos	209.669	197.965
2.02.02.02.10	Incentivos ao desligamento de pessoal	682.408	726.291
2.02.02.02.11	Pesquisa e desenvolvimento	390.541	370.714
2.02.02.02.12	Obrigações de ressarcimento	1.581.883	1.475.262
2.02.02.02.13	Outros	354.940	635.184
2.02.03	Tributos Diferidos	1.908.959	1.902.522
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.908.959	1.902.522
2.02.04	Provisões	4.669.891	4.652.176
2.02.04.02	Outras Provisões	4.669.891	4.652.176
2.02.04.02.04	Provisões contingências	4.669.891	4.652.176
2.02.05	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda e Descontinuados	414.210	408.712
2.02.05.02	Passivos sobre Ativos de Operações Descontinuadas	414.210	408.712
2.02.05.02.01	Obrigação para desmobiliação de ativos	414.210	408.712
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	78.455.461	77.202.321
2.03.01	Capital Social Realizado	31.305.331	31.305.331
2.03.02	Reservas de Capital	26.048.342	26.048.342
2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações	3.384.309	3.384.309
2.03.02.07	Doações e subvenções	19.258.527	19.258.527
2.03.02.08	Outras reservas	3.405.506	3.405.506
2.03.04	Reservas de Lucros	19.294.546	19.277.029
2.03.04.01	Reserva Legal	2.233.017	2.233.017
2.03.04.02	Reserva Estatutária	16.337.994	16.337.994
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	723.535	706.018
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	1.267.964	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	220.915	220.915
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	54.384	-8.108
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	263.979	358.812

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	9.270.930	8.551.982
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.288.167	-1.127.021
3.02.01	Encargos Setoriais	-463.556	-398.353
3.02.02	ICMS	-285.320	-252.475
3.02.03	PASEP/COFINS	-539.291	-476.193
3.03	Resultado Bruto	7.982.763	7.424.961
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-5.674.886	-5.281.346
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-5.884.405	-5.745.196
3.04.02.01	Pessoal, Material e Serviço	-1.831.373	-1.712.648
3.04.02.02	Energia comprada para revenda	-994.231	-932.076
3.04.02.03	Combustível para produção de energia elétrica	-89.477	-138.683
3.04.02.04	Uso da rede elétrica	-388.255	-340.757
3.04.02.05	Remuneração de ressarcimento	-420.449	-296.130
3.04.02.06	Depreciação ativos vinculados a Construção-Transmissão	-749.232	-1.176.673
3.04.02.07	Depreciação e amortização-Imobilizado e Intangível	-443.522	-425.125
3.04.02.08	Provisões operacionais	-338.836	-318.071
3.04.02.09	Resultado a compensar de Itaipu	-192.313	-117.850
3.04.02.10	Doações e contribuições	-109.038	-93.507
3.04.02.11	Outras	-327.679	-193.676
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	300.274
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	209.519	163.576
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	2.307.877	2.143.615
3.06	Resultado Financeiro	-338.288	-276.070
3.06.01	Receitas Financeiras	914.609	827.771
3.06.02	Despesas Financeiras	-1.252.897	-1.103.841
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	1.969.589	1.867.545
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-697.121	-578.697
3.08.01	Corrente	-697.121	-578.697
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	1.272.468	1.288.848
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	1.272.468	1.288.848
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	1.267.964	1.284.566
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	4.504	4.282
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	1.272.468	1.288.846
4.02	Outros Resultados Abrangentes	62.492	-7.300
4.02.01	Ajustes acumulados de conversão	-10.147	-1.795
4.02.02	Ajuste ganhos e perdas atuariais	-41.805	-75.715
4.02.03	Valor justo de instrumentos financeiros disponíveis para venda	165.134	91.155
4.02.04	Ajuste de hedge de fluxo de caixa	1.272	0
4.02.05	Partic. no resultado abrangente das subsidiárias, coligadas e sociedades de controle compartilhado	-17.128	12.803
4.02.06	IR / CSSL diferidos	-34.834	-33.748
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	1.334.960	1.281.546
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	1.330.456	1.277.265
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	4.504	4.281

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.088.786	2.648.251
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	2.534.430	2.280.138
6.01.01.01	Resultado antes do IR e da CSSL	1.969.589	1.867.544
6.01.01.02	Depreciação e amortização	443.529	425.125
6.01.01.03	Variação monetária/cambial	2.225	217.581
6.01.01.04	Encargos financeiros	476.312	-68.466
6.01.01.05	Receita de ativo financeiro	-730.717	-673.673
6.01.01.07	Resultado de equivalência patrimonial	-209.519	-163.576
6.01.01.08	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	262.218	128.356
6.01.01.09	Provisão para contingências	26.659	153.397
6.01.01.10	Provisão para perda com Investimentos	66.822	30.448
6.01.01.11	Encargos de reserva global de reversão	140.528	85.503
6.01.01.12	Ajuste a valor presente	-635	49.068
6.01.01.13	Participação Minoritária no Resultado	-6.824	-6.486
6.01.01.14	Encargos sobre recursos de acionistas	205.958	365.817
6.01.01.15	Perda/Ganho na alienação de ativos	2.647	-5.141
6.01.01.16	Instrumentos financeiros - derivativos	-30.930	-25.510
6.01.01.17	Outras	-83.432	-99.849
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-1.881.884	54.957
6.01.02.01	Contas a receber	-397.010	-141.449
6.01.02.02	Títulos e valores mobiliários	41.165	741.758
6.01.02.03	Direito de ressarcimento	484.740	-451.077
6.01.02.04	Almoxarifado	-23.408	-19.415
6.01.02.05	Estoque de Combustível Nuclear	-28.310	45.839
6.01.02.06	Despesas Pagas Antecipadamente	-21.432	-7.160
6.01.02.07	Ativo financeiro - Concessões de serviço público	-556.147	-549.589
6.01.02.08	Fornecedores	-759.333	-153.605
6.01.02.09	Adiantamento de clientes	-11.592	-19.096
6.01.02.10	Arrendamento mercantil	1.532	-27.229
6.01.02.11	Obrigações estimadas	60.849	18.130
6.01.02.12	Obrigações de ressarcimento	-379.283	407.630
6.01.02.13	Encargos setoriais	37.794	36.661
6.01.02.14	Outros Ativos e Passivos Operacionais	-331.449	173.559
6.01.03	Outros	436.240	313.156
6.01.03.01	Pagamento de encargos financeiros	-364.644	-343.757
6.01.03.02	Pagamento encargos da Reserva Global de Reversão	-56.419	-57.643
6.01.03.03	Recebimento de Receita Anual Permitida	890.270	933.087
6.01.03.04	Recebimento de encargos financeiros	155.151	189.515
6.01.03.05	Pagamento de imposto de renda e contribuição social	-251.551	-458.631
6.01.03.06	Recebimento de remuneração de investimentos em part. societárias	122.525	60.532
6.01.03.07	Depósitos judiciais	-59.092	-9.947
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-2.253.662	-2.986.332
6.02.01	Concessão de empréstimos e financiamentos	-151.092	-159.321
6.02.02	Recebimento de empréstimo e financiamento concedidos	270.629	257.501

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
6.02.03	Crédito de energia renegociada recebido	66.898	45.984
6.02.04	Aquisição de ativo imobilizado	-1.495.331	-2.277.396
6.02.05	Aquisição de ativo intangível	-22.762	-19.613
6.02.06	Aquisição de ativos de concessão	-827.205	-549.068
6.02.07	Aquisição/aporte de capital em participação societária	-9.868	-259.226
6.02.09	Outros	-84.931	-25.193
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	658.081	881.492
6.03.01	Empréstimo e financiamento obtidos a Longo Prazo	1.030.568	650.832
6.03.02	Pagamento de empréstimo e financiamento principal	-646.023	-401.429
6.03.03	Pagamento e remuneração aos acionistas	-427	0
6.03.04	Pagamento de refinanciamento de impostos e contribuições principal	-22.860	-31.198
6.03.05	Empréstimo compulsório e Reserva global de reversão	209.874	345.457
6.03.06	Outros	86.949	317.830
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-506.795	543.411
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	4.959.787	9.220.169
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	4.452.992	9.763.580

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	31.305.331	26.048.342	19.497.947	0	-8.111	76.843.509	358.812	77.202.321
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	31.305.331	26.048.342	19.497.947	0	-8.111	76.843.509	358.812	77.202.321
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	-99.337	-99.337
5.04.01	Aumentos de Capital	0	0	0	0	0	0	-99.337	-99.337
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	17.517	1.267.964	62.492	1.347.973	4.504	1.352.477
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.267.964	0	1.267.964	4.504	1.272.468
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	17.517	0	62.492	80.009	0	80.009
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	115.561	115.561	0	115.561
5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros	0	0	17.517	0	0	17.517	0	17.517
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Coligadas	0	0	0	0	-10.709	-10.709	0	-10.709
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-10.167	-10.167	0	-10.167
5.05.02.06	IR/CS diferido s/ Outros resut. Abrangentes	0	0	0	0	-32.193	-32.193	0	-32.193
5.07	Saldos Finais	31.305.331	26.048.342	19.515.464	1.267.964	54.381	78.191.482	263.979	78.455.461

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	26.156.567	26.048.342	17.558.051	163.334	377.817	70.304.111	226.296	70.530.407
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	-264	0	-264	0	-264
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	26.156.567	26.048.342	17.558.051	163.070	377.817	70.303.847	226.296	70.530.143
5.04	Transações de Capital com os Sócios	5.148.764	0	19.907	0	0	5.168.671	19.041	5.187.712
5.04.01	Aumentos de Capital	5.148.764	0	0	0	0	5.148.764	19.041	5.167.805
5.04.08	Encargos financeiros - Decreto Lei 2673/98	0	0	19.907	0	0	19.907	0	19.907
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.284.567	-7.297	1.277.270	4.281	1.281.551
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.284.567	0	1.284.567	4.281	1.288.848
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-7.297	-7.297	0	-7.297
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	83.822	83.822	0	83.822
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Coligadas	0	0	0	0	-60.825	-60.825	0	-60.825
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-1.795	-1.795	0	-1.795
5.05.02.06	IR/CS diferido sobre outros resutados abrangentes	0	0	0	0	-28.499	-28.499	0	-28.499
5.07	Saldos Finais	31.305.331	26.048.342	17.577.958	1.447.637	370.520	76.749.788	249.618	76.999.406

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
7.01	Receitas	9.577.248	8.753.827
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	9.270.930	8.551.982
7.01.02	Outras Receitas	306.318	201.845
7.01.02.01	Não Operacionais	306.318	201.845
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-4.457.113	-4.021.830
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-2.909.849	-2.552.718
7.02.04	Outros	-1.547.264	-1.469.112
7.02.04.01	Encargos setoriais	-463.556	-398.353
7.02.04.02	Energia comprada para revenda	-994.231	-932.076
7.02.04.03	Combustivel para produção de energia elétrica	-89.477	-138.683
7.03	Valor Adicionado Bruto	5.120.135	4.731.997
7.04	Retenções	-782.358	-743.196
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-443.522	-425.125
7.04.02	Outras	-338.836	-318.071
7.04.02.01	Provisões operacionais	-338.836	-318.071
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	4.337.777	3.988.801
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.124.128	991.347
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	209.519	163.576
7.06.02	Receitas Financeiras	914.609	827.771
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	5.461.905	4.980.148
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	5.461.905	4.980.148
7.08.01	Pessoal	1.294.376	1.186.588
7.08.01.01	Remuneração Direta	1.230.951	1.117.056
7.08.01.04	Outros	63.425	69.532
7.08.01.04.01	Plano de aposentadoria e pensão	63.425	69.532
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.533.126	1.307.364
7.08.02.01	Federais	1.533.126	1.307.364
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.361.935	1.197.349
7.08.03.01	Juros	1.252.897	1.103.841
7.08.03.03	Outras	109.038	93.508
7.08.03.03.01	Doações e contribuições	109.038	93.508
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	1.272.468	1.288.847
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	1.267.964	1.284.565
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	4.504	4.282

Eletrobras

:sempenho

Demonstrações Contábeis - 2012

SUMÁRIO EXECUTIVO

Eletrobras lucra R$ 1.268 milhões no 1º T de 2012

Eletrobras alcançou um lucro de R$ 1.268 milhões no primeiro trimestre de 2012, equivalente a R$ 0,94 por ação. No mesmo período do exercício de 2011 a empresa lucrou R$ 1.289 milhões, equivalente a R$ 1,13 por ação, o que representa um decréscimo de 1,27% no seu resultado.

A receita financeira líquida fundamentalmente decorrente dos financiamentos e empréstimos concedidos gerou um ganho de R$ 478 milhões, representando, um aumento de 12% no nível das receitas dessa natureza, em relação ao exercício anterior.

Nos três meses de 2012 a ELETROBRÁS registrou uma perda cambial de R$ 216 milhões, contra R$ 223 milhões no 1º trimestre de 2011. No tocante às variações monetárias decorrentes dos níveis internos de preços, no exercício de 2012 a Companhia verificou um ganho de R$ 235 milhões, enquanto que em 2011, foi apurado um ganho de R$ 150 milhões.

Resultado - Investimento em Participações Societárias

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2012	31/03/2011	31/03/2012	31/03/2011
Investimentos em controladas				
Equivalência patrimonial	886.098	808.432	-	-
Rendimentos de capital - ITAIPU	34.682	29.878	34.682	29.878
	920.780	838.310	34.682	29.878
Investimentos em coligadas				
Equivalência patrimonial	153.305	112.911	166.268	128.789
Juros sobre o capital próprio	2.642	2.043	2.642	2.043
Dividendos	393	21.919	393	21.919
Remuneração dos investimentos em parcerias	5.534	(19.072)	5.534	(19.053)
Outros investimentos	8.570	4.890	8.570	4.909
	1.082.655	956.111	209.519	163.576

CONTINGÊNCIAS

A ELETROBRÁS têm diversas ações no âmbito do judiciário, em vários estágios de julgamento, onde figura como ré.

Nesse sentido, para fazer face às eventuais perdas, são constituídas provisões para contingências, das seguintes naturezas:

I – Ações judiciais cíveis

A provisão para contingências cíveis, na controladora, no valor de R$ 1.466.696 (31 de março de 2011 - R$ 1.442.104), corresponde a ações judiciais que têm por objeto a aplicação, aos créditos escriturais do Empréstimo Compulsório constituído a partir de 1978, de critérios de atualização monetária diversos daqueles estabelecidos na legislação específica.

Todas as ações judiciais estão em fase de defesa e foram oferecidos em garantia, nos recursos dessas ações judiciais, que representam 6,98% do total da carteira de ações da ELETROBRÁS, conforme abaixo descrito:

	CONTROLADORA		
	31/03/2012		
PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	VALOR DO INVESTIMENTO	PERCENTUAL DE BLOQUEIO	INVESTIMENTO BLOQUEADO
CTEEP	663.601	90,09%	597.839
EMAE	307.691	100,00%	307.691
CESP	246.303	95,88%	236.164
AES TIETE	840.827	88,94%	747.802
COELCE	211.746	86,26%	182.650
DUKE(CGEEP)	26.713	63,25%	16.897
CEMAT	436.680	86,66%	378.411
CELPA	142.380	5,31%	7.555
CELPE	53.165	70,41%	37.433
CEEE	1.191.387	99,57%	1.186.215
CEMAR	334.187	57,62%	192.554
SUBTOTAL	4.454.680		3.891.210
Outros Investimentos	51.290.920		-
TOTAL	55.745.600	6,98%	3.891.210

PROVISÕES OPERACIONAIS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2012	31/03/2011	31/03/2012	31/03/2011
Garantias	10.912	19.134	10.912	19.134
Contingências	24.690	(993)	26.659	153.397
PCLD - Consumidores e Revendedores	-	-	238.010	96.757
PCLD - Financiamentos e Empréstimos	23.901	27.562	23.901	27.562
PCLD - Créditos de ICMS	-	-	307	4.037
Passivo a descoberto em Controladas	112.388	27.619	-	-
Perdas em Investimentos	66.822	30.448	66.822	30.448
Outras	3.500	1.061	(27.775)	(13.264)
	242.213	104.831	338.836	318.072

:sempenho

Demonstrações Contábeis - 2012

FORMAÇÃO DO RESULTADO DE MARÇO/12

	mar/12	mar/11	Δ%
Operações com energia elétrica	9.271	7.965	16,39
(-) Encargos Setoriais	(464)	(398)	16,37
(-) Energia comprada para revenda	(994)	(932)	6,67
(-) Combustível para produção de energia elétrica	(89)	(139)	(35,48)
(-) Uso da rede elétrica	(388)	(341)	13,94
(-) Remuneração e Ressarcimento	(420)	(296)	41,98
(-) Pessoal, Material e Serviços	(1.831)	(1.713)	6,93
(-) Construção	(884)	(590)	49,91
(-) Depreciação e amortização	(444)	(425)	4,33
	3.756	3.132	19,94
Participações societárias	210	164	28,09
Provisões operacionais	(339)	(318)	6,53
	3.627	2.977	21,82
Receita de juros	187	161	16,30
Variação cambial e monetária	(41)	(218)	(81,11)
Encargos da dívida	(502)	(409)	22,79
Outros resultados financeiros	18	189	(90,75)
	(338)	(276)	22,54
Tributos	(1.522)	(1.307)	16,40
	1.767	1.394	26,76
Outros resultados*	(494)	(105)	371,59
Lucro líquido consolidado	**1.272**	**1.289**	**(1,27)**

* Inclui as contas: Resultado a compensar ITAIPU, Doações e Contribuições e Outros

Notas Explicativas

CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A.

Eletrobras

(COMPANHIA ABERTA)
CNPJ 00.001.180/0001-26

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
DOS PERÍODOS FINDOS EM
31 de março de 2012 e de 2011
(*CONTROLADORA E CONSOLIDADO*)
(Em milhares de Reais)

NOTA 1 - INFORMAÇÕES GERAIS

As Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobras ou Companhia) é uma companhia de capital aberto, com sede em Brasília - DF - Setor Comercial Norte, Quadra 4, Bloco B, 100, sala 203 - Asa Norte, registrada na Comissão de Valores Mobiliários – CVM e na Securities and Exchange Commission – SEC, com ações negociadas nas bolsas de valores de São Paulo (BOVESPA) – Brasil, Madri (LATIBEX) – Espanha e Nova York (NYSE) – Estados Unidos da América. Tem como objeto social realizar estudos, projetos, construção e operação de usinas geradoras, de linhas de transmissão e distribuição de energia elétrica, bem como a celebração de atos de comércio decorrentes dessas atividades. Tem como objeto, também, conceder financiamentos, prestar garantias, no País e no exterior, a empresas do serviço público de energia elétrica e que estejam sob seu controle acionário e em favor de entidades técnico-científicas de pesquisa; promover e apoiar a pesquisa de interesse do setor de energia elétrica, em especial ligadas às atividades de geração, transmissão e distribuição, bem como realizar estudos de aproveitamento de bacias hidrográficas para fins múltiplos; contribuir na formação do pessoal técnico necessário ao setor elétrico brasileiro, bem como na preparação de operários qualificados, mediante cursos especializados, podendo, também, conceder auxílio aos estabelecimentos de ensino do País ou bolsas de estudo no exterior e firmar convênios com entidades que colaborem na formação de pessoal técnico especializado; colaborar, técnica e administrativamente, com as empresas das quais participa acionariamente e com o Ministério de Minas e Energia.

A Companhia exerce a função de holding, gerindo investimentos em participações societárias, detendo o controle acionário direto em seis empresas de geração e/ou transmissão de energia elétrica (Furnas Centrais Elétricas S.A. - FURNAS, Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - ELETRONORTE, Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF, Centrais Elétricas S.A. - ELETROSUL, Eletrobras Termonuclear S.A. - ELETRONUCLEAR, e Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica - CGTEE) e em quatro empresas distribuidoras de energia elétrica Companhia de Eletricidade do Acre - Eletroacre, Centrais Elétricas de Rondônia - Ceron, Companhia Energética de Alagoas - Ceal e Companhia Energética do Piauí – Cepisa, além da Amazonas Energia – AME, não desverticalizada, atuando em Geração e Distribuição.

A Companhia é controladora, também, da Eletrobras Participações S.A – Eletropar e, em regime de controle conjunto, da Itaipu Binacional - Itaipu, nos termos do Tratado Internacional firmado entre os Governos do Brasil e do Paraguai, da Inambari Geração de Energia S.A. e da Centrales Hidroelectricas de Centroamerica S.A.- CHC.

Notas Explicativas

A Companhia é controladora indireta da empresa Boa Vista Energia, controlada integral da Eletronorte, que atua na geração e distribuição de energia elétrica em Boa Vista, no Estado de Roraima e das Sociedades de Propósito Específico RS Energia, Artemis Uirapuru e Porto Velho Transmissora, controladas integrais da Eletrosul; Estação Transmissora de Energia e Rio Branco Transmissora de energia, controladas integrais da Eletronorte.

A Companhia participa, também, de forma minoritária, em diversas sociedades nos segmentos de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, com participação direta e/ou indireta, por meio de suas controladas. (Nota 14)

A Eletrobras é autorizada, diretamente ou por meio de suas subsidiárias ou controladas, a associar-se, com ou sem aporte de recursos, para constituição de consórcios empresariais ou participação em sociedades, com ou sem poder de controle, no exterior, que se destinem direta ou indiretamente à exploração da produção ou transmissão ou distribuição de energia elétrica.

A Companhia é responsável, também, pela gestão de recursos setoriais, representados pela Reserva Global de Reversão - RGR, Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, Utilização de Bem Público - UBP e Conta de Consumo de Combustível – CCC. Estes fundos financiam programas do Governo Federal de universalização de acesso à energia elétrica, de eficiência na iluminação pública, de incentivos às fontes alternativas de energia elétrica, de conservação de energia elétrica e a aquisição de combustíveis fósseis utilizados nos sistemas isolados de geração de energia elétrica, cujas movimentações financeiras não afetam o resultado da Companhia (exceto pela taxa de administração em determinados Fundos).

A Companhia atua, também, como agente de comercialização de energia elétrica da Itaipu Binacional e dos agentes participantes do Proinfa.

NOTA 2 - CONCESSÕES DE SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA

A Companhia, por intermédio de empresas controladas, detém diversas concessões de serviço público de energia elétrica nos segmentos de geração, transmissão e distribuição, cujo detalhamento, capacidade instalada e prazos de vencimento não se alteraram em relação à posição divulgada nas demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2011.

Os prazos de vencimento das concessões irão ocorrer em diversas datas, havendo concentração no ano de 2015 e, caso não sejam renovadas ou venham a ocorrer mediante a imposição de custos adicionais para a Companhia, os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser alterados.

NOTA 3 – RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis aplicadas na preparação destas informações trimestrais são as mesmas adotadas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de

Notas Explicativas

dezembro de 2011 e vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados, salvo disposição em contrário.

A preparação de informações trimestrais requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras consolidadas, estão divulgadas na Nota 4.

As informações trimestrais foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

(a) informações trimestrais consolidadas

As informações trimestrais consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (*Internacional Financial Reporting Standards* (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas da Companhia são eliminados integralmente nas informações trimestrais consolidadas.

(b) informações trimestrais individuais

As informações trimestrais individuais da controladora foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e são divulgadas em conjunto com as informações trimestrais consolidadas.

Nas informações trimestrais individuais, as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas informações trimestrais individuais quanto nas informações trimestrais consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora. No caso das informações trimestrais individuais, as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas informações trimestrais individuais diferem do IFRS aplicável as informações trimestrais separadas, apenas pela avaliação dos investimentos em controladas, controladas em conjunto e coligadas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto conforme IFRS seria pelo custo ou valor justo.

(c) Alinhamento de políticas contábeis em investidas

Quando necessário, as informações trimestrais das investidas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas adotadas pela Companhia, tanto para fins de equivalência patrimonial, como para consolidação.

(d) mudanças nas políticas contábeis e divulgações

As alterações e interpretações a seguir são aplicáveis aos períodos contábeis iniciados após 1º de janeiro de 2012.

Notas Explicativas

Norma	Exigências-chave	Data de vigência
Alteração ao IAS 12 - "Impostos sobre a Renda" sobre tributos diferidos	Atualmente, o IAS 12 - "Impostos sobre a Renda" requer que os tributos diferidos sejam mensurados com base na expectativa de recuperação do valor contábil do ativo, pelo seu uso ou venda. No entanto, para as "Propriedades para Investimento" mensuradas pelo valor justo segundo o IAS 40, pode ser difícil e subjetivo avaliar se a recuperação será através de uso ou venda. Esta alteração, portanto, introduz uma exceção ao princípio existente para mensurar o imposto diferido ativo ou passivo sobre propriedade para investimento mensurada ao valor justo. A alteração ao IAS 12 resultou na incorporação do SIC 21 - "Impostos sobre Renda - Recuperação de ativos não depreciáveis reavaliados" não mais será aplicável a propriedades para investimento lançadas a valor justo. As alterações também incorporam ao IAS 12 as orientações anteriormente contidas no SIC 21, que foi eliminado. A Companhia não possui propriedades para investimentos mensurados pelo valor justo.	1º de janeiro de 2012
Alteração ao IAS 1 - "Apresentação das Demonstrações Financeiras" com relação a outros resultados abrangentes	A principal modificação resultante desses adendos foi a exigência de que as entidades agrupem os itens apresentados em outros resultados abrangentes com base na possibilidade de serem ou não potencialmente reclassificáveis para lucros ou perdas,	1º de julho de 2012

Notas Explicativas

Norma	Exigências-chave	Data de vigência
	subsequentemente (ajustes de reclassificação). As alterações não estabelecem quais itens devem ser apresentados em outros resultados abrangentes. A Companhia está avaliando os impactos dessa alteração.	

3.2. Bases de consolidação e investimentos em controladas

As políticas contábeis de consolidação de investimentos aplicadas na elaboração das informações trimestrais consolidadas são as mesmas adotadas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e incluem as informações trimestrais da Companhia e de suas controladas, inclusive entidades de propósitos específicos, quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades. As informações trimestrais das controladas em conjunto (controle compartilhado) são consolidadas proporcionalmente à participação societária detida.

A companhia utiliza os critérios de consolidação integral e proporcional, conforme descrito no quadro abaixo. A participação é dada sobre o capital total da controlada:

	31/03/2012		31/12/2011	
	Participação		Participação	
Controladas (Consolidação integral)	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Amazonas Energia	100%	-	100%	-
Ceal	100%	-	100%	-
Cepisa	100%	-	100%	-
Ceron	100%	-	100%	-
CGTEE	100%	-	100%	-
Chesf	100%	-	100%	-
Eletroacre	93%	-	93%	-
Eletronorte	99%	-	99%	-
Eletronuclear	100%	-	100%	-
Eletropar	84%	-	84%	-
Eletrosul	100%	-	100%	-
Furnas	100%	-	100%	-
RS Energia	-	100%	-	100%
Porto Velho Transmissora	-	100%	-	100%
Boa Vista Energia	-	100%	-	100%
Estação Transmissora	-	100%	-	100%
Artemis	-	100%	-	100%
Rio Branco Transmissora	-	100%	-	100%
Uirapuru	-	75%	-	75%
	Participação		Participação	
Controladas em Conjunto (Consolidação	Direta	Indireta	Direta	Indireta

Notas Explicativas

proporcional)

Itaipu	50%	-	50%	-
Inambari	29%	49%	29%	49%
Norte Energia	15%	49%	15%	49%
CHC	50%	-	50%	-
Amazônia Eletronorte	-	49%	-	49%
Baguari	-	31%	-	31%
Brasnorte	-	50%	-	50%
Bransventos Eolo Geradora de Energia	-	25%	-	25%
Brasventos Miassaba 3	-	25%	-	25%
Caldas Novas Transmissão	-	50%	-	50%
Centro Oeste de Minas	-	49%	-	49%
Chapecoense	-	40%	-	40%
Cia de Transm. Centroeste de Minas	-	49%	-	49%
Construtora Integração	-	49%	-	49%
Costa Oeste	-	49%	-	49%
Cerro dos Trindades	-	49%	-	49%
Chui	-	49%	-	49%
Chui I	-	49%	-	49%
Chui II	-	49%	-	49%
Chui IV	-	49%	-	49%
Chui V	-	49%	-	49%
Enerpeixe	-	40%	-	40%
Cerro Chato I	-	90%	-	90%
Cerro Chato II	-	90%	-	90%
Cerro Chato III	-	90%	-	90%
Cerro Chato IV	-	49%	-	49%
Cerro Chato V	-	49%	-	49%
Cerro Chato VI	-	49%	-	49%
Ibirapuitã	-	49%	-	49%
Integração Transmissora	-	49%	-	49%
Interligação Elétrica Garanhuns	-	49%	-	49%
Energia Sustentável do Brasil	-	40%	-	40%
Interligação Elétrica do Madeira	-	49%	-	49%
Empresa de Transm. do Alto Uruguai	-	27%	-	27%
Goiás Transmissão	-	49%	-	49%
Linha Verde Transmissora	-	49%	-	49%
Livramento Holding		49%		49%
Madeira Energia	-	39%	-	39%
Manaus Construtora	-	20%	-	20%
Manaus Transmissora	-	50%	-	50%
Marumbi	-	20%	-	20%
MGE Transmissão	-	49%	-	49%
Minuano I	-	49%	-	49%
Minuano II	-	49%	-	49%
Norte Brasil Transmissora	-	49%	-	49%
Pedra Branca	-	49%	-	49%
Rei dos Ventos 3 Geradora	-	25%	-	25%
Retiro Baixo	-	49%	-	49%
São Pedro do Lago	-	49%	-	49%
Serra do Facão	-	50%	-	50%

Notas Explicativas

Santa Vitória do Palmar Holding	-	49%	-	49%
Sete Gameleiras	-	49%	-	49%
Sistema de Transmissão Nordeste	-	49%	-	49%
Sul Brasileira	-	80%	-	80%
Teles Pires	-	49%	-	49%
Transleste de Transmissão	-	24%	-	24%
Transmissão Delmiro Gouveia	-	49%	-	49%
Transenergia Goiás	-	49%	-	49%
Transenergia Renovável	-	49%	-	49%
Transenergia São Paulo	-	49%	-	49%
Transirapé de Transmissão	-	25%	-	25%
Transudeste	-	25%	-	25%
Verace I	-	49%	-	49%
Verace II	-	49%	-	49%
Verace III	-	49%	-	49%
Verace IV	-	49%	-	49%
Verace V	-	49%	-	49%
Verace VI	-	49%	-	49%
Verace VII	-	49%	-	49%
Verace VIII	-	49%	-	49%
Verace IX	-	49%	-	49%
Verace X	-	49%	-	49%

(b) Investimentos em coligadas

Os investimentos em coligadas e controladas em conjunto são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor justo. O investimento em coligadas e controladas em conjunto inclui o ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda por *impairment* acumulada.

Os investimentos em coligadas são ajustados proporcionalmente a participação da Companhia no lucro ou prejuízo e outros resultados abrangentes da coligada. Quando a parcela da Companhia no prejuízo de uma coligada excede a participação da Companhia naquela coligada (incluindo qualquer participação de longo prazo que, na essência, esteja incluída no investimento líquido da Companhia na coligada), a Companhia deixa de reconhecer a sua participação em prejuízos adicionais. Os prejuízos adicionais são reconhecidos somente se a Companhia tiver incorrido em obrigações legais ou construtivas ou tiver efetuado pagamentos em nome da coligada.

(c) Participações em empreendimentos em conjunto (*joint venture*).

A Companhia apresenta suas participações em entidades controladas em conjunto, nas suas informações trimestrais consolidadas, usando o método de consolidação proporcional. As participações da Companhia nos ativos, passivos e resultados das controladas em conjunto são combinados com os correspondentes itens nas informações trimestrais consolidadas da Companhia, linha a linha.

No que se refere ao reconhecimento da equivalência patrimonial e base de consolidação dos investimentos mantidos em Sociedades de Propósito Específico, estes foram tomados substancialmente com base no mês de fevereiro de 2012, não sendo prejudicada a base de comparabilidade com o mesmo período do exercício anterior, face a sua materialidade quando tomadas em conjunto com as informações trimestrais consolidadas.

Notas Explicativas

3.3 Empresas do grupo com moeda funcional diferente

a) **Procedimentos de consolidação proporcional da controlada em conjunto Itaipu Binacional**

As informações trimestrais da controlada em conjunto com Itaipu Binacional são originalmente elaboradas em dólares norte-americanos (moeda funcional). Os ativos e passivos foram convertidos para reais, à taxa de câmbio em 31 de março de 2012 - US$ 1.00 - R$ 1,8221, divulgada pelo Banco Central do Brasil (31 de dezembro de 2011- US$ 1.00 - R$ 1,8758), e as contas de resultado, pela taxa média mensal;

O resultado a compensar de Itaipu Binacional é apresentado como ativo financeiro.

A remuneração sobre o capital (em forma de dividendos estipulados pelo Tratado Binacional Brasil – Paraguai) paga por Itaipu Binacional é registrada como receita na controladora e é eliminada no consolidado; e

Todo o resultado gerado por Itaipu Binacional no consolidado na proporção da participação da Companhia (50%) é eliminado na consolidação em contrapartida a rubrica Resultado a Compensar de Itaipu Binacional.

b) Conversão de moeda estrangeira

(b.1) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas informações trimestrais de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("a moeda funcional").

A moeda funcional de que atuem em ambiente econômico internacional é geralmente a moeda do país em que a referida SPE possui operações.

As demonstrações do resultado e do fluxo de caixa das investidas que operam com moeda funcional distinta da controladora, são convertidas para reais pela taxa de câmbio média mensal, os ativos e passivos são convertidos pela taxa final e os demais itens de patrimônio líquido são convertidos pela taxa histórica.

As variações cambiais sobre os investimentos com moeda funcional distinta da controladora, são registradas no patrimônio líquido, como ajuste acumulado de conversão, sendo transferidas para o resultado do exercício quando da realização dos investimentos.

(b.2) Transações e saldos

Na elaboração das informações trimestrais de cada empresa, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional de cada empresa, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os itens não monetários que são mensurados

pelo custo histórico em uma moeda estrangeira devem ser convertidos, utilizando a taxa vigente da data da transação.

Os ganhos e perdas cambiais sobre itens monetários são reconhecidas no resultado no período em que ocorrerem, exceto variações cambiais decorrentes de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira relacionados a ativos em construção para uso produtivo futuro, que estão inclusas no custo desses ativos quando consideradas como ajustes aos custos com juros dos referidos empréstimos.

Para fins de apresentação das informações trimestrais consolidadas, os ativos e passivos das operações da Companhia no exterior são convertidos para reais, utilizando as taxas de câmbio vigentes no fim do exercício. Os resultados são convertidos pelas taxas de câmbio médias do período, a menos que as taxas de câmbio tenham flutuado significativamente durante o exercício; neste caso, são utilizadas as taxas de câmbio da data da transação. As variações cambiais resultantes dessas conversões, se houver, são classificadas em resultados abrangentes e acumuladas no patrimônio líquido, sendo atribuídas as participações não controladoras conforme apropriado.

NOTA 4 – ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

Estimativas contábeis são aquelas decorrentes da aplicação de julgamentos subjetivos e complexos, por parte da Administração da Companhia e de suas controladas, frequentemente como decorrentes da necessidade de reconhecer impactos importantes para demonstrar adequadamente a posição patrimonial e de resultado das entidades. As estimativas contábeis tornam-se críticas à medida que aumenta o número de variáveis e premissas que afetam a condição futura dessas incertezas, tornando os julgamentos ainda mais subjetivos e complexos.

Na preparação das presentes informações trimestrais da Companhia e de suas controladas a Administração adotou estimativas e premissas baseada na experiência histórica e outros fatores que entendem como razoáveis e relevantes para a sua adequada apresentação. Ainda que estas estimativas e premissas sejam permanentemente monitoradas e revistas pela Administração da Companhia e de suas controladas, a materialização sobre o valor contábil de ativos e passivos e de resultado das operações são inerentemente incertos, por decorrer do uso de julgamento.

No que se refere às estimativas contábeis, a Administração da Companhia e de suas controladas avaliam como sendo as mais críticas, a seguintes: (I) Ativo Fiscal Diferido (vide nota 10); (II) Provisão para redução do valor recuperável de ativos de longa duração (vide nota 18); (III) Provisão para desmobilização de ativos (vide nota 31); (IV) Base de determinação de indenização pelo poder concedente sobre concessões de serviço público (vide nota 16); (V) Obrigações atuariais (vide nota 29) e, (VI) Vida útil dos bens do imobilizado (vide nota 15).

NOTA 5 – CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E CAIXA RESTRITO

Notas Explicativas

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2012	31/12/2011	31/03/2012	31/12/2011
I - Caixa e Equivalente de Caixa:				
Caixa e Bancos	25.137	1.819	378.791	389.191
Aplicações Financeiras	1.267.297	1.394.910	4.074.201	4.570.596
	1.292.434	1.396.729	4.452.992	4.959.787
II - Caixa Restrito:				
Recursos da CCC	2.703.055	2.194.946	2.703.055	2.194.946
Comercialização - Itaipu	264.946	176.941	264.946	176.940
Comercialização - PROINFA	811.210	662.751	811.210	662.752
	3.779.211	3.034.638	3.779.211	3.034.638
	5.071.645	4.431.367	8.232.203	7.994.425

As disponibilidades financeiras são mantidas no Banco do Brasil S.A., nos termos da legislação específica para as Sociedades de Economia Mista sob controle do Governo Federal, emanada do Decreto-Lei 1.290, de 03 de dezembro de 1973, com as alterações decorrentes da Resolução 2.917, de 19 de dezembro de 2001, do Banco Central do Brasil, que estabeleceu novos mecanismos para as aplicações das empresas integrantes da Administração Federal Indireta.

As aplicações financeiras, de liquidez imediata, encontram-se em fundos de investimento financeiro - extramercado, que têm como meta a rentabilidade em função da taxa média da SELIC.

NOTA 6 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

A Companhia e suas controladas classificam os títulos de longo prazo como mantidos até o vencimento.

Os títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento estão registrados pelo custo de aquisição, acrescido por juros e atualização monetária, com impactos no resultado, e sua classificação em circulante e não circulante considera o fato dos títulos classificados no curto prazo serem mantidos para negociação ativa e freqüente, possuindo liquidez imediata e intenção de aplicação no plano de investimentos da Companhia.

Em relação às partes beneficiárias, é feito o ajuste a valor presente.

Os títulos CFT-E1 e os certificados de investimentos decorrentes de incentivos fiscais FINOR e FINAN, estão ajustados por provisões para perdas na sua realização, e portanto, apresentados líquidos:

O detalhamento dos títulos e valores mobiliários se dá como se segue:

Notas Explicativas

CONTROLADORA

CIRCULANTE

Titulos	Agente Financeiro Custodiante	Vencimento	Indexador	31/03/2012	31/12/2011
LFT	Banco do Brasil	Até 90 dias	Pre-fixado	-	7.549.911
LTN	Banco do Brasil	Até 90 dias	Pre-fixado	5.910.304	429.992
NTN- B	Banco do Brasil	Até 90 dias	Pre-fixado	231.324	69.762
NTN- F	Banco do Brasil	Até 90 dias	Pre-fixado	2.229.687	19.751
CFT-E1	Banco do Brasil	01/08/12	IGP-M	265.072	263.450
NTN-P: 741536	Banco do Brasil	01/03/12	TR	7.298	86.583
NTN-P: 741566	Banco do Brasil	01/06/12	TR	62.707	62.708
NTN-P: 741806	Banco do Brasil	26/02/12	TR	1.709	17.032
NTN-P: 741806	Banco do Brasil	09/07/12	TR	31	30
OUTROS				2.097	(41)
				8.710.229	8.499.178

NÃO CIRCULANTE

Titulos	Agente Financeiro Custodiante	Vencimento	Indexador	31/03/2012	31/12/2011
FINOR/FINAM				2.880	3.064
RENDIMENTOS DE PARCERIAS				170.452	163.740
PARTES BENEFICIÁRIAS				215.326	212.419
OUTROS				483	484
				389.141	379.707

CONSOLIDADO

CIRCULANTE

Titulos	Agente Financeiro Custodiante	Vencimento	Indexador	31/03/2012	31/12/2011
LFT	Banco do Brasil	Até 90 dias	Pre-fixado	755.019	9.751.563
LTN	Banco do Brasil	Até 90 dias	Pre-fixado	6.523.973	563.120
NTN- B	Banco do Brasil	Até 90 dias	Pre-fixado	248.368	69.762
NTN- F	Banco do Brasil	Até 90 dias	Pre-fixado	2.507.632	19.751
CFT-E1	Banco do Brasil	01/08/12	IGP-M	265.072	263.450
NTN-P: 741536	Banco do Brasil	01/03/12	TR	7.298	86.583
NTN-P: 741566	Banco do Brasil	01/06/12	TR	62.707	62.708
NTN-P: 741806	Banco do Brasil	26/02/12	TR	1.709	17.032
TÍTULOS DE RENDA FIXA				510.099	129.078
OUTROS				333.446	289.457
				11.215.323	11.252.504

NÃO CIRCULANTE

Titulos	Agente Financeiro	Vencimento	Indexador	31/03/2012	31/12/2011
NTN- P	Banco do Brasil	28/12/15	TR	336	332
NTN- P	Banco do Brasil	09/07/14	TR	179	178
NTN-P: 740100	Banco do Brasil	01/01/25	TR	42	41
NTN-P: 740100	Banco do Brasil	01/01/24	TR	7	7
NTN-P: 741536	Banco do Brasil	21/03/18	TR	2	2
NTN-P: 741566	Banco do Brasil	28/12/15	TR	93	92
NTN-P: 741806	Banco do Brasil	28/12/04	TR	3	3
NTN-P: 760199	Banco do Brasil	15/05/17	TR	135	127
FINOR/FINAM				2.880	3.064
PARTES BENEFICIÁRIAS				170.452	163.740
RENDIMENTOS DE PARCERIAS				215.326	212.419
OUTROS				4.919	18.353
				394.374	398.358

Notas Explicativas

a) CFT- E1 - Títulos públicos com remuneração equivalente à variação do IGP-M, sem juros, com data de resgate fixada em de agosto de 2012. A controladora mantém provisão para ajuste a valor de mercado na data base de 31 de março de 2012, no montante de R$ 99.739 (31 de dezembro de 2011 - R$ 99.129), apurada com base em deságios praticados no mercado de capitais, apresentada como redutora do respectivo ativo.

b) NTN-P - Títulos públicos recebidos em pagamento por alienação de investimentos societários no âmbito do Programa Nacional de Desestatização - PND. Estes títulos possuem remuneração equivalente à variação da Taxa Referencial - TR, divulgada pelo Banco Central do Brasil, com juros de 6% a.a. incidentes sobre o valor atualizado com data de resgate fixada a partir de fevereiro de 2012.

c) RENDIMENTOS DE PARCERIAS - Referem-se aos rendimentos decorrentes dos investimentos em regime de parcerias, correspondente a uma remuneração média equivalente à variação do IGP-M acrescido de juros de 12% a 13% a.a. sobre o capital aportado, como demonstrado a seguir:

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	31/03/2012	31/12/2011
Tangará	122.641	117.770
Guascor	47.811	45.970
	170.452	163.740

d) PARTES BENEFICIÁRIAS - Títulos adquiridos em decorrência da reestruturação do investimento da Companhia na controlada INVESTCO S.A. Estes ativos garantem rendimentos anuais equivalentes a 10% do lucro das empresas citadas abaixo, pagos juntamente com os dividendos, e serão resgatados no vencimento previsto para outubro de 2032, mediante sua conversão em ações preferenciais do capital social das referidas empresas, conforme a seguir demonstrado:

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	31/03/2012	31/12/2011
Lajeado Energia	451.375	451.375
Paulista Lajeado	49.975	49.975
Ceb Lajeado	151.225	151.225
Valor de face	652.575	652.575
Ajuste a valor presente	(437.250)	(440.156)
Valor justo	215.325	212.419

e) Finor/Finan - Referem-se substancialmente a certificados de investimentos decorrentes de incentivos fiscais destinados à projetos nas áreas de atuação das controladas Chesf e Eletronorte. A Companhia mantém provisão para perdas na sua realização, constituída com base em valor de mercado, no montante de R$ 292.640 (31 de dezembro de 2011 - R$ 292.456), sendo apresentada como redutora do respectivo ativo.

Notas Explicativas

NOTA 7 – CLIENTES

	CONSOLIDADO				
	31/03/2012				31/12/2011
CIRCULANTE	A vencer	Vencidos até 90 dias	+ de 90 dias	Total	Total
AES ELETROPAULO	102.772	-	-	102.772	104.400
AES SUL	10.778	-	-	10.778	13.011
AMPLA	45.303	174	-	45.477	41.908
ANDE	58.249	-	-	58.249	52.115
EBE	23.130	-	90	23.220	25.620
CEA	11.045	33.596	1.098.501	1.143.142	1.093.641
CEB	11.478	-	-	11.478	14.925
CEEE-D	36.558	-	-	36.558	37.366
CELESC	45.584	-	-	45.584	37.422
CELG	43.506	-	55.379	98.885	98.968
CELPA	44.630	60.846	21.149	126.625	80.764
CELPE	34.706	-	493	35.199	39.903
CEMAR	27.508	-	-	27.508	32.021
CEMIG	76.227	-	34.876	111.103	113.081
CESP	3.548	-	-	3.548	3.524
COELCE	29.583	-	-	29.583	34.437
COELBA	64.121	-	58	64.179	72.858
COPEL	106.148	319	-	106.467	102.247
CPFL	46.911	-	219	47.130	64.826
ELEKTRO	50.278	-	-	50.278	52.614
ENERGISA	28.800	1.102	29.999	59.901	63.484
ENERSUL	17.495	-	-	17.495	20.534
ESCELSA	19.368	-	60	19.428	26.395
LIGHT	90.422	219	123	90.764	89.994
PIRATININGA	2.188	-	-	2.188	8.538
RGE	5.031	-	-	5.031	7.698
Comercialização CCEE	339.212	2.021	1.902	343.135	433.440
Uso da Rede Elétrica	525.528	12.157	90.866	628.551	608.415
PROINFA	285.543	21.760	152.363	459.666	579.428
Consumidores	490.713	255.160	518.462	1.264.335	1.172.474
Poder público	71.673	44.128	347.712	463.513	465.335
Rolagem da dívida dos Estados	-	-	319.077	319.077	187.625
(-) PCLD	(11.045)	(33.596)	(2.727.881)	(2.772.522)	(2.578.143)
Outros	507.708	9.297	843.608	1.360.613	1.151.156
	3.244.699	407.183	787.056	4.438.938	4.352.024
NÃO CIRCULANTE					
Celg	45.044	-	-	45.044	66.368
Rolagem da dívida dos Estados	849.079	-	-	849.079	1.005.383
Outros	-	-	528.735	528.735	407.243
	894.123	-	528.735	1.422.858	1.478.994
	4.138.822	407.183	1.315.791	5.861.796	5.831.018

I - Comercialização de energia elétrica - PROINFA

As operações de comercialização de energia elétrica no âmbito do PROINFA geraram um resultado líquido negativo neste trimestre de 2012 de R$ 79.052 (31 de dezembro de 2011 – negativo em R$ 128.681), não produzindo efeito no resultado líquido do exercício da Companhia, sendo este valor incluído na rubrica Obrigações de Ressarcimento. No saldo de consumidores revendedores está registrado o valor de R$ 459.671 do Proinfa referente a Controladora.

II - Operações na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Os valores relativos às operações praticadas no âmbito da CCEE são registrados com base nas informações disponibilizadas pela Câmara.

Notas Explicativas

A controlada Furnas mantém registrados créditos no montante de R$ 293.560, relativos à comercialização de energia no âmbito do extinto MAE, referentes ao período de setembro de 2000 a setembro de 2002, cuja liquidação financeira está suspensa em função da concessão de liminares em ações judiciais propostas por concessionárias de distribuição de energia elétrica, contra a ANEEL e o MAE, hoje CCEE. Dada à incerteza de sua realização, a controlada Furnas mantém Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, em valor equivalente à totalidade do crédito, constituída em 2007.

De acordo com as normas estabelecidas no Acordo Geral do Setor Elétrico, a resolução dessas pendências implicaria em uma nova apuração, que seria objeto de liquidação entre as partes sem a interveniência da CCEE. Nesse sentido, é intenção da Administração manter negociações, com a participação da ANEEL e CCEE, visando o equacionamento dos créditos, de forma a viabilizar uma solução negociada para a sua liquidação.

III – Créditos Renegociados

Os créditos renegociados formalizam-se por contratos de parcelamentos de débitos acumulados pelos devedores, preveem juros e atualizações monetárias, com prazos fixados para a amortização do principal e dos encargos, e são considerados recuperáveis pela Administração da Companhia, onde cabe destaque os saldos provenientes das operações com a CELG no montante de R$ 100.423 (R$ 165.336 em 31 de dezembro de 2011) e a rolagem da dívida com os estados no montante de R$ 1.168.156 (R$ 1.193.008 em 31 de dezembro de 2011).

IV - Rolagem da dívida dos Estados

Mediante o Instrumento Particular de Confissão de Dívidas e Outras Avenças, firmado em 12 de dezembro de 2003 entre a controlada FURNAS e Celg, no montante de R$ 378.938 mil, tendo como interveniente e anuente o Banco do Brasil S.A., a Celg reconheceu um débito referente ao faturamento de energia própria, sendo estabelecidas as seguintes cláusulas financeiras para liquidação dos compromissos:

(i) O prazo estimado de pagamento é de 216 meses, sendo o saldo devedor corrigido mensalmente pelo IGP-M, publicado pela Fundação Getúlio Vargas, acrescido de juros pro rata die à taxa de 1% a.m.

(ii) Os pagamentos mensais são liquidados mediante o produto da cobrança da tarifa de distribuição de energia elétrica no valor equivalente a 2,56% do faturamento bruto mensal disponibilizado pela Celg. A fim de assegurar esses pagamentos, foi criada uma conta vinculada no banco interveniente, de movimentação exclusiva para esse contrato, na qual a Celg autoriza, em caráter irrevogável e irretratável, a transferência desses valores mensais à controlada FURNAS.

A controlada Eletrosul detém créditos à União, atualizados pelo IGP-M e acrescidos de juros de 12,68 % a.a., no montante de R$ 594.182, em 31 março de 2012 (31 de dezembro de 2011 - R$ 607.391), sendo R$ 452.383 no ativo não circulante (31 de dezembro de 2011 - R$ 479.752) decorrentes da assunção dos haveres que a Companhia possuía nas concessionárias estaduais de energia elétrica. Sob a égide da Lei nº 8.727/93, a União assumiu, refinanciou e reescalonou a dívida em 240 parcelas, vencíveis a partir de abril de 1994. Vencido o prazo de 20 anos e remanescendo saldo a pagar, uma vez que a União repassa somente os recursos recebidos dos estados que,

Notas Explicativas

por sua vez, estão limitados por lei em níveis de comprometimento de receitas, o parcelamento será estendido por mais 120 meses.

V - Provisão para créditos de liquidação duvidosa – PCLD

As Controladas constituem e mantém provisões, adotando os critérios das normas da ANEEL, a partir de análise dos valores constantes das contas a receber vencidos e do histórico de perdas, cujo montante é considerado pela administração como suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. O saldo é composto como segue:

	CONSOLIDADO	
	31/03/2012	31/12/2011
CLIENTES		
Consumidores e Revendedores	1.143.114	1.093.641
Créditos Renegociados	119.992	130.347
Outros Créditos	420.285	267.633
Outros Consumidores e Revendedores	795.571	792.962
CCEE - Energia de Curto Prazo	293.560	293.560
	2.772.522	2.578.143

As movimentações na PCLD de contas de clientes de energia elétrica no consolidado são as seguintes:

Saldo em 31 de dezembro de 2011	2.578.143
(+) Constituição	238.010
(-) Reversão	(43.631)
Saldo em 31 de março de 2012	2.772.522

A constituição e a reversão da PCLD foram registradas no resultado do exercício como Provisões Operacionais (Nota 41). Os valores reconhecidos como PCLD são reconhecidos como perda definitiva quando não há mais expectativa de recuperação dos recursos. A reversão ocorrida no exercício, refere-se basicamente ao programa de parcelamento junto às prefeituras e órgãos públicos pelas empresas de distribuição.

Para fins fiscais, o excesso de provisão constituída, em relação ao disposto na Lei 9.430/1996, está sendo adicionado à apuração do Lucro Real, para efeito de apuração do IRPJ devido e, também, à base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL.

Notas Explicativas

NOTA 8 - FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS

	31/03/2012							
	CONTROLADORA				CONSOLIDADO			
	ENCARGOS CIRCULANTE		PRINCIPAL		ENCARGOS CIRCULANTE		PRINCIPAL	
	Tx. Média	Valor	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	Tx. Média	Valor	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
Controladas e Controlada em conjunto								
FURNAS	6,78	21.861	192.172	3.023.613	-	-	-	-
CHESF	6,95	-	20.847	120.511	-	-	-	-
ELETROSUL	6,84	5.600	68.088	905.106	-	-	-	-
ELETRONORTE	7,34	17.656	273.420	3.730.012	-	-	-	-
ELETRONUCLEAR	6,60	7.186	88.256	1.079.523	-	-	-	-
CGTEE	11,55	6.468	145.978	820.344	-	-	-	-
CEAL	8,70	2.316	83.692	234.293	-	-	-	-
CERON	6,65	718	21.851	96.214	-	-	-	-
CEPISA	8,05	3.565	93.363	374.437	-	-	-	-
ELETROACRE	11,97	1.179	12.546	123.820	-	-	-	-
AMAZONAS	7,82	-	113.780	538.065	-	-	-	-
ITAIPU	7,45	-	1.068.836	10.104.769	7,45	-	534.418	5.052.385
		66.549	2.182.829	21.150.707		-	534.418	5.052.385
OUTRAS								
CEMIG	7,12	2.429	80.359	379.894	7,12	2.429	80.359	379.894
COPEL	8,39	1.586	49.595	204.268	8,39	1.586	49.595	204.268
CEEE	6,57	3.216	27.697	119.898	6,57	3.216	27.697	119.898
AES ELETROPAULO	10,39	314.742	108.978	1.982	10,39	314.742	108.978	1.982
CELPE	6,13	240	9.418	37.948	6,13	240	9.418	37.948
CEMAT	6,27	8.066	358.566	-	6,27	8.066	358.566	-
CELTINS	6,26	2.565	100.918	-	6,26	2.565	100.918	-
ENERSUL	6,17	1.798	16.000	68.489	6,17	1.798	16.000	68.489
CELPA	6,68	20.653	408.782	-	6,68	20.653	408.782	-
CEMAR	5,89	2.166	61.137	404.280	5,89	2.166	61.137	404.280
CESP	9,36	239	42.427	139.453	9,36	239	42.427	139.453
COELCE	6,08	499	15.540	80.505	6,08	499	15.540	80.505
COSERN	6,00	71	3.224	10.976	6,00	71	3.224	10.976
COELBA	6,00	911	5.376	167.166	6,00	911	5.376	167.166
CER	8,76	1.654	9.366	14.448	8,76	1.654	9.366	14.448
CELG	5,71	41.361	56.050	11.989	5,71	41.361	56.050	11.989
ESCELSA	6,01	433	13.191	73.221	6,01	433	13.191	73.221
TRACTBEL	0,00	-	-	-	0,00	-	-	-
CGEET (AES TIETÊ)	0,00	-	5	-	0,00	-	5	-
CGEEP (DUKE)	0,00	-	-	-	0,00	-	-	-
GLOBAL	6,00	53.475	44.100	-	6,00	53.475	44.100	-
CELESC DIST.	7,41	876	45.885	91.315	7,41	876	45.885	91.315
OUTRAS	6,36	44.128	115.064	447.653	6,36	44.179	121.263	473.345
(-) PCLD		(140.634)	(408.875)	-		(140.634)	(408.875)	-
		360.473	1.162.802	2.253.485		360.524	1.169.001	2.279.177
		427.022	3.345.631	23.404.193		360.521	1.703.415	7.331.562

Notas Explicativas

	31/12/2011							
	CONTROLADORA				CONSOLIDADO			
	ENCARGOS CIRCULANTE		PRINCIPAL	NÃO	ENCARGOS CIRCULANTE		PRINCIPAL	NÃO
	Tx. Média	Valor	CIRCULANTE	CIRCULANTE	Tx. Média	Valor	CIRCULANTE	CIRCULANTE
Controladas e Controlada em conjunto								
FURNAS	6,78	18.074	168.250	2.958.897	-	-	-	-
CHESF	6,95	-	21.276	121.729	-	-	-	-
ELETROSUL	6,84	5.465	58.861	918.555	-	-	-	-
ELETRONORTE	7,34	11.724	273.752	3.783.553	-	-	-	-
ELETRONUCLEAR	6,60	3.381	85.882	1.089.087	-	-	-	-
CGTEE	11,55	1.577	157.144	841.793	-	-	-	-
CEAL	8,70	2.006	105.295	204.011	-	-	-	-
CERON	6,65	662	20.916	94.926	-	-	-	-
CEPISA	8,05	3.161	85.423	375.314	-	-	-	-
ELETROACRE	11,97	1.071	32.944	73.528	-	-	-	-
AMAZONAS	7,82	3.734	170.465	448.894	-	-	-	-
ITAIPU	7,45	-	1.080.499	10.684.686	7,45	-	540.249	5.342.343
		50.855	2.260.707	21.594.973		-	540.249	5.342.343
OUTRAS								
CEMIG	7,12	2.352	78.124	373.241	7,12	2.352	78.124	373.241
COPEL	8,39	1.616	49.164	215.900	8,39	1.616	49.164	215.900
CEEE	6,57	865	21.990	127.568	6,57	865	21.990	127.568
AES ELETROPAULO	10,39	311.636	108.851	2.329	10,39	311.636	108.851	2.329
CELPE	6,13	292	11.035	43.676	6,13	292	11.035	43.676
CEMAT	6,27	1.875	358.578	-	6,27	1.875	358.578	-
CELTINS	6,26	617	100.918	-	6,26	617	100.918	-
ENERSUL	6,17	461	13.413	71.360	6,17	461	13.413	71.360
CELPA	6,68	11.279	408.629	-	6,68	11.279	408.629	-
CEMAR	5,89	1.995	62.289	414.612	5,89	1.995	62.289	414.612
CESP	9,36	233	41.190	149.636	9,36	233	41.190	149.636
OUTRAS	6,36	138.701	335.985	884.805	6,36	138.708	341.303	910.672
(-) PCLD		(130.475)	(395.133)	-		(130.475)	(395.133)	-
		341.447	1.195.033	2.283.126		341.454	1.200.351	2.308.993
		392.302	3.455.741	23.878.099		341.454	1.740.600	7.651.336

Os financiamentos e empréstimos concedidos são efetuados com recursos próprios da Companhia, além dos recursos setoriais e dos recursos externos captados através de agências internacionais de desenvolvimento e instituições financeiras, decorrentes do lançamento de títulos no mercado financeiro internacional.

Todos os financiamentos e empréstimos concedidos estão respaldados por contratos formais firmados com as mutuarias. Os recebimentos destes valores, em sua maioria, estão previstos em parcelas mensais, amortizáveis em um prazo médio de 10 anos, sendo a taxa média de juros, ponderada pelo saldo da carteira, de 6,16% a.a..

Os financiamentos e empréstimos concedidos, com cláusula de atualização cambial, representam 46,27% do total da carteira. Já os que preveem atualização com base em índices que representam o nível de preços internos no Brasil atingem a 53,73% do saldo da carteira.

Os valores de mercado desses ativos são equivalentes aos seus valores contábeis, visto serem operações específicas do setor e formadas em parte através de recursos de Fundos Setoriais e que não encontram condições semelhantes como parâmetro de avaliação.

A parcela do longo prazo dos financiamentos e empréstimos concedidos com recursos ordinários e setoriais, inclusive os repasses, vencem em parcelas variáveis, conforme demonstrado abaixo:

Notas Explicativas

A parcela do longo prazo dos financiamentos e empréstimos concedidos com recursos ordinários e setoriais, inclusive os repasses, vencem em parcelas variáveis, conforme demonstrado abaixo:

	2013	2014	2015	2016	2017	Após 2017	Total
Controladora	3.134.986	3.054.969	2.716.968	2.333.790	2.218.994	9.944.484	23.404.193
Consolidado	982.061	956.995	851.113	731.080	695.119	3.115.194	7.331.562

I – AES Eletropaulo/CTEEP – Ação Judicial

Em novembro de 1986 a Eletropaulo Eletricidade de São Paulo S.A., obteve através do Contrato de Financiamento ECF 1.046/1986 empréstimo junto à Eletrobrás.

No decorrer da execução do contrato surgiram questionamentos por parte do devedor acerca da periodicidade da correção monetária incidente sobre o valor financiado, tendo a Eletropaulo proposto Ação de Consignação em Pagamento contra a Eletrobrás, em dezembro de 1988.

Em dezembro de 2010, a Eletrobrás solicitou o inicio do processo de liquidação a seu favor e, por tal motivo, o processo foi submetido à análise da 5ª Vara Cível. Em julho de 2011 a 5ª Vara Cível determinou que a AES Eletropaulo e a CTEEP, essas por força do processo de cisão da antiga Eletropaulo, apresentassem suas respostas ao pedido de início da liquidação por artigos, o que foi respondido por ambas as empresas. A 5ª Vara Cível deverá determinar que a Eletrobrás apresente suas considerações sobre o referido material.

Desta forma, pelo atual fase do processo e pelos motivos expostos, estima-se que os trabalhos periciais se iniciem durante o segundo trimestre de 2012 e que o procedimento judicial de Liquidação de Sentença por Artigos não se encerre em um prazo inferior a 6 meses a ser contado do início dos trabalhos periciais, sendo certo que, ao final dos trabalhos, caberá ao perito apontar o montante da dívida e o(s) responsável(is) pelo pagamento.

Encerrado o Procedimento Judicial de Liquidação de Sentença, e sendo apurados valores a serem pagos pela AES Eletropaulo e CTEEP, a Eletrobrás irá reiniciar o processo de execução contra as referidas empresas.

Ainda de acordo com o disposto no Código do Processo Civil Brasileiro, a Eletrobrás terá o direito de solicitar ao juízo da causa o levantamento da garantia ofertada pela Companhia, mesmo antes da decisão final.

Caso sobrevenha decisão final desfavorável à AES Eletropaulo e/ou à CTEEP, a Companhia passa a ter um crédito de R$ 1.786.286, atualizado até 31 de março de 2012, sendo R$ 425.701 (R$ 419.171, em 31 de dezembro de 2011) já reconhecidos em seu ativo, na rubrica empréstimos e financiamentos, correspondente à parte considerada como incontroversa pela companhia.

II - Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - PCLD

A Companhia reconhece provisões para créditos de liquidação duvidosa, no valor de R$ 549.509 (31 de dezembro de 2011 - R$ 525.608) correspondente ao principal e ao serviço da dívida de devedores em inadimplência.

Tal volume de provisão é julgado suficiente pela administração da Companhia para fazer face a eventuais perdas nestes ativos, com base em análise do comportamento da carteira.

Notas Explicativas

A Eletrobras reconheceu provisão sobre os créditos junto à Celpa controlada da Rede Energia, no montante de R$ 120.199. Tal provisão foi considerada necessária considerando o processo de recuperação judicial, que envolve a existência de incerteza significativa quanto à capacidade de continuidade da Celpa e, portanto, ela pode não ser capaz de realizar seus ativos e liquidar seus passivos no curso normal dos negócios (Nota 14).

Adicionalmente, a Companhia reconheceu neste exercício provisão sobre os créditos junto à Cemat e Celtins, também, controladas pela Rede Energia, no montante de R$ 94.821 e 24.756. Tais provisões foram consideradas necessárias considerando o cenário atual de ambas que vêm apresentado dificuldades significativas econômico-financeira para a liquidação de suas dívidas de curtíssimo prazo e como um posível equacionamento depende de eventos futuros alheios ao controle da administração da Companhia, tais situações indicam a existência de incerteza significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia de liquidar seus passivos no curso normal dos negócios (Nota 14).

As movimentações na PCLD dos financiamentos e empréstimos concedidos da Companhia são as seguintes:

Saldo em 31 de dezembro de 2011	525.608
(+) Complemento	23.901
(-) Reversões	(392)
Saldo em 31 de março de 2012	549.509

A constituição e a baixa da PCLD foram registradas no resultado do exercício como Provisões Operacionais (Nota 41). Os valores reconhecidos como PCLD são os quais suscitam dúvida quanto à sua realização, quando não há mais expectativa de recuperação dos recursos, são reconhecidos como perdas definitivas .

NOTA 9 - REMUNERAÇÃO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

Os valores apresentados referem-se a dividendos e juros sobre o capital próprio a receber, líquidos de Imposto de Renda Retido na Fonte, quando aplicável, decorrentes de investimentos de caráter permanente mantidos pela Eletrobras.

Notas Explicativas

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2012	31/12/2011	31/03/2012	31/12/2011
Furnas	65.793	64.200	-	-
Chesf	305.340	297.947	-	-
Eletrosul	25.097	24.490	-	-
Eletronorte	14.115	13.773	-	-
Eletropar	4.819	4.703	-	-
CGTEE	38.188	37.263	-	-
Itaipu	456	469	-	-
CTEEP	36.882	79.644	36.882	79.644
Outros	120.330	111.343	133.895	118.219
	611.020	633.832	170.777	197.863

NOTA 10 - IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - ATIVO

Os tributos a recuperar ou compensar estão demonstrados pelo valor liquido de eventuais perdas de realização e assim representados:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2012	31/12/2011	31/03/2012	31/12/2011
ATIVO CIRCULANTE				
Imposto de renda - fonte	300.427	828.864	381.510	893.706
Antecipações de IRPJ e CSLL	1.049.399	736.588	1.176.828	843.022
PIS/PASEP/COFINS compensáveis	20.108	28.775	75.758	80.433
ICMS a recuperar	-	-	23.175	17.150
Outros	-	-	124.915	113.033
	1.369.934	1.594.227	1.782.186	1.947.344
ATIVO NÃO CIRCULANTE				
ICMS a recuperar	-	-	1.682.290	1.655.413
PIS/COFINS a recuperar	-	-	829.886	775.348
Ativos Fiscais Diferidos Líquidos	2.123.383	2.044.513	3.327.529	3.343.525
	2.123.383	2.044.513	5.839.705	5.774.286
	3.493.317	3.638.740	7.621.891	7.721.630

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2012	31/12/2011	31/03/2012	31/12/2011
Diferenças temporárias de IRPJ/CSLL				
Variação Cambial Passiva	598.445	530.647	598.445	530.647
Provisão de JCP	331.290	331.290	331.290	331.290
Provisão para Contingências	549.102	540.708	766.739	782.587
PCLD	204.624	195.577	198.143	191.824
Provisão p/ ajuste ao valor de mercado	182.089	187.617	182.089	187.617
Ajuste da Lei 11.638/2007- RTT (IFRS)	257.833	258.674	806.636	840.372
Outros	-	-	444.187	479.188
Composição Outros	2.123.383	2.044.513	3.327.529	3.343.525

Notas Explicativas

I – Ativos Fiscais Diferidos

Os Ativos Fiscais Diferidos têm seu aproveitamento em função da realização dos eventos que lhe deram origem. Considerando o histórico de rentabilidade da Companhia, bem como a expectativa de geração de lucros tributáveis nos próximos exercícios, o reconhecimento desses ativos está fundamentado na capacidade de realização do ativo, identificada a partir de análises de tendências futuras, fundamentada em estudo técnico elaborado com base em premissas e cenários macroeconômicos, comerciais e tributários, que podem sofrer alterações no futuro.

II – Obrigações vinculadas determinadas pelo Agente Regulador

a) ICMS, PIS/PASEP E COFINS a Recuperar Sobre Aquisição de Combustível

Através da Resolução Normativa 303/2008, a ANEEL estabeleceu metodologia e procedimentos para apuração, demonstração e validação do montante do ICMS reconhecido como custo decorrente da aquisição de combustíveis, bem como a apuração, demonstração, fiscalização e pagamento do passivo a ser restituído à CCC-ISOL pelos agentes beneficiários que receberam reembolso de ICMS, em montante superior ao efetivo custo incorrido com esse imposto.

O Ofício Circular 2.775/2008 - SFF/ANEEL passou a regular a devolução à Conta de Consumo de Combustível - CCC dos valores equivalentes aos créditos de PIS/PASEP e COFINS tomados sobre o combustível adquirido para geração de energia elétrica no regime da não cumulatividade, no período de 2004 a 2008. O crédito tributário correspondente sobre as aquisições de óleo no período determinado pela ANEEL, atinge o montante de R$ 408.871 (R$ 498.171 em 31 de dezembro de 2011), sendo sua utilização condicionada a operações futuras que originem débitos fato esse que, na opinião da administração da controlada, ocorrerá mesmo na hipótese prevista de substituição do óleo combustível pelo gás natural, como insumo na geração de energia elétrica e a entrada da região de Manaus no Sistema Interligado Nacional – SIN.

A ANEEL através do Despacho 4.722/2009 – SFF/ANEEL, que trata do encerramento do exercício de 2009, em seu item 30, determinou que fosse reconhecido contabilmente o montante do PIS/PASEP e COFINS a ser restituído à Conta de Consumo de Combustível – CCC referente ao período de janeiro de 2004 até dezembro de 2008, .

Em 11 de agosto de 2008, a ANEEL emitiu a Nota Técnica 359-SFF, orientando que o passivo seja devidamente atualizado até a data de sua consolidação, sendo facultada sua restituição ao fundo CCC-ISOL mediante parcelamento em até 36 parcelas mensais remuneradas pela Taxa Selic.

O saldo de R$ 1.232.852 refere-se aos impostos compensáveis (ICMS) que deverão ser ressarcidos à CCC quando realizados, de acordo com o § 8º da Lei nº. 12.111/2009. Por esta razão a controlada mantém passivo de igual valor ao registrado no ativo.

III – Inconstitucionalidade do PIS/PASEP e COFINS

O Supremo Tribunal Federal - STF declarou a inconstitucionalidade do parágrafo 1º do artigo 3º da Lei 9.718/98, que ampliou a base de cálculo do PIS/PASEP e da COFINS e

deu, naquela época, novo conceito ao faturamento, que passou a abranger a totalidade das receitas auferidas pela pessoa jurídica, independente do tipo de atividade exercida e a classificação contábil adotada. Tal dispositivo não possuía previsão constitucional que o amparasse, tendo sido objeto de emenda constitucional posterior.

Com base no Código Tributário Nacional - CTN, as empresas do Sistema Eletrobras buscam o reconhecimento de seu direito ao crédito e a restituição do valor pago a maior em decorrência da inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo dessas contribuições, sendo que, até a conclusão destas demonstrações financeiras, não havia decisão final sobre a questão.

As empresas do Sistema Eletrobras possuem, portanto, créditos fiscais em potencial de PIS/PASEP e de COFINS, que estão em fase de determinação e, portanto, não reconhecidos nestas Demonstrações Financeiras, uma vez que a referida declaração de inconstitucionalidade somente beneficia as empresas autoras dos recursos extraordinários julgados.

NOTA 11 – DIREITO DE RESSARCIMENTO

I - Reembolso da CCC-Isol

Com o advento da Lei 12.111/2009 e do Decreto 7.246/2010 foi alterada a sistemática de subvenção de geração de energia nos sistemas isolados. A subvenção pela CCC que até então subsidiava somente os custos com combustíveis, passa a reembolsar a diferença entre o custo total de geração da energia elétrica e a valoração da quantidade correspondente de energia elétrica pelo custo médio da potência e energia comercializadas no Ambiente de Contratação Regulada – ACR, do Sistema Interligado Nacional - SIN.

No custo total de geração de energia elétrica nos Sistemas Isolados, são incluídos os custos relativos a:

a) contratação de energia e de potência associada;
b) geração própria para atendimento da distribuição de energia elétrica;
c) encargos e impostos; e
d) investimentos realizados.

Incluem-se, também, no custo total de geração os demais custos associados à prestação do serviço de energia elétrica em regiões remotas dos Sistemas Isolados, caracterizadas por grande dispersão de consumidores e ausência de economia de escala.

Notas Explicativas

	CONSOLIDADO	
	31/03/2012	31/12/2011
1 - Saldo anterior	3.583.490	2.075.838
2 - Custo da geração própria	1.036.852	4.027.649
3 - Custo Energia Comprada (com ICMS)	292.207	904.812
4 - Custo total	1.329.059	4.932.461
5 - (-) Custo do ACR *	(311.975)	(1.413.309)
6 - Valor a receber da Lei 12.111/09 (4 + 5)	1.017.084	3.519.152
7 - (-) Valor recebido da CCC - ISOL	(1.511.945)	(2.090.085)
8 - Diferença a receber da CCC - ISOL (1 + 6 + 7)	3.088.629	3.504.905
9 - Atualização monetária	10.121	78.585
Saldo atual	3.098.750	3.583.490

* ACR – Ambiente de Contratação Regulada

II – Lei 12.111/2009 - energia nuclear

A Lei nº 12.111/2009 estabelece que a partir de 2010 será adotado um critério para reduzir o impacto financeiro decorrente da comercialização, por Furnas, da energia proveniente da Eletronuclear, ficando autorizada a Eletronuclear a repassar para Furnas, entre 2013 e 2015, o diferencial verificado, entre 2010 e 2012, entre a variação da tarifa a ser praticada pela Eletronuclear e a da tarifa de referência homologada pela Aneel em dezembro de 2004, atualizada pelo Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA) para dezembro 2011.

O montante a ser repassado para FURNAS será rateado pelas concessionárias de serviço público de distribuição atendidas pelo Leilão de Compra de Energia Proveniente de Empreendimentos Existentes, de 7 de dezembro de 2004, na proporção das quantidades atendidas no contrato com início de suprimento em 2005.

A partir de 1º de janeiro de 2013, o pagamento à Eletronuclear da receita decorrente da geração da energia de Angra I e II será rateado entre todas as concessionárias, permissionárias ou autorizadas de serviço público de distribuição no Sistema Interligado Nacional (SIN).
Em 16 de novembro de 2011, a Aneel divulgou a Nota Técnica 308/2011, que estabeleceu, entre outros, os critérios, a forma de distribuição e os montantes estimados dos valores a serem ressarcidos a Furnas pela Eletronuclear e a esta pelas concessionárias de distribuição que adquiriram energia no 1º Leilão de Energia Existente (Produto 2005/2008).

A proposta da Aneel prevê que, no exercício de 2012, deverão ser estabelecidas, por meio de Audiência Pública, as regras de comercialização da energia da Eletronuclear, provenientes das usinas Angra I e II, a partir de 2013, quando todos os agentes de distribuição passarão a ser quotistas desta energia. Além da metodologia de cálculo da tarifa de comercialização entre os referidos agentes e a Eletronuclear, será submetido à consulta pública o critério do rateio do diferencial entre as tarifas praticadas e a tarifa de referencia entre os exercícios de 2010 a 2012.

De acordo com a estimativa da Aneel, os valores a serem ressarcidos a Controlada Furnas estariam assim representados:

Notas Explicativas

Descrição	2010	2011	2012
1 - Tarifa de Referencia (R$/MWh)	115,68	121,79	130,29
2 - Tarifa Praticada(R$/MWh)	137,66	145,48	148,79
3 - Diferencial de Tarifa (R$/MWH)(2-1)	21,98	23,69	18,5
4 - Energia Assegurada Anual(GWh)	12.921	12.921	12.921
5 - Diferencial Verificado (R$Mil) (3x4)	284.004	306.098	239.039
6 - Diferencial Acumulado (R$ Mil)	**284.004**	**590.102**	**829.141**

Tendo em vista que a confirmação desses montantes depende de audiência pública e posterior homologação, pela Aneel, das tarifas de comercialização da energia proveniente da Eletronuclear, a partir de 2013, a controlada FURNAS não registrou em suas demonstrações financeiras o ressarcimento relativo ao diferencial entre as tarifas de referencia e a efetivamente praticada, entre os exercícios de 2010 e 2011, no valor de R$ 590.102 mil (R$ 353.442 mil, líquido dos efeitos tributários).
Adicionalmente, a controlada FURNAS mantém registrado, a título de provisão, o montante de R$ 25.948 mil, relativo à diferença de tarifa estabelecida provisoriamente para venda de energia da Eletronuclear pela Resolução Homologatória 1.091/2010 (R$ 137,66/MWh) e a estabelecida pela Resolução Homologatória nº 916, de 08 de dezembro de 2009 (R$ 135,63/MWh), ambas para o período compreendido entre 5 de dezembro de 2009 a 4 de dezembro de 2010.

NOTA 12 - ESTOQUE DE COMBUSTÍVEL NUCLEAR

Abaixo, está apresentada a composição do estoque de longo prazo de combustível nuclear destinado à operação da UTN Angra I e UTN Angra II:

	CONSOLIDADO	
	31/03/2012	31/12/2011
CIRCULANTE		
Elementos prontos	388.663	388.663
	388.663	388.663
NÃO CIRCULANTE		
Elementos prontos	70.307	133.894
Concentrado de urânio	182.867	130.575
Em curso - combustível nuclear	210.769	171.164
	463.943	435.633
	852.606	824.296

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor, segregado da seguinte forma:

a) Concentrado de urânio e serviços em curso (para a transformação do concentrado de urânio em elementos de combustível nuclear) estão registrados pelos seus custos de aquisição;

Notas Explicativas

b) Elementos de combustível nuclear – estão disponíveis no núcleo do reator e no estoque da Piscina de Combustível Usado – PCU, sendo apropriado ao resultado do exercício em função da sua utilização no processo da geração de energia elétrica;

c) Almoxarifado, classificado no ativo circulante e está registrado ao custo médio de aquisição, que não excede o valor de mercado.

NOTA 13 - ADIANTAMENTOS PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL

A Companhia apresenta, no ativo não circulante, valores correspondentes a adiantamentos para futuro aumento de capital nas seguintes investidas:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2012	31/12/2011	31/03/2012	31/12/2011
Controladas				
Furnas	300.000	300.000	-	-
Chesf	1.293.000	1.293.000	-	-
Eletrosul	2.162.724	1.810.793	-	-
Eletronorte	1.161.716	1.125.949	-	-
Cgtee	462.021	452.704	-	-
Ceal	97.561	97.354	-	-
Ceron	92.526	88.837	-	-
Cepisa	281.222	275.984	-	-
Eletroacre	164.044	160.822	-	-
Amazonas	65.505	63.918	-	-
	6.080.319	5.669.361	-	-
Outros investimentos	4.000	4.000	4.000	4.000
	6.084.319	5.673.361	4.000	4.000

NOTA 14 – INVESTIMENTOS

Notas Explicativas

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2012	31/12/2011	31/03/2012	31/12/2011
Avaliados por Equivalência Patrimonial				
a) Controladas e Controladas em conjunto				
Furnas	13.439.162	13.237.136	-	-
Chesf	17.223.643	16.742.953	-	-
Eletrosul	2.665.733	2.624.730	-	-
Eletronorte	10.324.232	10.199.453	-	-
Eletropar	180.706	169.135	-	-
Eletronuclear	6.557.059	6.520.292	-	-
CGTEE	325.202	334.348	-	-
Distribuidora Alagoas	214.974	217.375	-	-
Distribuidora Rondônia	101.022	135.118	-	-
Distribuidora Acre	85.563	85.563	-	-
Itaipu	91.105	93.790	-	-
Mangue Seco II	17.166	17.166	-	-
CHC	18.079	19.090	-	-
Norte Energia	216.036	217.135	-	-
Inambari	10.023	9.738	-	-
	51.469.705	50.623.022	-	-
b) Coligadas				
Celpa	142.380	171.370	142.380	171.370
CEEE-GT	761.028	701.628	761.028	701.628
Cemat	436.680	436.150	436.680	436.150
Emae	307.691	301.190	318.888	312.150
CTEEP	663.601	641.618	675.965	653.280
Cemar	334.187	323.433	334.187	323.433
Lajeado Energia	546.192	532.459	546.192	532.459
Ceb Lajeado	80.062	76.155	80.062	76.155
Paulista Lajeado	29.114	27.654	29.114	27.654
CEEE-D	430.359	391.988	430.359	391.988
Águas da Pedra	-	-	157.493	157.112
Amapari	-	-	37.525	34.105
	3.731.294	3.603.645	3.949.873	3.817.484
SUBTOTAL	55.200.999	54.226.667	3.949.873	3.817.484
Mantidos a Valor Justo				
Celesc	167.762	150.432	167.762	150.432
Cesp	246.303	203.580	246.303	203.580
Coelce	211.746	182.640	211.746	182.640
AES Tietê	840.827	812.853	840.827	812.853
CGEEP	26.713	22.607	26.713	22.607
Energisa	69.868	77.215	69.868	77.215
CELGPAR	460	322	460	322
CELPE	53.165	54.854	53.165	54.854
COPEL	53.577	50.546	53.577	50.546
CEB	6.517	6.485	6.517	6.485
AES Eletropaulo	-	-	80.472	76.491
Energias do Brasil	-	-	20.740	20.552
CPFL Energia	-	-	46.764	44.327
Guascor	3.300	3.300	3.300	3.300
Tangara	21.738	21.738	21.738	21.738
CDSA	11.802	11.802	11.802	11.802
CEA	20	20	20	20
CER	102	102	102	102
Outros	8.095	8.095	131.411	124.214
	1.721.995	1.606.591	1.993.285	1.864.078
SUBTOTAL	56.922.995	55.833.259	5.943.158	5.681.562
Provisão para perdas em investimentos	(1.177.395)	(1.110.603)	(1.177.395)	(1.110.603)
TOTAL	55.745.600	54.722.656	4.765.763	4.570.959

Notas Explicativas

Tendo em vista o processo de recuperação judicial da investida Celpa e consequente incerteza de continuidade de suas operações divulgado em suas demonstrações financeiras de 31 de março de 2012, a Companhia reconheceu como provisão para perdas a totalidade do investimento na Celpa no montante de R$ 142.380 e perda dos montantes de dividendos declarados e não pagos até 31 de março de 2012 no montante de R$ 27.513, ambas provisões limitadas a participação da Companhia no capital social da Celpa de 34,24%.

14.1 – Provisão para perdas em investimentos

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	31/03/2012	31/12/2011
Amazonas	938.811	843.029
CERON	96.204	96.204
CELPA	142.380	171.370
	1.177.395	1.110.603

14.2 – Ajustes de políticas contábeis em coligadas

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	31/03/2012	31/12/2011
CEMAT	86.464	86.464
CTEEP	966.644	956.630
CEEE-GT	-	4.961
CEEE-D	-	7.539
	1.053.108	1.055.594

A Companhia quando da preparação de suas demonstrações financeiras consolidadas efetuou ajustes nos resultados das empresas investidas, a fim de padronizar as políticas contábeis dessas empresas com as da Companhia.

14.3 - Mutação dos investimentos – Controladora

Notas Explicativas

Controladas e coligadas	Saldo em 31/12/2011	Integralização de capital	Equivalência	Outros Resultados Abrangentes	Ganho/Perda de Capital	Dividendos	Juros sobre capital próprio	Saldo em 31/03/2012
Chesf	16.742.953	-	491.181	(10.491)	-	-	-	17.223.643
Eletronorte	10.199.453	-	124.779	-	-	-	-	10.324.232
Eletrosul	2.624.730	-	39.675	1.328	-	-	-	2.665.733
Furnas	13.237.136	-	231.658	(29.632)	-	-	-	13.439.162
CGTEE	334.348	-	(9.147)	1	-	-	-	325.202
Eletronuclear	6.520.292	-	38.511	(1.744)	-	-	-	6.557.059
Eletropar	169.135	-	7.921	3.650	-	-	-	180.706
Itaipu	93.790	-	-	(2.685)	-	-	-	91.105
Distribuidora Rondônia	135.118	-	(34.096)	-	-	-	-	101.022
Ditribuidora Alagoas	217.375	-	(2.401)	-	-	-	-	214.974
Ditribuição Acre	85.563	-	-	-	-	-	-	85.563
Mangue Seco II	17.166	-	-	-	-	-	-	17.166
CHC	19.090	-	(506)	(505)	-	-	-	18.079
Norte Energia	217.135	-	(1.099)	-	-	-	-	216.036
Inambari	9.738	679	(379)	(15)	-	-	-	10.023
Celpa	171.370	-	(28.990)	-	-	-	-	142.380
CEEE-GT	701.628	-	46.709	12.691	-	-	-	761.028
Cemat	436.150	-	530	-	-	-	-	436.680
EMAE	301.190	-	6.501	-	-	-	-	307.691
CTEEP	641.618	-	62.245	-	-	(17.732)	(22.530)	663.601
Cemar	323.433	-	26.460	-	-	(15.706)	-	334.187
Lajeado Energia	532.459	-	13.733	-	-	-	-	546.192
CEB lajeado	76.155	-	3.907	-	-	-	-	80.062
Paulista Lajeado	27.654	-	1.460	-	-	-	-	29.114
CEEE-D	391.988	-	20.750	17.621	-	-	-	430.359
	54.226.667	679	1.039.403	(9.782)	-	(33.438)	(22.530)	55.200.999

I - Empresas de Distribuição:

a) Distribuição Alagoas - detém a concessão para distribuição de energia elétrica no Estado de Alagoas. A investida apresenta capital circulante líquido negativo de R$ 73.341 e prejuízos acumulados de R$ 289.485 e depende do suporte financeiro da Eletrobras.

b) Distribuição Rondônia - detém a concessão para distribuição de energia elétrica no Estado de Rondônia. A investida apresenta capital circulante líquido de R$ 109.865 e prejuízos acumulados de R$ 1.016.838 e depende do suporte financeiro da Eletrobras.

c) Distribuição Piauí – detém a concessão para distribuição de energia elétrica no Estado do Piauí. A investida apresenta capital circulante líquido de R$ 83 e prejuízos acumulados de R$ 966.127 e depende do suporte financeiro da Eletrobras.

d) Amazonas Energia – tem como atividades principais a geração, distribuição e comercialização de energia elétrica no Estado do Amazonas. A investida apresenta capital circulante líquido negativo de R$ 1.106.437 e prejuízos acumulados de R$ 4.725.209 e depende do suporte financeiro da Eletrobras.

e) Distribuição Roraima - Controlada integralmente pela Eletronorte, detém a concessão para distribuição de energia elétrica na cidade de Boavista, no Estado de

Notas Explicativas

Roraima. A investida apresenta capital circulante líquido negativo de R$ 294.906 e prejuízos acumulados de R$ 589.782 e depende do suporte financeiro da Eletrobras.

f) Distribuição Acre – detém a concessão para distribuição de energia elétrica no Estado do Acre. A investida apresenta capital circulante líquido negativo de R$ 3.120 e prejuízos acumulados de R$ 158.660 e depende do suporte financeiro da Eletrobras.

II – Empresas de Geração e Transmissão:

a) Eletrobras Termonuclear S.A. - controlada integral da ELETROBRAS, tem como atividade principal a construção e operação de usinas nucleares. A Companhia vem exercendo basicamente as atividades de exploração das usinas Angra I e Angra II, com potência nominal de 1.990 MW, bem como a construção da usina Angra III. A energia elétrica gerada pela Companhia é fornecida exclusivamente para a controlada Furnas, mediante contrato de compra e venda de energia elétrica.

b) Eletrosul Centrais Elétricas S.A. - tem como objetivo principal a transmissão e a geração de energia elétrica diretamente ou através da participação em Sociedades de Propósito Específicos. A Companhia detém o controle acionário das subsidiárias integrais Artemis, RS Energia e Porto Velho Transmissora e o controle da Uirapuru.

c) Itaipu Binacional - entidade binacional criada e regida, em igualdade de direitos e obrigações, pelo Tratado internacional assinados em 26 de abril de 1973, entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai, sendo seu capital pertencente em partes iguais à Eletrobras e à ANDE. Seu objetivo é o aproveitamento dos recursos hídricos do rio Paraná, pertencentes em condomínio aos dois países, desde o Salto de Guaíra até a foz do rio Iguaçu, mediante a construção e operação de Central Hidrelétrica, com capacidade total disponibilizada de 12,6 milhões de kW.

d) Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - tem por finalidade gerar, transmitir e comercializar energia elétrica diretamente ou através da participação em Sociedades de Propósito Específicos.

e) Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - tem por finalidade gerar, transmitir e comercializar energia elétrica diretamente ou através da participação em Sociedades de Propósito Específicos. A Companhia detém o controle acionário das subsidiárias integrais Boa Vista Energia S.A., da Estação Transmissora de Energia S.A. e da Rio Branco Transmissora, além de participação societária em diversas Sociedades de Propósito Específico – SPE, de geração e transmissão de energia elétrica.

f) Furnas Centrais Elétricas S.A. – tem por finalidade gerar, transmitir e comercializar energia elétrica diretamente ou através da participação em Sociedades de Propósito Específicos.

III - Demais Empresas

a) Companhia Energética do Maranhão - concessionária do serviço público de energia elétrica, destinada a projetar, construir e explorar os sistemas de sub-transmissão, transformação, distribuição e comercialização de energia elétrica. A companhia detém a concessão para a distribuição de energia elétrica em 217 municípios do Estado do Maranhão, regulada pelo Contrato de Concessão nº 60, de 28 de agosto de 2000, celebrado com a ANEEL, o qual permanece com o seu termo de vigência até agosto de 2030, podendo ser prorrogado por mais um período de 30 anos.

Notas Explicativas

b) Eletrobras Participações S.A. - controlada pela Eletrobras, e tem por objeto social a participação no capital social de outras sociedades.

c) Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – sociedade anônima de capital aberto sendo seu acionista controlador o Estado do Rio Grande do Sul através da Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE-Par, empresa detentora de 65,92% do seu capital total. A Concessionária tem por objeto explorar sistemas de produção e transmissão de energia elétrica.

d) Companhia Transmissão de Energia Elétrica Paulista - sociedade de capital aberto, autorizada a operar como concessionária de serviço público de energia elétrica, tendo como atividades principais o planejamento, a construção e a operação de sistemas de transmissão de energia elétrica.

e) Centrais Elétricas do Pará S.A. (em recuperação judicial) – sociedade de capital aberto, sob o controle acionário da QMRA Participações S.A., que atua na distribuição e geração de energia elétrica no Estado do Pará, atendendo consumidores em 143 municípios, conforme Contrato de Concessão 182/1998, assinado em 28 de julho de 1998, o prazo de concessão é de 30 anos, com vencimento em 28 de julho de 2028, renovável por igual período. Além do contrato de distribuição, a Companhia possui Contrato de Concessão de Geração 181/98 de 34 Usinas Termelétricas, sendo 11 próprias e 23 terceirizadas, para a exploração de geração de energia elétrica, pelo prazo de 30 anos, com vencimento em 28 de julho de 2028, renovável por igual período. A investida apresenta capital circulante líquido negativo de R$ 1.401.000.

O critério de avaliação do investimento da investida foi o mesmo adotado em 31 de dezembro de 2011 e conforme comunicado ao mercado em anúncio de Fato Relevante publicado em 28 de fevereiro de 2012, a Investida, nos termos da Instrução CVM 358/2002, informou que ajuizou, perante a Comarca da Capital do Estado do Pará, pedido de recuperação judicial, nos termos dos artigos 47 e seguintes da Lei nº 11.101/2005, com o objetivo de viabilizar a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica. Em 04 de maio de 2012 a investida apresentou à CVM seu plano de recuperação judicial que ainda está pendente de aprovação de seus credores. Todos os créditos existentes contra a Investida até a data do ajuizamento do pedido, ainda que não vencidos, ressalvadas as exceções legais, estão sujeitos à recuperação judicial, nos termos do artigo 49 da Lei nº 11.101/2005, e deverão ser pagos nos termos do plano de recuperação judicial.

Durante o procedimento de recuperação judicial, a Investida permanece na condução da sua atividade empresarial, nos termos do artigo 64 da Lei nº 11.101/2005. O impacto da recuperação judicial nas demonstrações financeiras da Investida somente será conhecidos após a aprovação do plano de recuperação judicial previsto na legislação. A situação acima descrita indica a existência de incerteza significativa que levanta dúvida relevante quanto à capacidade de continuidade da Investida e, portanto, ela pode não ser capaz de realizar seus ativos e liquidar seus passivos no curso normal dos negócios, conforme parecer de seus auditores independentes, referente às Demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011.

f) Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. - a concessionária de um complexo hidroenergético localizado no Alto Tietê, centrado na Usina Hidroelétrica Henry Borden. A EMAE dispõe, ainda da UHE Rasgão e a UHE Porto Góes, ambas no Rio

Notas Explicativas

Tietê. No Vale do Paraíba, município de Pindamonhangaba, está instalada a UHE Isabel, atualmente fora de operação.

g) Lajeado Energia S.A. - companhia de capital fechado, controlada da EDP Energias do Brasil S.A., tem como principal objeto social a geração e comercialização de energia elétrica. A Companhia detém 73% do capital total da Investco S.A., que tem como objeto principal a exploração da UHE Luís Eduardo Magalhães e Sistema de Transmissão Associado, no Estado do Tocantins, nos termos do Contrato de Concessão de Uso de Bem Público 05/97 – ANEEL, com vigência até 2033.

h) Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. - sociedade por ações de capital aberto, sob o controle acionário da Rede Energia S.A., atuando na área de distribuição de energia elétrica, além da geração própria através de usinas térmicas para o atendimento a sistemas isolados em sua área de concessão que abrange o Estado de Mato Grosso, atendendo consumidores em 141 municípios. Conforme Contrato de Concessão de 03/1997, assinado em 11 de dezembro de 1997, o prazo de concessão é de 30 anos, com vencimento em 11de dezembro de 2027, renovável por igual período. Além do contrato de distribuição, a Companhia possui Contrato de Concessão de Geração 04/1997, de 7 Usinas Termelétricas com suas respectivas subestações associadas, com vencimento em 10 de dezembro de 2027 (vide Nota 2). A investida apresenta capital circulante líquido negativo de R$ 189.447.

O critério de avaliação do investimento da investida foi o mesmo adotado em 31 de dezembro de 2011 e conforme apresentado no parecer de seus auditores independentes, referente às Demonstrações Financeiras de 31 de março de 2012, a investida tem apresentado dificuldades de captação e renovação de seus empréstimos e financiamentos o que vem resultando em dificuldades de liquidar o serviço da dívida, a sua amortização e liquidação de outros compromissos operacionais de curtíssimo prazo.

IV – Sociedades de Propósito Específico

Investimentos em parcerias em projetos com a iniciativa privada, onde a Companhia figura como acionista não controlador, detendo ações preferenciais. Estes empreendimentos têm como objeto a atuação na área de geração e transmissão de energia elétrica, cujos valores aportados estão classificados no Ativo – Investimentos, e indicados na nota 3.2, destas informações trimestrais e não difere do apresentado nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

V - Tendo em vista a Companhia ter diversas ações no âmbito do judiciário, onde figura como ré (vide Nota 30), são oferecidos em garantia, nos recursos dessas ações judiciais, ativos que representam 6,98% (9,02% em 2011) do total da carteira de investimentos, conforme abaixo descrito:

Notas Explicativas

	CONTROLADORA		
	31/03/2012		
PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	VALOR DO INVESTIMENTO	PERCENTUAL DE BLOQUEIO	INVESTIMENTO BLOQUEADO
CTEEP	663.601	90,09%	597.839
EMAE	307.691	100,00%	307.691
CESP	246.303	95,88%	236.164
AES TIETE	840.827	88,94%	747.802
COELCE	211.746	86,26%	182.650
DUKE(CGEEP)	26.713	63,25%	16.897
CEMAT	436.680	86,66%	378.411
CELPA	142.380	5,31%	7.555
CELPE	53.165	70,41%	37.433
CEEE	1.191.387	99,57%	1.186.215
CEMAR	334.187	57,62%	192.554
SUBTOTAL	4.454.680		3.891.210
Outros Investimentos	51.290.920		-
TOTAL	55.745.600	6,98%	3.891.210

NOTA 15 – IMOBILIZADO

Os itens do ativo imobilizado referem-se à infraestrutura para geração de energia elétrica. A infraestrutura destinada aos segmentos de transmissão e distribuição são tratados nos termos do estabelecido no ICPC 01 (IFRIC 12).

	CONSOLIDADO			
	31/03/2012			
	Custo	Depreciação acumulada	(-) Obrigações vinculadas à Concessão	Valor líquido
Em serviço				
Geração	60.113.241	(24.674.678)	(361.738)	35.076.825
Administração	2.341.209	(1.375.949)	(32.712)	932.548
	62.454.450	(26.050.627)	(394.450)	36.009.373
Em curso				
Geração	17.890.691	-	-	17.890.691
Administração	486.963	-	-	486.963
	18.377.654	-	-	18.377.654
	80.832.104	(26.050.627)	(394.450)	54.387.027

	CONSOLIDADO			
	31/12/2011			
	Custo	Depreciação acumulada	(-) Obrigações vinculadas à Concessão	Valor líquido
Em serviço				
Geração	59.688.026	(24.385.487)	(346.173)	34.956.366
Administração	2.272.380	(1.353.630)	(35.591)	883.159
	61.960.406	(25.739.117)	(381.764)	35.839.525
Em curso				
Geração	16.906.190	-	-	16.906.190
Administração	469.146	-	-	469.146
	17.375.336	-	-	17.375.336
	79.335.742	(25.739.117)	(381.764)	53.214.861

Notas Explicativas

Os bens que compõe o ativo imobilizado da Companhia, associados e identificados como ativos da concessão de serviço público, não podem ser vendidos nem dados em garantias à terceiros.

As Obrigações Especiais correspondem à recursos recebidos de consumidores com o objetivo de contribuir na execução de projetos de expansão necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica e são alocadas aos empreendimentos correspondentes. Os ativos adquiridos com os correspondentes recursos são registrados no imobilizado da Companhia, conforme disposições estabelecidas pela ANEEL. Em virtude de sua natureza essas contribuições não representam obrigações financeiras efetivas, uma vez que não serão devolvidas aos consumidores.

Movimentação do Imobilizado

	CONSOLIDADO				
	Saldo em 31/12/2011	Adições	Transferência curso/serviço	Depreciação	Saldo em 31/03/2012
Geração / Comercialização					
Em serviço	58.522.639	(24.770)	461.640	-	58.959.508
Depreciação acumulada	(24.385.487)	-	-	(289.192)	(24.674.679)
Em curso	16.906.190	1.446.141	(461.640)	-	17.890.691
Arrendamento Mercantil - Leasing	1.165.387	-	-	(11.654)	1.153.732
	52.208.729	1.421.371	-	(300.846)	53.329.253
Administração					
Em serviço	2.272.380	38.638	30.191	-	2.341.209
Depreciação acumulada	(1.353.630)	-	-	(22.319)	(1.375.949)
Em curso	469.146	48.007	(30.191)	-	486.963
	1.387.896	86.646	-	(22.319)	1.452.223
(-) Obrigações Especiais Vinculadas à concessão					
Uso do Bem Público - UBP	-	-	-	-	-
Reintegração Acumulada	14.053	-	-	-	14.053
Contribuições do Consumidor	(147.894)	-	-	-	(147.894)
Participação da União Federal	(47.584)	-	-	-	(47.584)
Outros	(200.339)	(12.686)	-	-	(213.025)
	(381.764)	(12.686)	-	-	(394.450)
TOTAL	53.214.861	1.495.331	-	(323.165)	54.387.027

Taxa Média e Depreciação Acumulada:

	CONSOLIDADO			
	31/03/2012		31/12/2011	
	Taxa média de depreciação	Depreciação acumulada	Taxa média de depreciação	Depreciação acumulada
Geração				
Hidráulica	2,44%	20.124.043	2,44%	19.856.370
Nuclear	3,30%	2.501.816	3,30%	2.501.816
Térmica	5,77%	2.048.820	5,77%	2.027.301
		24.674.679		24.385.487
Administração	7,46%	1.375.949	7,46%	1.353.630
		1.375.949		1.353.630
Total		26.050.628		25.739.117

Notas Explicativas

NOTA 16 – ATIVO FINANCEIRO

I - Itaipu Binacional

Considerando as características do empreendimento Itaipu Binacional, o qual se traduz, como um fluxo de caixa, o investimento foi enquadrado como ativo financeiro, conforme abaixo:

	CONSOLIDADO	
	31/03/2012	31/12/2011
Contas a Receber	2.155.962	2.278.404
Direito de Ressarcimento	494.548	611.508
Fornecedores de Energia - Itaipu	(637.795)	(586.994)
Obrigações de ressarcimento	(1.222.922)	(1.404.965)
Outros	-	-
Total ativo circulante	789.793	897.953
Contas a Receber	126.244	139.563
Direito de Ressarcimento	5.560.314	3.936.511
Obrigações de ressarcimento	(3.322.287)	(2.352.065)
	2.364.271	1.724.009
Imobilizado Itaipu		
Geração		
Em serviço	14.306.377	14.931.693
Em curso	49.891	50.557
	14.356.268	14.982.250
Administração		
Em serviço	775.350	797.093
Em curso	188.307	190.847
	963.657	987.940
Total ativo não circulante	17.684.195	17.694.198
consolidado	18.473.988	18.592.152

Os efeitos da constituição do ativo financeiro Itaipu estão listados acima e são detalhados a seguir:

a - Valores Decorrentes da Comercialização da Energia Elétrica de Itaipu Binacional

Ao amparo da Lei 11.480/2007, foi retirado o fator de ajuste dos contratos de financiamento celebrados com Itaipu Binacional, e dos contratos de cessão de créditos firmados com o Tesouro Nacional, a partir de 2007, ficando assegurada à Companhia a manutenção integral de seu fluxo de recebimentos.

Notas Explicativas

Como decorrência, foi editado o Decreto 6.265, de 22 de novembro de 2007, regulamentando a comercialização da energia elétrica de Itaipu Binacional, definindo o diferencial a ser aplicado na tarifa de repasse, criando um ativo referente à parte do diferencial anual apurado, equivalente ao fator anual de ajuste retirado dos financiamentos, a ser incluído anualmente na tarifa de repasse, a partir de 2008, praticado pela Eletrobras, preservando o fluxo de recursos, originalmente estabelecido.

Dessa forma, passou a ser incluído na tarifa de repasse da potência proveniente da Itaipu Binacional, a partir de 2008, o diferencial decorrente da retirada do fator anual de reajuste, cujos valores são definidos anualmente através de portaria interministerial dos Ministérios da Fazenda e de Minas e Energia. Na tarifa de repasse em vigor em 2011, encontra-se incluído o montante equivalente a US$ 214,989, o qual será recebido pela Companhia através de cobranças aos consumidores, homologado pela portaria MME/MF 398/2008.

O saldo decorrente da comercialização da energia elétrica de Itaipu Binacional, representado pela rubrica Direito de Ressarcimento, apresentada no Ativo Não Circulante, monta a R$ 5.560.314 em 31 de março de 2012, equivalentes a US$ 3,051,597(31 de dezembro de 2011 – R$ 3.936.511, equivalentes a US$ 2,098,577), dos quais R$ 3.322.287, equivalente a US$ 1,823,329, serão repassados ao Tesouro Nacional até 2023 representado em obrigações de ressarcimento , como decorrência da operação de cessão de crédito realizada entre a Companhia e o Tesouro Nacional, em 1999.

Tais valores serão realizados mediante a sua inclusão na tarifa de repasse a ser praticada até 2023.

b - Comercialização de energia elétrica - Itaipu Binacional

A Lei 10.438, de 26 de abril de 2002, atribuiu à Companhia a responsabilidade pela aquisição da totalidade da energia elétrica produzida por Itaipu Binacional a ser consumida no Brasil, passando a ser a comercializadora dessa energia elétrica.

Desta forma, foram comercializados no exercício de 2011 o equivalente a 89.404 GWh, sendo a tarifa de suprimento de energia (compra), praticada por Itaipu Binacional, de US$ 22.60/kW e a tarifa de repasse (venda), US$ 24.88/kW.

O resultado da comercialização da energia elétrica da Itaipu Binacional, nos termos do Decreto 4.550, de 27 de dezembro de 2002, observadas as alterações introduzidas pelo Decreto 6.265, de 22 de novembro de 2007, tem a seguinte destinação:

1) se positivo, deverá ser destinado, mediante rateio proporcional ao consumo individual, a crédito de bônus nas contas de energia dos consumidores do Sistema Elétrico Nacional Interligado, integrantes das classes residencial e rural, com consumo mensal inferior a 350 kWh.

2) se negativo, é incorporado pela ANEEL no cálculo da tarifa de repasse de potência contratada no ano subsequente à formação do resultado.

Essa operação de comercialização não impacta o resultado da Companhia, sendo que nos termos da atual regulamentação o resultado negativo representa um direito incondicional de recebimento e se negativo uma obrigação efetiva.

Notas Explicativas

Neste primeiro trimestre, a atividade foi superavitária em R$ 162.517 (R$ 639.977 em 31 de dezembro de 2011), sendo a obrigação decorrente incluída na rubrica de Obrigações de Ressarcimento

II - Ativo Financeiro – Concessão de serviço público de energia elétrica

A rubrica ativo financeiro - concessão, no montante de R$ 30.297.762 refere-se ao ativo financeiro a realizar, detido pelas empresas do Sistema Eletrobras, sendo nas concessões de distribuição, apurado pela aplicação do modelo misto, e nas concessões de transmissão pela aplicação do modelo financeiro, ambos previstos no ICPC 01 (IFRIC 12).

O total do ativo financeiro está demonstrado no Balanço Patrimonial consolidado conforme quadro abaixo:

	CONSOLIDADO	
	31/03/2012	31/12/2011
Concessões de Transmissão		
Ativo Financeiro Receita Anual Permitida	9.599.495	9.276.285
Ativo Financeiro - Concessões Indenizáveis	17.587.064	17.273.525
	27.186.559	26.549.810
Concessões de Distribuição		
Ativo Financeiro - Concessões Indenizáveis	3.111.203	3.025.366
	3.111.203	3.025.366
Ativo Financeiro Itaipu	18.473.988	18.592.152
	18.473.988	18.592.152
Total do ativo financeiro	48.771.750	48.167.328
Ativo Financeiro – Circulante	1.954.243	2.017.949
Ativo Financeiro – Não Circulante	46.817.507	46.149.379
Total do ativo financeiro	48.771.750	48.167.328

NOTA 17 – ATIVO INTANGÍVEL

	CONTROLADORA				
	SALDO EM 31/12/2011	Adições	Amortizações	Transferências	31/03/2012
Não vinculados à Concessão					
Em serviço	61.114	-	-	-	61.114
Amortização Acumulada (-)	(12.964)	(462)	-	-	(13.426)
Total	48.150	(462)	-	-	47.688
Total	48.150	(462)	-	-	47.688

Notas Explicativas

	CONSOLIDADO				
	31/12/2011	Adições	Amortizações	Transferências	31/03/2012
Vinculados à Concessão					
Geração					
Serviço					
Saldo	970.556	-	-	-	970.556
Amortização Acumulada (-)	(39.789)	-	(4.318)	-	(44.107)
Curso					
Saldo	111.429	930	-	-	112.359
Obrigações especiais	-				-
	1.042.196	930	(4.318)	-	1.038.808
Distribuição					
Serviço					
Saldo	2.076.075	615	-	29.776	2.106.466
Amortização Acumulada (-)	(931.659)	(55.133)	(17.379)	-	(1.004.171)
Obrigações especiais	(455.047)	39.259	9.108	(5.833)	(412.513)
Curso					
Saldo	209.476	27.035	-	(28.235)	208.276
Obrigações especiais	(104.697)	(4.342)	-	4.292	(104.747)
	794.148	7.434	(8.271)	-	793.311
Transmissão					
Serviço					
Saldo	-	-	-	-	-
Amortização Acumulada (-)	-	-	-	-	-
Curso					
Saldo	58.416	5.671	-	-	64.087
Obrigações especiais	-	-	-	-	-
	58.416	5.671	-	-	64.087
Não vinculados à Concessão					
Em serviço	571.504	17.079	-	14.457	603.040
Amortização Acumulada (-)	(193.930)	(1.467)	(7.808)	1	(203.204)
Em curso	99.033	(6.885)	-	(14.458)	77.690
Total	476.607	8.727	(7.808)	-	477.526
Total	2.371.367	22.762	(20.397)	-	2.373.732

O Ativo Intangível é substancialmente amortizado durante o seu prazo de concessão.

NOTA 18 – VALOR RECUPERÁVEL DOS ATIVOS DE LONGO PRAZO

A companhia definiu o valor recuperável de seus ativos de longo prazo com base em valor em uso tendo em vista não haver mercado ativo para a infraestrutura vinculada à concessão. O valor em uso é avaliado com base no valor presente do fluxo de caixa futuro estimado, sendo reavaliado em bases anuais.

Os valores alocados às premissas representam a avaliação da Administração da companhia sobre as tendências futuras do setor elétrico e são baseadas tanto em fontes externas de informações como dados históricos. O fluxo de caixa foi projetado com base no resultado operacional e projeções da Companhia até o término da concessão.

Para o trimestre findo em 31 de março de 2012, a Companhia mantave a mesma base de 31 de dezembro 2011.

NOTA 19 – FORNECEDORES

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2012	31/12/2011	31/03/2012	31/12/2011
CIRCULANTE				
Bens, Materiais e Serviços	59.521	68.544	1.484.146	1.972.176
Energia Comprada para Revenda	244.934	316.132	4.024.987	4.312.692
CCEE - Energia de curto prazo	-	-	69.636	53.234
	304.455	384.676	5.578.769	6.338.102

NOTA 20 - ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

Notas Explicativas

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
ADIANTAMENTOS DE CLIENTES	31/03/2012	31/12/2011	31/03/2012	31/12/2011
CIRCULANTE				
Venda antecipada de energia - ALBRAS	-	-	44.098	44.098
Adiantamentos de clientes - PROINFA	376.426	368.943	376.426	368.943
	376.426	368.943	420.524	413.041
NÃO CIRCULANTE				
Venda antecipada de energia - ALBRAS	-	-	867.860	879.452
	-	-	867.860	879.452
TOTAL	376.426	368.943	1.288.384	1.292.493

I – ALBRÁS

A controlada Eletronorte celebrou venda de energia elétrica com a ALBRÁS, em 2004, para fornecimento por um período de 20 anos, sendo 750 MW médios/mês, até dezembro de 2006 e 800 MW médios/mês, de janeiro de 2007 a dezembro de 2024, tendo como parâmetro a tarifa de equilíbrio da UHE Tucuruí, acrescida de um prêmio, calculado em função da cotação do alumínio na *London Metal Exchange* (*LME*) - Inglaterra. Essa constituição de preço se caracteriza como um derivativo embutido (vide Nota 42).

Com base nessas condições, a ALBRÁS, fez uma oferta de pré-compra de energia elétrica com pagamento antecipado, que se constitui em créditos de energia que serão amortizados durante o período de fornecimento, em parcelas fixas mensais expressa em MW médios, de acordo com a tarifa vigente no mês do faturamento, como detalhado a seguir:

	CONTROLADORA		
CLIENTE	Data do Contrato		Volume em Magawatts Médios (MW)
	Inical	Final	
Albrás	01/07/2004	31/12/2024	750 até 31/12/2006 e 800 a partir de 01/01/2007
Alcoa	01/07/2004	01/01/2024	de 304 a 328
BHP	01/07/2004	02/01/2024	de 353, 08 a 492

II - PROINFA

O PROINFA, instituído pela Lei 10.438/2002, e suas alterações, tem como objetivo a diversificação da matriz energética brasileira com a utilização de fontes renováveis de energia, mediante o aproveitamento econômico dos insumos disponíveis e das tecnologias aplicáveis.

A Companhia assegura a compra da energia elétrica produzida, pelo período de 20 anos, contados a partir de 2006, e repassa essa energia às concessionárias de distribuição, consumidores livres e autoprodutores, excluídos os consumidores de baixa renda, na proporção de seus consumos.

Notas Explicativas

As concessionárias de distribuição e de transmissão pagam à Companhia o valor de energia em quotas, equipamento ao custo correspondente à participação dos consumidores cativos, dos consumidores livres e dos autoprodutores conectados às suas instalações, em duodécimos, no mês anterior ao de competência do consumo da energia.

As operações relativas à compra e venda de energia no âmbito do PROINFA não afetam o resultado da Companhia.

NOTA 21 - FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS

I - Contratos obtidos pela Eletrobras – Instituições Financeiras e Bônus

a) A Companhia possui empréstimos celebrados com agências multilaterais, tais como BID, BIRD, KFW e EXIMBANK/JBIC, nos quais há garantia da União. Tais contratos seguem ao padrão de cláusulas aplicáveis aos contratos com agências multilaterais, que são as usualmente acordadas em negociações com esse tipo de organismo.

Nos contratos tipo A/B Loan, de empréstimo sindicalizado entre a CAF e bancos comerciais, a Companhia possui cláusulas usualmente praticadas no mercado, dentre as quais, existência de garantias corporativas, alteração de controle societário, conformidades às licenças e autorizações e limitação à venda significativa de ativos. Ainda, de acordo com as práticas de mercado há dois contratos de financiamento coordenados pelo BNP e CDB.

B) Contratos obtidos pela Eletrobras - Reserva Global de Reversão (RGR)

A Companhia é autorizada a sacar recursos da RGR enquanto não são utilizados para os fins a que se destinam, aplicando-os na concessão de financiamentos destinados à expansão do setor elétrico brasileiro, melhoria do serviço e na realização dos programas do Governo Federal.

Desta forma, a Eletrobras toma recursos junto à RGR, reconhecendo uma dívida para com este Fundo, e aplica em projetos específicos de investimento, por ela financiados. A Eletrobras remunera os recursos sacados da RGR e utilizados na concessão de financiamentos às empresas do setor elétrico brasileiro, com juros de 5% a.a.

Em 31 de março de 2012, o saldo dos recursos sacados junto ao fundo, totaliza R$ $ 8.967.052 (31 de dezembro de 2011 – R$ 8.931.891), incluídos na rubrica Financiamentos e empréstimos, do passivo.

Os recursos que compõem o Fundo RGR não fazem parte destas demonstrações, constituindo-se em entidade distinta da Eletrobras.

Notas Explicativas

	31/03/2012							
	CONTROLADORA				CONSOLIDADO			
	ENCARGOS CIRCULANTE		PRINCIPAL		ENCARGOS CIRCULANTE		PRINCIPAL	
	Tx. Média	Valor	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	Tx. Média	Valor	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
Moeda Estrangeira								
Instituições financeiras								
Banco Interamericano de Desenvolvimento	4,40%	4.733	33.902	186.462	4,40%	4.919	33.902	248.173
Corporación Andino de Fomento - CAF	2,40%	12.391	294.554	1.821.982	2,40%	12.391	294.554	1.821.982
Kreditanstalt fur Wiederaufbau - KFW	3,87%	547	23.076	32.575	3,87%	547	23.076	32.575
Dresdner Bank	6,25%	433	23.346	-	6,25%	433	23.346	-
Eximbank	2,15%	3.060	48.533	266.927	2,15%	3.060	48.533	266.927
BNP Paribas	1,82%	3.096	63.102	594.197	1,82%	3.096	63.102	594.197
Outras		20	1.840	9.068		139	27.690	16.450
		24.280	488.353	2.911.211		24.585	514.203	2.980.304
Bônus								
Bônus - Dresdner Bank	7,75%	16.406	-	546.630	7,75%	16.406	-	546.630
SANTANDER 1.75 BI	5,75%	88.758	-	3.188.675	5,75%	88.758	-	3.188.675
Credit Suisse	6,87%	24.259	-	1.822.100	6,87%	24.259	-	1.822.100
		129.423	-	5.557.405		129.423	-	5.557.405
Outros								
Tesouro Nacional - ITAIPU		-	-	-		4.951	414.388	8.215.486
CAJUBI - Fundação Prev ITAIPU PY		-	-	-		-	832	32.546
		-	-	-		4.951	415.220	8.248.032
		153.703	488.353	8.468.616		158.959	929.423	16.785.741
Moeda Nacional								
Reserva Global de Reversão		-	-	8.967.052		-	-	8.990.834
Outras Instituições Financeiras		-	-	-		64.568	2.517.816	3.868.648
BNDES		-	-	-		25.887	862.616	8.727.881
		-	-	8.967.052		90.455	3.380.432	21.587.363
		153.703	488.353	17.435.668		249.414	4.309.858	38.373.104

	31/12/2011							
	CONTROLADORA				CONSOLIDADO			
	ENCARGOS CIRCULANTE		PRINCIPAL		ENCARGOS CIRCULANTE		PRINCIPAL	
	Tx. Média	Valor	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	Tx. Média	Valor	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
Moeda Estrangeira								
Instituições financeiras								
Banco Interamericano de Desenvolvimento	4,40%	2.400	34.901	191.957	4,40%	2.400	34.901	191.957
Corporación Andino de Fomento - CAF	2,40%	11.763	165.997	2.012.817	2,40%	11.763	165.997	2.012.817
Kreditanstalt fur Wiederaufbau - KFW	3,87%	39	23.116	32.631	3,87%	39	23.116	32.631
Dresdner Bank	6,25%	41	23.385	-	6,25%	41	23.386	-
Eximbank	2,15%	1.635	53.362	293.487	2,15%	1.635	53.362	293.487
BNP Paribas	1,82%	269	64.962	611.709	1,82%	269	64.962	611.709
Outras		166	1.897	10.476		1.244	12.088	17.367
		16.313	367.620	3.153.077		17.391	377.812	3.159.968
Bônus								
Bônus - Dresdner Bank	7,75%	4.292	-	562.740	7,75%	4.292	-	562.740
SANTANDER 1.75 BI	5,75%	36.845	-	3.282.650	5,75%	36.845	-	3.282.650
Credit Suisse	6,87%	63.050	-	1.875.800	6,87%	63.050	-	1.875.800
		104.187	-	5.721.190		104.187	-	5.721.190
Outros								
Tesouro Nacional - ITAIPU		-	-	-		3.922	416.325	8.561.657
CAJUBI - Fundação Prev ITAIPU PY						389	566	26.860
		-	-	-		4.311	416.891	8.588.517
		120.500	367.620	8.874.267		125.889	794.703	17.469.675
Moeda Nacional								
Reserva Global de Reversão		-	-	-		-	-	8.946.901
Outras Instituições Financeiras		-	-	8.931.891		79.291	1.728.195	3.654.832
BNDES		-	-	-		49.126	1.228.122	8.336.944
		-	-	8.931.891		128.417	2.956.317	20.938.677
		120.500	367.620	17.806.158		254.306	3.751.020	38.408.352

a) As dívidas são garantidas pela União e/ ou pela Eletrobras.

b) O total devido em moeda estrangeira, inclusive encargos corresponde na controladora a R$ 9.110.671mil, equivalente a U$ 5,000,094 mil e no consolidado a R$ 17.858.700 mil, equivalente a US$ 9,801,163 mil. A distribuição percentual por tipo de moeda é a seguinte:

	US$	EURO	YEN
Controladora	95,63%	0,88%	3,50%
Consolidado	97,77%	0,45%	1,78%

c) Os empréstimos e financiamentos estão sujeitos a encargos, cuja taxa média em 2011, é de 4,97% e 2010 foi de 4,19%.

d) A parcela de longo prazo dos empréstimos e financiamentos expressa em milhares de Dólares Norte-Americanos, tem seu vencimento assim programado:

	2013	2014	2015	2016	2017	Após 2017	Total
Controladora	274.073	306.488	508.325	278.518	275.143	7.926.451	9.568.996
Consolidado	603.190	674.530	1.118.741	612.972	605.545	17.444.844	21.059.822

Notas Explicativas

II – Operação de arrendamento financeiro:

Na controlada Amazonas Energia os arrendamentos são classificados como financeiros quando os termos dos respectivos contratos transferem substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário. Todos os outros arrendamentos são classificados como operacional.

Os ativos adquiridos através do arrendamento financeiro são depreciados com base a vida útil dos ativos.

O valor nominal utilizado no cálculo dos ativos e passivos originados pelos referidos contratos foi encontrado tomando como referência o valor fixado para a contratação de potencia mensal contratada, multiplicada pela capacidade instalada (60 a 65 MW) e pela quantidade de meses de vigência do contrato.

A conciliação entre o total dos pagamentos mínimos futuros do arrendamento financeiro da Companhia e o seu valor presente, está demonstrada no quadro abaixo:

	CONSOLIDADO	
	31/03/2012	31/12/2011
Menos de um ano	298.830	283.831
Mais de um ano e menos de cinco anos	1.494.150	1.419.154
Mais de cinco anos	2.141.615	2.105.079
Encargos de financiamentos futuros sobre os arrendamentos financeiros	24.533	202.636
Obrigações brutas de arrendamento financeiro - pagamentos mínimos de arrendamento	3.959.128	4.010.700
Ajuste a valor presente	(2.039.055)	(2.092.159)
Total de pagamentos mínimos de arrendamento financeiros	1.920.073	1.918.541
Menos de um ano	145.828	142.997
Mais de um ano e menos de cinco anos	729.142	714.984
Mais de cinco anos	1.045.103	1.060.560
Valor presente dos pagamentos	1.920.073	1.918.541

III – GARANTIAS

A Companhia participa na qualidade de interveniente garantidora de diversos empreendimentos cujos montantes garantidos, projeções e valores já pagos estão demonstrados nos quadros abaixo.

Notas Explicativas

EM R$ MIL

Empresas	Empreendimento	Modalidade (corporativo/SPE)	Participação	Valor do Financiamento (Quota	Saldo Devedor em 31/03/2012
Eletronorte, Chesf e Eletrc	Norte Energia	SPE	49,98%	1.975.094	1.117.404
Eletrosul e Chesf	ESBR	SPE	40%	2.888.000	2.956.255
Eletrosul	Cerro Chato I, II e III	SPE	90%	201.077	192.681
Eletrosul	RS Energia	SPE	100%	177.532	109.401
Eletrosul	Artemis Transmissora de Energia	SPE	100%	170.029	91.120
Eletrosul e Eletronorte	Norte Brasil Transmissora	SPE	49,0%	144.550	154.005
Eletrosul	Porte Velho Transmissora de Energia	SPE	100%	283.411	286.141
Eletrosul	UHE Mauá	SPE	49%	178.769	181.682
Eletrosul	UHE Passo de São João	Corporativo	100%	198.080	186.856
Eletrosul	SC Energia	Corporativo	100%	270.197	173.150
Eletrosul	UHE São Domingos	Corporativo	100%	207.000	184.104
Eletronorte	São Luis II e III	Corporativo	100%	13.653	12.398
Eletronorte	Miranda II	Corporativo	100%	47.531	37.820
Eletronorte	Ribeiro Gonç./Balsas	Corporativo	100%	70.000	70.514
Eletronorte	Lechuga/J. Teixeira	Corporativo	100%	25.720	-
Eletronorte	UHE Tucuruí	Corporativo	100%	931.000	459.680
Eletronorte	Linha Verde Transmissora	SPE	49,00%	147.000	168.901
Eletronorte e Chesf	Manaus Transmissora	SPE	49,50%	321.750	318.240
Eletronorte	Estação Transmissora de Energia	SPE	100,00%	949.055	688.387
Eletronorte	Rio Branco Transmissora	SPE	100,00%	238.000	106.603
Eletronorte	Transmissora Matogrossense Energia	SPE	49,00%	80.850	82.938
Eletronorte e Furnas	Rei dos Ventos 1 Eolo	SPE	49,00%	25.872	26.618
Eletronorte e Furnas	Brasventos Miassaba 3	SPE	49,00%	27.425	28.216
Eletronorte e Furnas	Rei dos Ventos 3	SPE	49,00%	11.383	11.603
Eletronuclear	Angra III	Corporativo	100,00%	6.146.256	716.000
Furnas e Chesf	IE Madeira	SPE	49,0%	609.884	609.884
Furnas	UHE Batalha	Corporativa	100%	224.000	176.570
Furnas	UHE Simplício	Corporativa	100%	1.034.410	841.660
Furnas	UHE Baguari	Corporativa	15%	60.153	54.096
Furnas	UHE Santo Antônio	SPE	39%	2.589.051	3.026.238
Furnas	UHE Foz do Chapecó	SPE	40%	662.335	805.882
Furnas	Centroeste de Minas	SPE	49%	13.827	10.474
Furnas	Serra do Facão	SPE	49,5%	257.357	289.134
Furnas	Goiás Transmissão	SPE	49%	97.020	37.050
Furnas	MGE	SPE	49%	58.310	27.148
Furnas	Transenergia São Paulo	SPE	49%	18.963	18.077
Furnas	Transenergia Renovável	SPE	49%	138.572	60.578
Total				**21.493.115**	**14.317.505**

A Companhia provisionou na rubrica provisões no passivo não circulante o valor justo referente aos montantes garantidos pela Eletrobras sobre recursos já liberados pelos bancos financiadores. A provisão é efetuada com base no valor justo da garantia da Eletrobrás, conforme demonstrado abaixo:

	Valor Provisionado
Garantia devida em 31/12/2011	160.229
Movimentação em 2012	(17.054)
Garantia devida em 31/03/2012	143.175

a) UHE Simplício - empreendimento da controlada Furnas, com capacidade instalada de geração de 337,7 MW. O empreendimento tem 100% de participação de Furnas. Assim, a garantia da Eletrobras é de 100% do financiamento.

b) UHE Mauá – empreendimento com capacidade instalada de 361 MW, em parceria entre a controladora Eletrosul (49%) e a Copel (51%). Nesta UHE há dois contratos com o BNDES, o direto e o indireto, sendo a Eletrobras interveniente garantidora de 49% dos dois contratos.

c) UHE Jirau - SPE Energia Sustentável do Brasil, formada pelas controladas Eletrosul, CHESF, GDF Suez Energy e Camargo Corrêa, com capacidade instalada de

Notas Explicativas

3.450MW. Para o empreendimento foram contratados dois financiamentos junto ao BNDES, sendo um direto e outro indireto, via bancos repassadores, , a serem pagos em 240 meses. A Eletrobras é interveniente garantidora da participação de cada uma das suas controladas – Eletrosul (20%) e CHESF (20%).

d) UHE Santo Antônio - SPE Santo Antônio Energia, formada por Furnas, CEMIG, Fundo de Investimentos em Participação Amazônica Energia – FIP, Construtora Norberto Odebrecht S/A, Odebrecht Investimentos em Infraestrutura Ltda e Andrade Gutierrez Participações S/A, com capacidade instalada de 3.150 MW. A Eletrobras é interveniente anuente em financiamentos junto ao BNDES e ao Banco da Amazônia, , limitada a interveniência à participação de Furnas (39%).

e) UHE Foz do Chapecó – SPE Foz do Chapecó Energia, cuja usina tem capacidade instalada de 855MW, tem a Eletrobras como garantidora dos instrumentos contratuais junto ao BNDES, que totalizam, em substituição às Fianças Bancárias anteriormente contratadas, limitadas ao percentual de Furnas na SPE (40%).

f) UHE Baguari – Projeto corporativo de Furnas, com 140MW de capacidade instalada. A Eletrobras é garantidora de 15% do contrato de financiamento junto ao BNDES.

g) UHE Serra do Facão –SPE Serra do Facão, formada por Furnas (49.5%), Alcoa Alumínio S.A.(30,5%), DME Energética (10%) e Camargo Corrêa Energia S.A (10%), com capacidade instalada de 210MW. A prestação de garantia pela Eletrobras no financiamento junto ao BNDES é referente à participação de Furnas no empreendimento.

h) Eólicas Cerro Chato I, II e III – SPE's Eólicas Cerro Chato I, II e III são formadas pela Eletrosul (90%) e Wobben (10%), com capacidade instalada de 30MW cada. Possui 80% de financiamento com prazo de pagamento de 10 anos, sendo 2 anos de carência. O aval da Eletrobras é de 90% do financiamento.

i) Norte Brasil Transmissora de Energia – SPE, com participação da Eletronorte (24,5%) e Eletrosul (24,5%) tem como objetivo a implantação, operação e manutenção da LT Porto Velho/Araraquara, com extensão de 2.375 km.

j) Manaus Transmissora de Energia – SPE, que tem participação da Eletronorte (30%) e Chesf (19,5%) tem como objetivo implementar e operar 4 subestações e uma linha de transmissão de 586 km (LT Oriximiná/Itacoatiara/Cariri). A Eletrobras presta garantias em dois financiamentos neste empreendimento (BASA e BNDES).

k) Mangue Seco 2 – SPE com participação de 49% da Eletrobras e 51% da Petrobras para construção e operação de três usinas eólicas em Guararé, no Rio Grande do Norte. Neste empreendimento há prestação de garantia pela Eletrobras, proporcional a sua participação no contrato de financiamento de longo prazo junto ao BNB.

l) UHE Batalha – Empreendimento corporativo de Furnas com capacidade de gerar 52,5MW, com financiamento junto ao BNDES . A Eletrobras figura como garantidora do referido contrato.

m) RS Energia – Garantia à Eletrosul no financiamento junto ao BNDES e Bancos repassadores quando da compra da participação acionária das empresas Schahin

Notas Explicativas

Engenharia S/A e Engevix Engenharia S/A nas transmissoras. A Eletrosul tem 100% de participação na RS.

n) IE Madeira - SPE Interligação Elétrica do Madeira, com participações de Furnas (24,5%) e Chesf (24,5%). Neste empreendimento, há contra garantia da Eletrobras nos Contratos de Fiança Bancária, em garantia ao empréstimo de curto prazo junto ao BNDES, no limite de participação de suas controladas. Há ainda um empréstimo de curto prazo junto ao BNDES, no qual a Eletrobras figura como interveniente, na proporção de suas controladas.

o) UHE Belo Monte – SPE Norte Energia, com capacidade instalada de 11.233 MW, de Chesf (15%), Eletronorte (19,98%) e Eletrobras (15%), além de outros sócios. Prestação de garantia da Eletrobras em favor da SPE para as obrigações junto à seguradora JMALUCELLI, no âmbito do contrato de seguro garantia. A Eletrobras é também interveniente em um empréstimo de curto prazo firmado junto ao BNDES.

p) Angra III – A Eletrobras é garantidora no financiamento da Eletronuclear junto ao BNDES, para a construção do empreendimento corporativo da UTN Angra III.

NOTA 22 – DEBÊNTURES

Em 31 de março de 2012, a composição do saldo da rubrica de debêntures a pagar está assim apresentada:

Tx de juros	Vencimento	31/03/2012	31/12/2011
106,5% CDI	15/09/2012	216.575	210.984
IPCA +6,5% aa	30/09/2012	288.236	279.387
IPCA +6,5% aa	30/12/2012	256.724	248.866
IPCA +6,5% aa	30/09/2013	288.235	279.410
		1.049.770	1.018.647

O montante de R$ 216.575 refere-se à emissão de 420 debêntures, Série Única, com vencimento em 15 de setembro de 2012, com taxa de juros de 106,5% do CDI, com valor unitário de R$ 1.000 cada, efetuada pela SPE Interligação Elétrica do Madeira S.A, sendo, 400 debêntures emitidas em 15 de setembro de 2011 e sendo as restantes 20 debêntures em 03 de outubro de 2011. Estas debêntures estão previstas para serem resgatadas em sua totalidade com recursos provenientes da contratação de financiamento de longo prazo junto ao BNDES.

O montante de R$ 833.195 refere-se à emissão de 1.500.000.000 debêntures não conversíveis em ações pela investida SPE Madeira Energia, tendo o Fundo de Investimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FI-FGTS) como debenturista e OPI, CNO, Andrade Gutierrez Participações S.A., Fundo de Investimento em Participações Amazônia Energia, FURNAS e Cemig Geração e Transmissão S.A. como intervenientes e a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, como agente fiduciária e agente do debenturista. A emissão deste título tem por objetivo captar recursos destinados à construção da UHE Santo Antônio e de seu sistema de transmissão associado.

NOTA 23 - EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO

Notas Explicativas

O Empréstimo Compulsório sobre o consumo de energia elétrica, instituído pela Lei 4.156/1962 com o objetivo de gerar recursos destinados à expansão do setor elétrico brasileiro, foi extinto pela Lei 7.181, de 20 de dezembro de 1983, que fixou a data de 31 de dezembro de 1993 como o prazo final de arrecadação.

Na primeira fase desse Empréstimo Compulsório, encerrada com o advento do Decreto-Lei 1.512/1976, a cobrança do tributo alcançou diversas classes de consumidores de energia, e os créditos dos contribuintes foram representados por Obrigações ao Portador emitidas pela Eletrobras.

No segundo momento, iniciado com as disposições contidas no referido Decreto-Lei, o Empréstimo Compulsório em questão passou a ser cobrado somente de indústrias com consumo mensal de energia superior a 2.000 kwh, e os créditos dos contribuintes deixaram de ser representados por títulos, passando a ser simplesmente escriturados pela Eletrobras.

O saldo do Empréstimo Compulsório remanescente, após a 4ª conversão em ações, ocorrida em 30 de abril de 2008, relativa aos créditos constituídos de 1988 à 2004, estão registrados no passivo circulante e não circulante, vencíveis a partir de 2008, e remunerados à taxa de 6% ao ano, acrescidos de atualização monetária com base na variação do IPCA-E, e correspondem, em 31 de março de 2012, a R$ 258.646 (31 de dezembro de 2011- R$ 227.174), dos quais R$ 245.669 no não circulante (31 de dezembro de 2011 - R$ 211.554).

I - Obrigações ao Portador emitidas pela Eletrobras

As Obrigações ao Portador, emitidas em decorrência do Empréstimo Compulsório, não constituem títulos mobiliários, não são negociáveis em Bolsa de Valores, não têm cotação e são inexigíveis. Desta forma, a Administração da Eletrobras esclarece que a Companhia não possui debêntures em circulação.

A emissão desses títulos decorreu de uma imposição legal e não de uma decisão empresarial da Eletrobras. Do mesmo modo, sua tomada pelos obrigacionistas não emanou de um ato de vontade, mas de um dever legal, por força da Lei 4.156/1962.

A CVM, em decisão de seu Colegiado proferida no processo administrativo CVM RJ 2005/7230, movido por detentores das mencionadas obrigações, afirma textualmente que "as obrigações emitidas pela Eletrobras em decorrência da Lei 4.156/1962 não podem ser consideradas como valores mobiliários".

Entendeu ainda a CVM que não há qualquer irregularidade nos procedimentos adotados pela Eletrobras em suas Demonstrações Financeiras, no que se refere às citadas obrigações, tampouco na divulgação quanto à existência de ações judiciais.

A inexigibilidade dessas Obrigações ao Portador foi reforçada por decisões do Superior Tribunal de Justiça, que corroboram o entendimento de que esses títulos estão prescritos e que não se prestam para garantir execuções fiscais.

Portanto, as Obrigações ao Portador emitidas na primeira fase desse empréstimo compulsório, tal como decidido pela CVM, não se confundem com debêntures. Além disso, por força do disposto no artigo 4º, § 11 da Lei 4.156/1962 e no artigo 1º do Decreto 20.910/1932, são inexigíveis, condição confirmada no Informativo 344 do

Notas Explicativas

Superior Tribunal de Justiça - STJ, de onde consta que essas Obrigações não podem ser utilizadas como garantia de execuções fiscais, por não terem liquidez e não serem debêntures.

Desta forma, o passivo relativo ao Empréstimo Compulsório refere-se aos créditos residuais, constituídos de 1988 a 1994, dos consumidores industriais com consumo superior a 2.000 kW/h, referentes à segunda fase desse Empréstimo Compulsório, bem como aos juros não reclamados relativos a esses créditos, conforme demonstrado:

	CONTROLADORA	
	31/03/2012	31/12/2011
CIRCULANTE		
Juros a Pagar	12.977	15.620
NÃO CIRCULANTE		
Créditos Arrecadados	245.669	211.554
	258.646	227.174

NOTA 24 - CONTA DE CONSUMO DE COMBUSTÍVEL – CCC

A Conta de Consumo de Combustíveis (CCC), criada pelo Decreto 73.102, de 7 de novembro de 1973, tem a finalidade aglutinar o rateio dos custos relacionados ao consumo de combustíveis para a geração de energia termoelétrica, especialmente na Região Norte do país.

Nos termos da Lei 8.631, de 04 de março de 1993, a Eletrobras administra os valores relativos aos recolhimentos efetuados pelos concessionários do serviço público de energia elétrica, para crédito na Conta de Consumo de Combustíveis – CCC, correspondentes às quotas anuais destinadas aos dispêndios com combustíveis para geração de energia elétrica. Os valores registrados no ativo circulante, em contrapartida ao passivo circulante, correspondem às disponibilidades de recursos, mantidos em caixa restrito, e às quotas não quitadas pelas concessionárias.

A Lei 12.111, de 9 de dezembro de 2009, reforma as premissas para contratação de energia elétrica e recebimento de subsídios, inclusive para localidades isoladas, a serem interligadas em futuro próximo. Sendo assim, os dispositivos nela contidos possuem eficácia a partir de 30 de junho de 2009, nos termos da Resolução normativa ANEEL 427, de 22 de fevereiro de 2011, de modo a permitir às Concessionárias, durante o período de transição para o Sistema Interligado Nacional – (SIN), a manutenção dos subsídios. Com isso, dar-se-á a estas empresas tratamento isonômico ao concedido às concessionárias do SIN, quando da criação do modelo vigente.

O objetivo da Lei 12.111/2009 é reembolsar os custos de geração de energia elétrica nos Sistemas Isolados, incluindo os custos relativos à contratação de energia e de potência associada à geração própria para atendimento ao serviço público de distribuição de energia elétrica, aos encargos do setor elétrico e impostos e, ainda, aos investimentos realizados, que deverá ocorrer através da Conta de Consumo de Combustíveis Fosseis - CCC.

Notas Explicativas

NOTA 25 – TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - PASSIVO

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2012	31/12/2011	31/03/2012	31/12/2011
Imposto de Renda	-	-	385.312	329.024
Contribuição Social	-	-	175.396	187.928
IR / CS diferidos	414.028	397.980	1.118.525	1.161.598
PASEP e COFINS	57.607	25.379	252.057	219.257
ICMS	179	183	167.382	124.662
PAES / REFIS	-	-	798.838	833.469
INSS	3.834	330	78.220	79.105
Total	475.648	423.872	2.975.730	2.935.043
Passivo circulante	70.329	40.190	1.066.772	1.032.521
Passivo não circulante	405.319	383.682	1.908.959	1.902.522

a) Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

	CONTROLADORA			
	31/03/2012		31/03/2011	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro (prejuízo) antes do IRPJ e CSLL	1.489.277	1.489.277	1.436.345	1.436.345
Total do IRPJ e CSLL calculado às alíquotas de	372.319	134.035	359.086	129.271
Efeitos de adições e (exclusões):				
Receita de Dividendos	(98)	(35)	(5.480)	(2)
Equivalência patrimonial	(254.218)	(91.519)	(224.519)	(80.827)
Provisão p/ Redução ao Valor de Mercado	41.803	16.129	-	-
Demais adições (exclusões)	2.065	832	(42.854)	17.104
Total da despesa (Receita)de IRPJ e CSLL	161.871	59.442	86.233	65.546

c) Incentivos Fiscais - SUDENE

A Medida Provisória 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, alterada pela Lei 11.196, de 21 de novembro de 2005, possibilita que as empresas situadas na Região Nordeste, que possuam empreendimentos no setor de infraestrutura considerado, em ato do Poder Executivo, prioritários para o desenvolvimento regional, reduzam o valor do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de instalação, ampliação, modernização ou diversificação.

A controlada Chesf obteve, em 2008, o direito à redução de 75% do Imposto de Renda, calculados com base no lucro da exploração. Tal incentivo foi concedido até o exercício de 2017.

Neste exercício, o incentivo fiscal mencionado totalizou R$ 110.951 (R$ 317.812, em 31 de dezembro de 2011), com registro no resultado do período como redução do imposto de renda apurado, em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 07.

Notas Explicativas

d) Parcelamento Especial - PAES

As controladas Furnas, Eletrosul, Eletronorte, Amazonas Energia e Distribuição Alagoas optaram pelo refinanciamento de débitos tributários. O prazo de financiamento é limitado a 180 meses e o saldo devedor é corrigido pela Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP e SELIC.

NOTA 26 – ENCARGOS SETORIAIS

		CONSOLIDADO	
CIRCULANTE		31/03/2012	31/12/2011
a)	Reserva Global de Reversão - RGR	184.663	181.868
b)	CCC/CDE	50.385	63.249
c)	Compensação Financeira - Recursos Hídricos	648.576	584.816
d)	Taxa de Fiscalização ANEEL	8.797	11.116
e)	PROINFA	46.783	60.643
f)	OUTROS	282	-
		939.486	901.692

a) Reserva global de Reversão - RGR

A contribuição para a formação da RGR é de responsabilidade das Empresas Concessionárias do Serviço Público de Energia Elétrica, mediante uma quota denominada Reversão e Encampação de Serviços de Energia Elétrica, de até 2,5% do valor dos investimentos dos concessionários e permissionários, limitado a 3% da receita anual. O valor da quota é computado como componente do custo do serviço das concessionárias.

As concessionárias recolhem suas quotas anuais ao Fundo, não controlada pela Eletrobras, em conta bancária vinculada, administrada pela Eletrobras, que movimenta a conta nos limites previstos na Lei 5.655/1971 e alterações posteriores, também não refletida nas Demonstrações Financeiras da Companhia, posto tratar-se de entidade autônoma em relação à Eletrobras.

b) Conta de Consumo de Combustível - CCC

Fundo setorial alterado pela Lei nº 12.111/2009, criado na década de 70, tem a finalidade de reembolsar parte do custo total de geração para atendimento ao serviço público de energia elétrica nos Sistemas Isolados, tendo sido mantida a cobertura para os empreendimentos sub-rogados.

Esse custo total de geração de energia elétrica para atender aos Sistemas Isolados abrange os custos relativos ao preço da energia e da potência associada contratada pelos agentes de distribuição, à geração própria desses agentes, inclusive aluguel de máquinas, e às importações de energia e potência associada, incluindo o custo da respectiva transmissão. Também estão compreendidos os encargos e impostos não recuperados, os investimentos realizados em geração própria, o preço da prestação do serviço de energia elétrica em regiões remotas, incluindo instalação, operação e manutenção de sistemas de geração descentralizada com redes associadas, e, ainda, a

Notas Explicativas

contratação de reserva de capacidade para garantir a segurança do suprimento de energia elétrica.

Do custo apurado, a CCC reembolsará a diferença em relação ao custo médio da potência e energia comercializadas no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) do Sistema Interligado Nacional (SIN).

Os recursos da CCC são provenientes do recolhimento de cotas pelas empresas distribuidoras, permissionárias e transmissoras de todo o país, na proporção e em valores determinados pela ANEEL. A partir da promulgação da Lei nº 12.111/2009, não há mais previsão de data para o encerramento das atividades desse fundo setorial e sua gestão não afeta o resultado da Companhia.

c) Conta de Desenvolvimento Energético - CDE

A Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) é destinada a promover o desenvolvimento energético dos estados, a projetos de universalização dos serviços de energia elétrica, ao programa subvenção aos consumidores de baixa renda e à expansão da malha de gás natural para o atendimento dos estados que ainda não possuem rede canalizada.

Criada em 26 de abril de 2002, a CDE tem duração de 25 anos e é gerida pela Eletrobras, cumprindo programação determinada pelo Ministério de Minas e Energia, não afetando o resultado da Companhia.

A CDE também é utilizada para garantir a competitividade da energia produzida a partir de fontes alternativas (eólica, pequenas centrais hidrelétricas e biomassa) e do carvão mineral nacional.

d) PROINFA

Programa do Governo Federal para o desenvolvimento de projetos para a diversificação da matriz energética brasileira e incentivo às fontes alternativas de energia elétrica, instituído pela Lei 10.438, de abril de 2002, é gerenciado pela companhia e busca soluções de cunho regional para o uso de fontes renováveis de energia.

O PROINFA prevê a operação de 144 usinas, totalizando 3.299,40 MW de capacidade instalada. As usinas do programa respondem pela geração de aproximadamente 12.000 GWh/ano - quantidade capaz de abastecer cerca de 6,9 milhões de residências e equivalente a 3,2% do consumo total anual do país. Os 3.299,40 MW contratados estão divididos em 1.191,24 MW provenientes de 63 Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), 1.422,92 MW de 54 usinas eólicas, e 685,24 MW de 27 usinas a base de biomassa. Essa energia tem garantia de contratação por 20 anos pela Eletrobras. As operações no âmbito do PROINFA não afetam o resultado da Companhia.
O Proinfa também proporciona a redução da emissão de gases de efeitos estufa da ordem de 2,8 milhões de toneladas de CO2/ano ao incluir as fontes limpas na produção de energia elétrica do país.

e) Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos

Notas Explicativas

A Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos para fins de geração de energia elétrica foi instituída pela Constituição Federal de 1988 e trata-se de um percentual que as concessionárias de geração hidrelétrica pagam pela utilização de recursos hídricos. A ANEEL gerencia a arrecadação e a distribuição dos recursos entre os beneficiários: Estados, Municípios e órgãos da administração direta da União.

Conforme estabelecido na Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, com modificações dadas pelas Leis nº 9.433/97, nº 9.984/00 e nº 9.993/00, são destinados 45% dos recursos aos Municípios atingidos pelos reservatórios das UHE's, enquanto que os Estados têm direito a outros 45%. A União fica com 10% do total. Geradoras caracterizadas como Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH´s), são dispensadas do pagamento da compensação financeira.

As concessionárias pagam 6,75% do valor da energia produzida a título de Compensação Financeira.

f) Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica

A Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica foi criada, pela Lei nº. 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e regulamentada pelo Decreto nº. 2.410, de 28 de novembro de 1997, com a finalidade de constituir a receita da Agência Nacional de Energia Elétrica cobertura das suas despesas administrativas e operacionais.

A TFSEE equivale a 0,5% do valor econômico agregado pelo concessionário, permissionário ou autorizado, inclusive no caso de produção independente e autoprodução, na exploração de serviços e instalações de energia elétrica.

A TFSEE é devida desde 1º de janeiro de 1997, sendo fixada anualmente pela ANEEL e paga em doze cotas mensais.

NOTA 27 - REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
Circulante	31/03/2012	31/12/2011
JCP exercício	1.093.423	1.066.951
Dividendos não reclamados	108.978	109.398
Dividendos retidos exercícios anteriores	3.222.254	3.147.364
	4.424.655	4.323.713
Não circulante		
Dividendos retidos exercícios anteriores	3.222.260	3.143.222
Total	7.646.915	7.466.935

O estatuto da Companhia estabelece como dividendo mínimo obrigatório 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária, respeitada a remuneração mínima para as ações preferenciais das classes A e B, de 8% e 6%, respectivamente, do valor nominal do capital social relativo a essas espécies e classes de ações, prevendo a possibilidade de pagamento de juros sobre capital próprio.

Dividendos Retidos de Exercícios Anteriores

Notas Explicativas

O Conselho de Administração da Companhia deliberou em janeiro de 2010 pagar os dividendos retidos mantidos até então na Reserva Especial de Dividendos não Distribuídos, em quatro parcelas anuais, a partir do exercício de 2010, inclusive.

Fazem jus ao referido recebimento as pessoas físicas e jurídicas que integram o quadro de Acionistas da Eletrobras em 29 de janeiro de 2010, restando serem liquidadas as parcelas de junho de 2012 e junho de 2013, no total de R$ 6.444.514 (R$ 6.290.586 em 31 dezembro de 2011).

Os créditos são remunerados pela variação da Taxa SELIC, até a data do efetivo pagamento de cada parcela, incidindo, sobre essa remuneração, retenção de IRRF, nos termos da legislação vigente.

Dividendos Prescritos

O saldo da remuneração aos acionistas, demonstrado no passivo circulante, contém a parcela de R$ 108.978 (R$ 109.398 em 31 de dezembro de 2011), referente a remunerações não reclamadas dos exercícios de 2008, 2009 e 2010. A remuneração relativa ao exercício de 2007, e anteriores, está prescrita, nos termos do Estatuto da Companhia.

NOTA 28 - CRÉDITOS DO TESOURO NACIONAL

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO			
	CIRCULANTE		NÃO CIRCULANTE	
	31/03/2012	31/12/2011	31/03/2012	31/12/2011
Aquisição de ações da CEEE-GT e CEEE-D	105.091	101.448	118.198	144.753
Outros	7.751	7.602	10.611	10.923
	112.842	109.050	128.809	155.676

NOTA 29 - BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO

As empresas do Sistema Eletrobras patrocinam planos de previdência aos seus empregados, bem como planos de assistência médica e seguro de vida pós-emprego em determinados casos. Esses benefícios são classificados como benefícios definidos (BD) e de contribuição defenida (CD).

Devido à estrutura descentralizada do Sistema Eletrobras, cada segmento patrocina seu próprio pacote de benefícios a empregados. De forma geral, o Grupo oferece aos seus atuais e futuros aposentados e aos seus dependentes benefícios do tipo previdenciário, de assistência à saúde e seguro de vida pós-emprego, conforme apresentado na tabela a seguir:

Notas Explicativas

Tipos de benefícios pós-emprego patrocinados pelas empresas do Sistema Eletrobras

Empresa	Planos de benefícios previdenciários			Outros benefícios pós-emprego	
	Plano BD	Plano Saldado	Plano CD	Seguro de Vida	Plano de Saúde
Eletrobras	X		X	X	
Amazonas	X		X		
Boa Vista	X		X		X
Ceal	X		X		X
Cepisa	X				
Ceron			X		
CGTEE	X				
Chesf	X	X	X	X	
Eletroacre			X		
Eletronorte	X		X	X	X
Eletronuclear	X			X	X
Eletrosul	X		X		X
Furnas	X		X	X	X
Itaipu BR	X			X	X
Itaipu PY	X			X	X

Com a adoção dos padrões estabelecidos pelo CPC 33/IAS 19, a Administração da Companhia decidiu pela alteração da política contábil de reconhecimento de ganhos e perdas atuariais, tendo adotado, a partir de 1º de janeiro de 2009, a política de reconhecimento imediato, no período em que ocorrerem os ganhos e perdas atuariais diretamente em Outros Resultados Abrangentes, conforme permitido pelo item 93A do CPC 33/IAS 19.

A seguir estão apresentados os resultados consolidados do grupo Eletrobras. A data de avaliação para cada ano é 31 de dezembro.

	Controladora		Consolidado	
Planos de benefícios previdenciários - Valores reconhecidos no balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício	2011	2010	2011	2010
Valor de passivo/(ativo) de benefícios pós-emprego	147.451	-	1.838.409	1.656.415
Outros benefícios pós-emprego - Valores reconhecidos no balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício				
Valor de passivo/(ativo) de benefícios pós-emprego	18.332	30.617	869.525	741.116
Valor do passivo registrado	165.783	30.617	2.707.933	2.397.530
Planos de benefícios previdenciários - Movimentação de Outros Resultados Abrangentes - ORA				
Valor acumulado em ORA no final do exercício	174.371	(5.325)	1.373.860	840.085
Outros benefícios pós-emprego - Movimentação de Outros Resultados Abrangentes - ORA				
Valor acumulado em ORA no final do exercício	(7.463)	6.837	672.177	615.840
Valor do ORA registrado	166.908	1.512	2.046.037	1.455.925

A companhia e suas controladas, avaliam seus passivos atuariais anualmente e consequentemente, os valores apresentados acima podem sofrer alteração em razão da avaliação que será realizada para a data base de 31 de dezembro de 2012.

Notas Explicativas

NOTA 30 - PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

A Eletrobras e suas controladas são partes envolvidas em diversas ações em andamento no âmbito do judiciário, principalmente nas esferas trabalhista e cível, que se encontram em vários estágios de julgamento.

Na data de encerramento das informações trimestrais, a Companhia apresenta as seguintes provisões para obrigações legais vinculadas a processos judiciais, por natureza:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2012	31/12/2011	31/03/2012	31/12/2011
CIRCULANTE				
Trabalhistas	-	-	72.496	67.544
Tributárias	-	-	78.226	76.477
Cíveis	-	-	53.795	95.169
Outros	-	-	1.000	1.000
	-	-	205.517	240.190
NÃO CIRCULANTE				
Trabalhistas	4.391	4.293	711.050	786.040
Tributárias	-	-	304.524	297.721
Cíveis	1.466.696	1.442.104	3.367.442	3.265.014
Outros	-	-	286.875	303.401
	1.471.087	1.446.397	4.669.891	4.652.176
	1.471.087	1.446.397	4.875.408	4.892.366

A administração da Companhia adota o procedimento de classificar as causas impetradas contra a Companhia em função do risco de perda, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, da seguinte forma:

- para as causas cujo desfecho negativo para a Companhia seja considerado como provável, são constituídas provisões;
- para as causas cujo desfecho negativo para a Companhia seja considerado como possível, as informações correspondentes são divulgadas em Notas Explicativas, quando relevantes, e
- para as causas cujo desfecho negativo para a Companhia seja considerado como remoto, somente são divulgadas em Notas Explicativas as informações relevantes, que, a critério da administração, sejam julgadas de relevância para o pleno entendimento das Demonstrações Financeiras.
- Nas datas das demonstrações financeiras não haviam causas dignas de menção, cujo desfecho negativo seja considerado possível ou remoto.

Notas Explicativas

Portanto, para fazer face a eventuais perdas, são constituídas as provisões para contingências, julgadas pela administração da Companhia e de suas controladas, amparadas em seus consultores jurídicos, como suficientes para cobrir eventuais perdas em processos judiciais e tiveram, neste exercício, a seguinte evolução:

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
Saldo em 31/12/2011	1.446.397	4.892.366
Constituição de provisões	24.690	246.931
Reversão de provisões	-	(247.105)
Pagamentos	-	(16.784)
Saldo em 31/03/2012	1.471.087	4.875.408

1 – Principais Ações judiciais movidas contra a Companhia e suas controladas e spe's com probabilidade de perda provável:

1.1 - Ações judiciais cíveis

1.1.1 – Na Controladora

Ações judiciais que têm por objeto a aplicação, aos créditos escriturais do Empréstimo Compulsório constituídos a partir de 1978, de critérios de atualização monetária diversos daqueles estabelecidos na legislação específica. A Companhia mantém provisão para contingências cíveis, na controladora, no valor de R$ 1.471.087 (31 de dezembro de 2011 - R$ 1.446.397), para fazer face às perdas esperadas com estas ações judiciais, sendo R$ 24.690 reconhecidas neste trimestre.

As demandas que foram objeto de provisão impugnam a sistemática de cálculo de atualização monetária determinada pela legislação que rege o Empréstimo Compulsório, utilizada para a atualização dos créditos constituídos a partir de 1978, créditos esses que foram integralmente pagos pela Eletrobras por intermédio de conversões em ações ocorridas através da 72ª, 82ª e da 142ª Assembleias Gerais Extraordinárias da Eletrobras.

Existem atualmente cerca de 2.294 ações judiciais com esse objeto tramitando em diversas instâncias e a administração da Companhia, amparada na avaliação de seus consultores jurídicos, estima entre seis a oito anos, o prazo médio para a solução definitiva dos processos em curso.

Em julgamento ocorrido em 12 de agosto de 2009, no que diz respeito aos créditos do Empréstimo Compulsório, os recursos interpostos pela Eletrobras foram parcialmente providos pelo STJ, vez que foram considerados prescritos os créditos das 1ª e 2ª conversões. Também foi considerada não aplicável a taxa Selic sobre o principal, incidindo juros apenas a partir da data da citação. Foi confirmada a conversão dos referidos créditos pelo valor patrimonial da ação.

Em decorrência desse julgamento, as premissas de cálculo consideradas na determinação do valor da provisão, leva em consideração os impactos nos aspectos jurídicos e metodológicos decorrentes da decisão judicial.

Notas Explicativas

Essas ações não se confundem com aquelas ajuizadas com a pretensão de obter o resgate das Obrigações ao Portador, atualmente inexigíveis, emitidas em decorrência do Empréstimo Compulsório.

1.1.2 - Em empresas controladas

1.1.2.1 - Na controlada Chesf:

a) A Chesf é autora de um processo judicial no qual pede a declaração de nulidade parcial de aditivo (Fator K de correção analítica de preços) ao contrato de empreitada das obras civis da Usina Hidrelétrica Xingó, firmado com o Consórcio formado pela Companhia Brasileira de Projetos e Obras – CBPO, CONSTRAN S.A. – Construções e Comércio e Mendes Júnior Engenharia S.A., e a devolução de importâncias pagas, a título de Fator K, no valor de aproximadamente R$ 350 milhões, em dobro.

A ação foi ajuizada perante a Justiça Federal, mas a decisão do Tribunal Regional Federal da 5ª Região determinou a sua tramitação perante a Justiça Estadual de Pernambuco. A ação ajuizada pela Companhia foi julgada improcedente. A reconvenção apresentada pelas rés foi julgada procedente pelo Juízo da 12ª Vara Cível da Comarca do Recife, e a decisão foi mantida pela 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco.

A Chesf e a União Federal, sua assistente neste processo, apresentaram recursos especiais e extraordinários, discutindo a decisão no feito principal e decisões prolatadas, que podem resultar na anulação do processo. O Superior Tribunal de Justiça, em agosto de 2010, deu provimento a um desses recursos especiais apresentado pela Chesf, reduzindo o valor da causa, o que implica substancial redução nos honorários a serem eventualmente pagos na ação principal. O mesmo STJ negou provimento aos demais recursos especiais apresentados pela Chesf e União Federal, mantendo, portanto, a decisão do Tribunal de Justiça de Pernambuco, que julgou improcedente a ação declaratória movida pela Chesf e julgou procedente a reconvenção apresentada pelas rés. Nesse julgamento, o STJ reduziu substancialmente a condenação em honorários. As partes ainda não foram intimadas dessas decisões, contra as quais ainda há possibilidade de apresentação de recursos. Em 31/03/2012 aguardava-se, ainda, a intimação das partes quanto as decisões proferidas pelo STJ.

Em novembro/1998, as rés apresentaram pedido de execução provisória da decisão, no valor de R$ 245 milhões, estando o processo suspenso por determinação do Ministro Presidente do STJ (PET 1621). Essa Liminar foi objeto de Agravo Regimental por parte do Consórcio, o qual foi julgado em 24/06/2002, mantendo-se por unanimidade a Liminar antes concedida pelo Presidente do STJ, ficando, desta forma, afastada a possibilidade de execução das quantias resultantes do processo, antes do trânsito em julgado da decisão final.

Posteriormente as rés apresentaram perante o Juízo da 12ª Vara Cível do Recife processo de liquidação da decisão, com a finalidade de apurar o valor atual da condenação, na hipótese de serem negados todos os recursos da Chesf e da União Federal.

Nos autos dessa ação de liquidação o Juiz da 12ª Vara Cível reconheceu que a competência para apreciar a demanda é da Justiça Federal, considerando a presença da União como parte interessada no feito. Inconformado com essa decisão, o Consórcio Xingó interpôs agravo de instrumento, tendo o Tribunal de Justiça de Pernambuco

Notas Explicativas

alterado essa decisão e determinado que a competência para julgamento do processo de liquidação é da Justiça Comum Estadual. Contra essa decisão do TJPE, foram interpostos recursos especial e extraordinário, pela Chesf e pela União Federal. Em outubro/2010 referidos recursos foram julgados em desfavor da Chesf e da União, salvo na parte referente aos honorários dos patronos do Consórcio, que foram reduzidos. Em 31/03/2011, aguardava-se a publicação dos acórdãos correspondentes.

Posteriormente, o Juiz Substituto na 12ª Vara Cível da Comarca do Recife proferiu sentença julgando o processo de liquidação e fixando o valor da condenação em R$ 842.469, havendo a Chesf interposto, contra essa decisão, os cabíveis embargos de declaração, considerando que a sentença deixou de se manifestar sobre diversas impugnações apresentadas pela Chesf em torno do laudo pericial oferecido pelo perito do juízo.

Julgando esses embargos de declaração, o Juiz da 12ª Vara Cível extinguiu o processo de liquidação, por considerar que a matéria ainda se encontrava *sub judice* no STJ. Contra essa decisão o Consórcio Xingó interpôs agravo de instrumento para o Tribunal de Justiça de Pernambuco. A 6ª Câmara Cível do TJPE ao apreciar a matéria, em 26/05/2011, converteu o agravo de instrumento em apelação e julgou-a procedente. Contra essa decisão a Chesf interpôs Embargos de Declaração, ainda *sub judice*. Em 31/12/2011 encontravam-se em tramitação no STJ embargos de declaração interpostos pelo Consórcio Xingó, no que se refere à decisão daquela corte em torno do valor da causa e dos honorários de sucumbência, devidamente contra-arrazoados pela Chesf e no TJPE os mesmos embargos interpostos pela Chesf conforme anteriormente informado. Em 23/03/2012 o TJPE julgou os embargos interpostos pela Chesf e a União mas, como não fez de forma clara, novos embargos foram interpostos, no prazo legal, para se obter o devido esclarecimento sobre o conteúdo da decisão.

A Administração, fundamentada na opinião de seus consultores jurídicos e baseada em cálculos que levaram em conta a suspensão do pagamento das parcelas relativas ao Fator K e suas respectivas atualizações monetárias, mantém registro de provisão, no Passivo Não Circulante, cujo montante atualizado em 31/12/2011 é de R$ 460.887, para fazer face a eventuais perdas decorrentes deste assunto. Esta provisão corresponde à glosa parcial do Fator K entre julho de 1990 e dezembro de 1993, em obediência à Lei nº 8.030/1990, e suspensão integral do pagamento do Fator K, no período de janeiro de 1994 a janeiro de 1996, por entendimento da Companhia.
Inexiste previsão de tempo para o desfecho desta lide.

b) Ação de Indenização de 14.400 ha. de terra na Fazenda Aldeia, proposta na Comarca de Sento Sé (BA), pelo Espólio de Aderson Moura de Souza e esposa (Proc. 0085/1993). A Sentença de primeiro grau julgou procedente o pedido condenando a Chesf no valor de R$ 50.000, correspondente a principal mais juros e correção monetária. Em 31/12/2008, a Chesf havia interposto recurso para o Tribunal de Justiça da Bahia. Em 31/03/2009 o processo foi transferido para a Justiça Federal face intervenção da União Federal na qualidade de assistente. Em 30/09/2009 a Chesf não tinha sido notificada sob a redistribuição dos autos. Em 30/06/2011 foi julgado parcialmente procedente recurso de apelação interposto pela Chesf perante o Tribunal Regional Federal da 1ª Região, sendo negado provimento à apelação do autor, conforme acórdão publicado em 24/06/2011. Em 30/09/2011 foi ajuizada ação rescisória perante o Tribunal Regional Federal da Primeira Região. Em 31/12/2011 a liminar havia sido deferida para ordenar a interrupção da execução do processo principal. Em 31/03/2012 não houve movimentação de relevância no processo, estando a ação rescisória ainda pendente de julgamento. A Companhia possui em seu

Notas Explicativas

passivo não circulante provisão para suportar eventual perda nesta Ação no valor de R$ 100.000.

c) Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público de Pernambuco – MPPE em Petrolândia (Proc. 81643-3), resultante de direito de reassentamento de trabalhadores rurais afetados pela construção da UHE Itaparica. O Autor afirma ser inexistente por carência de legitimidade o acordo firmado pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais, em 06/12/1986, e requer a diferença das verbas de manutenções temporárias pagas no período, dando à causa o valor atualizado de aproximadamente R$ 87.000. Recurso de Apelação da Chesf, alegando a ilegitimidade do MPPE para o feito teve provimento pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco - TJPE, contudo, o STJ, em grau de recurso especial proposto pelo Autor reconheceu a legitimidade do MPPE e determinou a remessa dos autos ao TJPE. Em 19/04/2010, julgando o mérito da Apelação da Chesf, o TJPE, à unanimidade, negou-lhe provimento. A Chesf interpôs conjuntamente Recurso Especial e Recurso Extraordinário e correspondentes agravos de instrumento. Em 31/12/2011 o STJ havia concedido provimento ao agravo de instrumento da Chesf determinando a subida do Recurso Especial, o qual se encontra concluso com o relator. Em 31/03/2012 os autos se encontravam conclusos com o relator. A Companhia possui em seu passivo não circulante, provisão para suportar eventual perda nesta Ação no valor de R$ 87.000.

d) Ação de indenização por perdas e danos decorrente da não contratação da então Companhia Brasileira de Petróleo Ipiranga em virtude de licitação para a aquisição de óleo combustível para a Usina Termelétrica de Camaçari (BA), o que teria caracterizado, no dizer da demandante, a figura dos lucros cessantes, ou seja, valores que efetivamente deixou de ganhar pela não efetivação do contrato em tela. A Chesf interpôs, sucessivamente, recurso de apelação, recurso especial, agravo de instrumento em recurso especial e agravo regimental no agravo de instrumento em recurso especial; contudo, não obteve êxito. Em 31/03/2012 o processo se encontra em fase de execução na 5.ª Vara Cível da Comarca do Recife - PE, pendente de apreciação de impugnação ao cumprimento de sentença. A Companhia possui em seu passivo não circulante provisão para suportar eventual perda nessa ação no valor de R$ 23.292.

1.1.2.2 - Na Controlada Eletronorte:

Diversas demandas cíveis de caráter indenizatório por perdas financeiras, em função de atrasos de pagamentos a fornecedores e, por desapropriações de áreas inundadas por reservatórios de usinas hidrelétricas. O montante estimado de perda, cuja probabilidade é provável, é de R$ 700.723.

1.1.2.3. – Na Controlada Furnas

1) Ação de cobrança movida pela AES Tietê no valor estimado de R$ 51.104 mil. FURNAS efetuou depósito no mesmo valor do qual foi liberado, pelo juízo para saque da AES, o valor de R$ 46.458 mil. O saldo remanescente, R$ 4.312 mil, ainda está em discussão e a probabilidade de perda é provável.

2) Ação movida pela Tractebel no valor estimado de R$ 82.785 mil cujo objeto é correção monetária de contratos iniciais cujas faturas foram liquidadas após vencimento. Probabilidade de perda provável, no montante de R$ 75.520 mil.

Notas Explicativas

3) Autos de infração lavrados pela Aneel que estão sendo contestados por FURNAS cujas ações ajuizadas possuem probabilidade de perda provável.

1.1.2.4 – Na controlada Ceron

a) Diferencial de alíquota do ICMS, no período de 2001 e 2002, objeto dos Autos de Infração nº. 01.037.884-4 e 01.037.885-2, no montante de R$ 12.324, atualizado até 31 de março de 2012.

b) Autos de infração – ANEEL

Em dezembro de 2011, após a manifestação da assessoria jurídica da Companhia com o posicionamento na alteração da probabilidade de êxito possível para provável dos autos de infração, a Companhia registrou como provisão passiva os autos de infração lavrados pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, em decorrência de não conformidade e procedimentos ocasionados por descumprimento às resoluções vigentes que são estabelecidas ao setor elétrico.
A seguir, elencamos o detalhamento dos autos:

AI	Origem	Período	Valor R$		
004/2008	DEC e FEC	2003, 2004 e 2006	15.702	3.496	19.198
038/2010-SFE	DEC e FEC	2008	1.899	434	2.333
043/2010-SFE	Índices INS, ICO e IAB		109	24	133
054/2010-SFE	Informações Perdas Técnicas		889	985	1.874
078/2010-SFE	Não conformidade nas áreas técnicas e comercial		1.171	248	1.419
089/2010-SFE	DEC e FEC	2009	4.301	852	5.153
090/2010-SFE	Índices DRP e DRC	2008 a 2009	1.472	286	1.758
128/2010-SFE	DIC, FIC e DMIC		1.689	247	1.936
039/201-SFG	Não equacionamento reposição óleo díesel a CCC		8.585	1.335	9.920
066/2011-SFE	Descumprimento item 5.4 seção 8.2 - Prodist		1.038	52	1.090
006/2012-SFE	Índices INS, ICO e IAB		3.673	100	3.773
	Total dos Autos		**40.528**	**8.059**	**48.587**

DEC – Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora
FEC – Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora
INS – Índice de Nível de Serviço
ICO – Índice de Chamadas Ocupadas
IAB – Índice de Abandono
DRP – Duração Relativa da Transgressão de Tensão Precária
DRC – Duração Relativa da Transgressão de Tensão Crítica
DIC – Duração de Interrupção Individual por Unidade Consumidora
FIC – Frequência de Interrupção Individual por Unidade Consumidora
DMIC - Duração Máxima de Interrupção Contínua por Unidade Consumidora
PRODIST – Procedimentos de Distribuição de Energia Elétrica no Sistema Elétrico Nacional.

Para todos os autos acima, a Companhia apresentou recursos, cujas penalidades foram mantidas pelo Órgão Regulador e os assuntos foram encerrados na esfera administrativa.

Para os autos 004/2008, 038/2010, 043/2010, 054/2010, 078/2010, 089/2010 e 090/2010, a Companhia interpôs as ações judiciais efetivando os respectivos depósitos. Os demais autos a Companhia está analisando a viabilidade de ajuizar as ações.

As ações principais judiciais movidas contra a Companhia e suas controladas com probabilidade de perda possível são as mesmas apresentadas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e não tiveram alterações quanto aos seus montantes e avaliações de probabilidade de perda para a Companhia, de acordo com seus consultores jurídicos.

Notas Explicativas

1.2 - Ações judiciais trabalhistas

1.2.1 - Em empresas controladas

1.2.1.1 - Na controlada Furnas:

a) Data – base dos engenheiros

Data-base dos engenheiros – o Sindicato dos Engenheiros do Rio de Janeiro ajuizou ações trabalhistas no sentido de reaver diferenças salariais relativas à mudança de data-base dos engenheiros, estando atualmente o processo em fase de liquidação. O valor estimado deste processo é de R$ 33.355 mil para a probabilidade de perda provável;

b) Periculosidade

Diversas ações promovidas, nas quais são pleiteadas o adicional de periculosidade, no entendimento de que deva ser concedido o percentual integral e não proporcional a todos os empregados que prestam serviços em atividade sujeita ao risco elétrico, no montante de R$ 34.971 mil.

c) Complemento de aposentadoria

Refere-se ao saldo a pagar relativo à complementação de aposentadoria – paridade com os empregados ativos, no montante de R$ 80.845 mil.

1.2.1.2 - Na Controlada Eletronorte:

Diversos processos judiciais trabalhistas, na sua grande parte, decorrentes de ações relativas à adicional de periculosidade, Plano Bresser, horas extras, cálculo de multa de FGTS e alinhamento de curva salarial. O montante estimado de perda provável é de R$ 184.842.

1.2.1.3 – Na controlada Ceal

O Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas no Estado de Alagoas, na qualidade de substituto processual, aforou reclamação trabalhista em favor dos empregados da Companhia, visando o recebimento de supostas diferenças salariais ocorridas em virtude da implantação do denominado "Plano Bresser" (Decreto-Lei nº 2.335/87).

O pedido teve amparo perante a Egrégia Segunda Junta de Conciliação e Julgamento de Maceió-AL, decisão esta confirmada pelo Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região, estando a decisão transitado em julgado.

Ocorre que, na execução da sentença, o Juízo da 2ª Vara do Trabalho de Maceió entendeu a época que não deveria haver limitação a data-base da categoria, o que extraordinariamente oneraria a execução, conseqüentemente criaria uma dívida vultosa.

Notas Explicativas

Daí o risco avaliado de perda ser provável quanto a avaliação de perda limitada a data base, pois o julgamento da limitação da data-base da categoria dar-se-á com a continuidade da execução.
Conforme a OJ/TST (SDI i) Nº 262, não ofende "à coisa julgada a limitação à data-base da categoria, na fase executória, da condenação ao pagamento de diferenças salariais decorrentes de planos econômicos".

O pagamento de diferenças salariais foi limitado à data base através da Súmula 322 do TST que estabelece: os reajustes salariais decorrentes dos chamados "gatilhos" e URPs, previstos legalmente como antecipação, são devidos tão-somente até a data-base de cada categoria.

Ressalta-se que entre as medidas judiciais cabíveis, ainda há a possibilidade de apresentação de Embargos à Execução, o que permitiria o exame da limitação dos cálculos à data base da categoria.

Acrescente-se a isso o fato de a União ter ingressado no feito como assistente, o que reforça a defesa da Companhia na busca pela limitação à data base. Bem como a decisão datada de 15 de março de 2011, do TRT da 19º Região, proc. 251900.68.5.19.1989.0002, da Companhia de Abastecimento de Águas e Saneamento de Alagoas – CASAL, que houve a limitação à data base. A Companhia registrou provisão para essa causa no valor de R$ 4.817

1.3 – Ações Judiciais Tributárias

1.3.1- Em empresas controladas

1.3.1.1 - Na controlada Furnas:

Autos de infração - FINSOCIAL, COFINS e PASEP

A principal ação registrada neste grupo refere-se ao questionamento de autos de infração lavrados contra FURNAS em 3 de maio de 2001, relativos ao Finsocial, Cofins e Pasep, no montante atualizado de R$ 1.098.900 mil (R$ 791.796 mil históricos), em decorrência de exclusões nas bases de cálculo relativas, principalmente, repasse e transporte de energia de Itaipu, por um período de dez anos. Estes autos de infração sobrepuseram-se a outros emitidos em 1999, para um período de fiscalização de cinco exercícios, no montante de R$ 615.089 mil, que haviam sido objeto de adesão ao Refis, em 1 de março de 2000, e transferidos, em 31 de julho de 2003, para o Paes.

Em 12 de junho de 2008, com a emissão, pelo STF, da Súmula Vinculante nº 8, a cobrança dos autos de infração foi reduzida para cinco anos, passando o montante atualizado de R$ 1.098.900 mil para R$ 202.208 mil.

A Empresa, baseada na divulgação das últimas decisões da Receita Federal, constituiu provisão para riscos fiscais, no valor total de R$ 87.218 mil, relativas ao Pasep / Cofins incidentes sobre a exclusão das bases de cálculo da RGR dos períodos de junho de 1996 a setembro de 2000 e outubro de 2005 a março de 2007. A diferença de R$ 114.990 mil refere-se a outras exclusões das referidas bases de cálculo, ainda em fase de julgamento, no qual existem possibilidades de ganho para FURNAS, segundo o entendimento de sua área jurídica.

Notas Explicativas

As provisões citadas são líquidas de depósitos judiciais e julgadas pela administração da Empresa e de suas investidas, amparadas no entendimento de seus respectivos consultores jurídicos, como suficientes para cobrir eventuais perdas em processos judiciais de qualquer natureza.

1.3.1.2 - Na controlada Chesf:

a) A controlada, possui questões envolvendo, basicamente, ações anulatórias de autos de infração; pleitos de ressarcimento de créditos (PIS/PASEP - COFINS) e outros tributos singulares. A companhia mantém provisão no valor de R$ 10.841 (em 31 de dezembro de 2011 - R$ 10.853).

1.3.1.3 - Na controlada Cepisa :

As ações fiscais provisionadas, consideradas com expectativa de perda provável, são compostas por processos referente a ICMS e ISS, que totalizam o montante de R$ 17.047.

NOTA 31 - OBRIGAÇÃO PARA DESMOBILIZAÇÃO DE ATIVOS

A Companhia reconhece obrigações para descomissionamento de usinas termonucleares, que se constituem em um programa de atividades exigidas pela Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN, que permite desmantelar com segurança e mínimo impacto ao meio ambiente essas instalações nucleares, ao final do ciclo operacional.

Dadas as características específicas de operação e manutenção de usinas termonucleares, sempre que ocorrerem alterações no valor estimado do custo de desmobilização, decorrentes de novos estudos em função de avanços tecnológicos, deverão ser alteradas as quotas de descomissionamento, de forma a ajustar o saldo da obrigação à nova realidade.

O saldo da obrigação, registrada a valor presente, em 31 de março de 2012 é de R$ 414.210 (31 de dezembro de 2011 – R$ 408.712).

Saldo do Passivo, a Valor Presente, em 31/12/2011	408.712
Ajuste a Valor Presente / Variação Cambial no período	5.498
Saldo do Passivo, a Valor Presente, em 31/03/2012	414.210

NOTA 32 – CONCESSÕES A PAGAR – USO DO BEM PÚBLICO

A Companhia tem contratos de concessão onerosa com a União para a utilização do bem público para a geração de energia elétrica, substancialmente em empreendimentos através das Sociedades de Propósito Específico - SPEs. As características dos negócios e dos contratos indicam a condição e intenção das partes de executá-los integralmente.

Notas Explicativas

Buscando refletir adequadamente, no patrimônio, a outorga onerosa da concessão e a respectiva obrigação perante a União, os valores das concessões de usinas hidrelétricas foram registrados no ativo intangível em contrapartida do passivo.

Os valores estabelecidos nos contratos de concessão estão a preços futuros e, portanto, a Companhia ajustou a valor presente essas obrigações.

A atualização da obrigação em função da taxa de desconto e da variação monetária foi capitalizada no ativo durante a construção das Usinas e, a partir da data da entrada em operação comercial, reconhecida diretamente no resultado.

A Companhia adota como política contábil, reconhecer a obrigação na data da obtenção da licença ambiental de instalação (LI).

Os pagamentos da UBP são realizados em parcelas mensais a partir do início da operação comercial do empreendimento até o final do prazo de concessão, e estão assim previstos:

	CONSOLIDADO	
UHE	Circulante	
	31/03/2012	31/12/2011
Foz do Chapecó	19.601	19.498
Peixe Angical	6.897	6.627
Retiro Baixo	123	123
Serra do Facão	0	3.856
Santo Antonio	5.749	5.129
Total	32.370	35.233

	Não Circulante	
	31/03/2012	31/12/2011
Jirau	40.994	39.776
Belo Monte	73.631	72.593
Passo São João	4.070	4.069
Mauá	12.134	12.357
São Domingos	9.298	4.774
Teles Pires	36.755	34.928
Batalha e Simplicio	42.607	42.230
Foz do Chapecó	238.578	236.560
Peixe Angical	76.738	77.029
Retiro Baixo	3.522	3.563
Serra do Facão	639.793	635.722
Santo Antonio	71.847	70.825
Balbina	305.725	-
		-
Total	1.555.692	1.234.426

	Valor nominal original		Valores atualizados	
	Pagamento	Pagamento	Pagamento	Pagamento

Notas Explicativas

UHE	anual	total	anual	total
Passo São João	200	5.944	274	8.129
Mauá	618	18.855	822	25.071
São Domingos	260	6.717	683	17.417
Jirau	3.150	96.578	3.884	119.086
Teles Pires	2.702	84.446	1.195	37.334
Batalha	298	8.725	398	7.859
Simplício	1.134	34.036	1.542	34.748
Foz do Chapecó	19.261	504.000	45.228	641.677
Peixe Angical	6.800	197.200	15.846	209.087
Retiro Baixo	238	6.998	252	7.419
Serra do Facão	40.618	1.073.000	93.474	2.313.496
Santo Antônio	12.132	379.267	15.384	478.749
Belo Monte	8.305	99.662	6.071	72.856
	95.716	2.515.428	185.053	3.972.928

NOTA 33 – ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	31/03/2012	31/12/2011
Aquisição de participação acionaria CEEE / CGTEE	133.270	133.270
Linha de transmissão Banabuí - Fortaleza	2.250	2.250
UHE de Xingó	6.321	6.321
Linha de transmissão no Estado da Bahia	989	989
Fundo Federal de Eletrificação - Lei 5.073/66	5.865	5.865
	148.695	148.695

NOTA 34 – COMPROMISSOS OPERACIONAIS DE LONGO PRAZO

Os compromissos de longo prazo da Companhia, relacionados, principalmente, a contratos de compra de energia elétrica e combustível são:

R$ mil

Empresas	2013	2014	2015	Após 2015 (pagamento anual)
Amazonas *	2.508.607	2.454.581	2.387.563	-
Distribuidora Alagoas *	562.485	566.332	1.217.816	-
Distribuidora Piauí *	763	697	15.812	-
Distribuidora Rondônia *	745.591	914.260	1.115.228	-
Eletrobras	1.850.000	1.850.000	1.850.000	1.850.000
Eletronorte *	92.763	98.792	105.214	112.052
Eletronuclear	375.519	321.884	280.353	286.582
Furnas	390.515	99.122	3.699	-
Total	6.526.243	6.305.669	6.975.686	2.248.634

* Compra de energia

Notas Explicativas

1. Combustível nuclear (Eletronuclear)

Contratos assinados com as Indústrias Nucleares Brasileiras – INB para aquisição de Combustível Nuclear para produção de energia elétrica, destinadas as recargas das usinas UTN Angra I e UTN Angra II.

2. Compromissos sócio ambientais

A) Angra III

Termos de compromissos assumidos com os Municípios de Angra dos Reis, Rio Claro e Paraty, nos quais, a ELETRONUCLEAR se compromete a celebrar convênios específicos de portes socioambientais vinculados a UTN Angra III, visando à execução dos programas e projetos em consonância com as condicionantes estabelecidas pelo IBAMA.

3. Aquisição de equipamentos

Contratos assinados com fornecedores diversos para aquisição de equipamentos para substituição no ativo imobilizado das usinas Angra I e Angra II, necessários à manutenção operacional desses ativos.

4. Compra de Energia de Produtor Independente - Proinfa

A Eletrobras apoia o desenvolvimento de projetos para a diversificação da matriz energética brasileira. Através do programa de incentivo às fontes alternativas de energia elétrica, instituído pela Lei 10.438, de abril de 2002, buscando soluções de cunho regional para o uso de fontes renováveis de energia e incentivado o crescimento da indústria nacional.

O Proinfa prevê a operação de 144 usinas, totalizando 3.299,40 MW de capacidade instalada. As usinas do programa responderão pela geração de aproximadamente 12.000GWh/ano, equivalente a 3,2% do consumo total anual do país. Os 3.299,40 MW contratados estão divididos em 1.191,24 MW provenientes de 63 Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH’s), 1.422,92 MW de 54 usinas eólicas e 685,24 MW de 27 usinas a base de biomassa. Toda essa energia tem garantia de contratação por 20 anos pela Eletrobras.

NOTA 35 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

I - Capital Social

O Capital Social da Companhia em 31 de março de 2012 é de R$ 31.305.331 (31 de dezembro de 2011 - R$ 31.305.331) e suas ações não têm valor nominal. As ações preferenciais não têm direito a voto e não são conversíveis em ações ordinárias, entretanto, gozam de prioridade no reembolso do capital e na distribuição de dividendos, às taxas anuais de 8% para as ações de classe "A" (subscritas até 23 de junho de 1969) e 6% para as de classe "B" (subscritas a partir de 24 de junho de 1969), calculados sobre o capital correspondente a cada classe de ações.

Notas Explicativas

O Capital Social está representado por 1.352.634.100 ações escriturais e está distribuído, por principais acionistas e pelas espécies de ações, conforme a seguir:

	ORDINÁRIAS		PREFERENCIAIS			CAPITAL TOTAL	
ACIONISTA	QUANTIDADE	%	Série A	Série B	%	QUANTIDADE	%
União	552.968.382	50,87	-	2.252	0,00	552.970.634	40,88
BNDESPAR	180.757.951	16,63	-	18.691.102	7,04	199.449.053	14,75
BNDES	76.338.832	7,02		18.262.671	6,88	94.601.503	6,99
FND	45.621.589	4,20	-	-	-	45.621.589	3,37
FGHAB	1.000.000	0,11	-	-	-	1.000.000	0,09
FGI	-	-	-	8.750.000	3,30	8.750.000	0,65
FGO	-	-	-	468.600	0,18	468.600	0.03
Outros	230.363.543	21,17	146.920	219.262.258	82,60	449.772.721	33,24
	1.087.050.297	100,0	146.920	265.436.883	100,0	1.352.634.100	100,0

Do total das 422.932.717 (já deduzidas as 526 ações ordinárias, referentes aos Diretores e Membros do Conselho de Administradores da Eletrobras) ações em poder dos minoritários, 308.776.416, ou seja, 73,01% são de propriedade de investidores não residentes, sendo 165.304.588 de ordinárias, 28 de preferenciais da classe "A" e 143.471.800 de preferenciais da classe "B".

Da participação total de acionistas domiciliados no exterior, 74.941.125 ações ordinárias e 40.243.641 ações preferenciais da classe "B" estão custodiadas, lastreando o Programa de *American Depositary Receipts – ADR's*.

II - Reservas de Capital

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	31/03/2012	31/12/2011
Compensação de insuficiência de remuneração - CRC	18.961.102	18.961.102
Ágio na emissão de ações	3.384.310	3.384.310
Especial - Decreto-Lei 54.936/1964	387.419	387.419
Correção monetária do balanço de abertura de 1978	309.655	309.655
Correção monetária do Empréstimo Compulsório - 1987	2.708.432	2.708.432
Doações e subvenções - FINOR, FINAM e outros	297.424	297.424
	26.048.342	26.048.342

III - Reservas de Lucros

O Estatuto Social da companhia prevê a destinação de 50% do lucro líquido do exercício para a constituição de Reserva de Investimentos e de 1% para a Reserva de Estudos e Projetos, sendo sua constituição limitada a 75% e a 2% do capital social.

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	31/03/2012	31/12/2011
Legal (art. 193 - Lei 6.404/1976)	2.233.016	2.233.016
Estatutárias (art. 194 – Lei 6.404/1976)	16.337.997	16.337.997
	18.571.013	18.571.013

Notas Explicativas

NOTA 36 – LUCRO POR AÇÃO

(a) Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

	31/03/2012			
Numerador	Ordinárias	Preferencial A	Preferencial B	Total
Lucro liquido atribuível a cada classe de ações	1.019.005	138	248.822	1.267.964
	1.019.005	138	248.822	1.267.964
Denominador	Ordinárias	Preferencial A	Preferencial B	Total
Média ponderada da quantidade de ações	1.087.050	147	265.437	1.352.634
% de ações em relação ao total	80%	0,01%	20%	100%
Resultado por ação básico (R$)	0,94	0,94	0,94	

(b) Diluído

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas. A Companhia tem apenas uma categoria de ações ordinárias potenciais diluídas: dívida conversível (empréstimo compulsório). Pressupõe-se que a dívida conversível foi convertida em ações ordinárias e que o lucro líquido é ajustado para eliminar a despesa financeira menos o efeito fiscal.

	31/03/2012				
Numerador	Ordinárias	Ordinárias convertidas	Preferencial A	Preferencial B	Total
Lucro liquido atribuível a cada classe de ações	1.015.631	4.194	137	248.001	1.267.964
	1.015.631	4.194	137	248.001	1.267.964
Denominador	Ordinárias	Ordinárias convertidas	Preferencial A	Preferencial B	Total
Média ponderada da quantidade de ações	1.087.035	4.489	147	265.437	1.357.108
% de ações em relação ao total	80,10%	0,33%	0,01%	19,56%	100,00%
Resultado por ação diluido (R$)	0,93	0,93	0,93	0,93	

NOTA 37 - RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Notas Explicativas

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2012	31/03/2011	31/03/2012	31/03/2011
Geração				
Suprimento	562.983	452.184	4.593.984	3.920.978
Fornecimento	-	-	602.881	658.229
Repasse Itaipu	706.182	634.387	706.182	634.387
	1.269.165	1.086.571	5.903.047	5.213.594
Transmissão				
Atualizações da taxa de retorno - Transmissão	-	-	730.717	673.673
Receita de operação e manutenção	-	-	484.512	397.271
Receita de construção	-	-	766.059	388.026
	-	-	1.981.288	1.458.970
Distribuição				
Fornecimento	-	-	1.244.530	1.052.899
Receita de operação e manutenção	-	-	7.070	7.857
Receita de construção	-	-	134.995	231.845
	-	-	1.386.595	1.292.601
Outras receitas	4.805	699	306.318	306.088
	1.273.970	1.087.270	9.577.248	8.271.253
(-) Deduções à Receita Operacional				
(-) Encargos setoriais	-	-	(463.556)	(398.353)
(-) ICMS	-	-	(285.320)	(252.475)
(-) PASEP e COFINS	(67.431)	(59.780)	(539.291)	(476.193)
(-) Outras Deduções	-	-	(11.394)	(5.116)
	(67.431)	(59.780)	(1.299.561)	(1.132.137)
Receita operacional líquida	1.206.539	1.027.490	8.277.687	7.139.116

NOTA 38 – RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2012	31/03/2011	31/03/2012	31/03/2011
Investimentos em controladas				
Equivalência patrimonial	886.098	808.432	-	-
Rendimentos de capital - ITAIPU	34.682	29.878	34.682	29.878
	920.780	838.310	34.682	29.878
Investimentos em coligadas				
Equivalência patrimonial	153.305	112.911	166.268	128.789
Juros sobre o capital próprio	2.642	2.043	2.642	2.043
Dividendos	393	21.919	393	21.919
Remuneração dos investimentos em parcerias	5.534	(19.072)	5.534	(19.053)
Outros investimentos	8.570	4.890	8.570	4.909
	1.082.655	956.111	209.519	163.576

Notas Explicativas

NOTA 39 - PESSOAL, MATERIAL E SERVIÇOS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2012	31/03/2011	31/03/2012	31/03/2011
Pessoal	83.103	88.713	1.294.376	1.186.588
Material	1.121	1.144	82.603	96.317
Serviços	23.449	22.403	454.394	429.743
	107.673	112.260	1.831.372	1.712.648

NOTA 40 - ENERGIA COMPRADA PARA REVENDA E USO DA REDE ELÉTRICA

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2012	31/12/2011	31/03/2012	31/12/2011
Suprimento	-	-	348.914	438.214
Uso da Rede	-	-	388.255	340.757
Comercialização CCEE	79.208	-	137.168	14.912
Proinfa	505.412	469.458	507.931	469.458
Outros	217	-	217	9.492
	584.838	469.458	1.382.486	1.272.833

NOTA 41 - PROVISÕES OPERACIONAIS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2012	31/03/2011	31/03/2012	31/03/2011
Garantias	10.912	19.134	10.912	19.134
Contingências	24.690	(993)	26.659	153.397
PCLD - Consumidores e Revendedores	-	-	238.010	96.757
PCLD - Financiamentos e Empréstimos	23.901	27.562	23.901	27.562
PCLD - Créditos de ICMS	-	-	307	4.037
Passivo a descoberto em Controladas	112.388	27.619	-	-
Perdas em Investimentos	66.822	30.448	66.822	30.448
Outras	3.500	1.061	(27.775)	(13.264)
	242.213	104.831	338.836	318.072

NOTA 42 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

1 - Gestão de Recursos

1.1-Gestão de Capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de perseguir uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. As aquisições e vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação.

Notas Explicativas

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

	31/03/2012	
	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
Total dos Empréstimos	18.077.724	42.932.376
(-) Caixa e Equivalente de Caixa	1.292.434	4.452.992
Dívida Líquida	16.785.290	38.479.384
(+) Total do Patrimônio Líquido	78.191.483	78.455.462
Total do Capital	94.976.773	116.934.846
Índice de Alavancagem Financeira	18%	33%

2 - Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros da Companhia estão classificados em categorias de ativos e passivos financeiros, as quais contemplam inclusive os instrumentos derivativos.

2.1 - Ativos Financeiros - classificados nas seguintes categorias:

a) Caixa e equivalentes de caixa: mantidos para a negociação a curto prazo e mensurados pelo valor justo, sendo os seus efeitos reconhecidos diretamente no resultado.

b) Títulos e valores mobiliários: Longo Prazo - são aqueles com vencimentos definidos e para os quais a Companhia tem a intenção de manter até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição acrescido por juros e atualização monetária, com impactos no resultado. Tais instrumentos são ajustados ao valor provável de realização, quando aplicável. Curto Prazo – mantidos para negociação.

c) Consumidores e revendedores: são registrados pelo seu valor nominal, similar aos valores justos e prováveis de realização.

d) Créditos renegociados: tais ativos são registrados assumindo a intenção de mantê-los até o vencimento, pelos seus valores justos e prováveis de realização.

e) Financiamentos e empréstimos concedidos: são ativos financeiros com recebimentos fixos ou determináveis, sendo seus valores mensurados pelo custo amortizado, mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva.

Notas Explicativas

f) Ativos financeiros da concessão: são ativos financeiros que representam o direito incondicional de receber uma determinada quantia ao final do prazo da concessão. São classificados com empréstimos e recebíveis.

Os financiamentos concedidos estão restritos às concessionárias de serviço público de energia elétrica e, desta forma, a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital da empresa) é definida levando em conta prêmio de risco compatível com as atividades do setor. Na impossibilidade de buscar alternativas que não o próprio setor elétrico, o valor presente desses empréstimos corresponde ao seu valor contábil.

No encerramento deste trimestre, a carteira consolidada de empréstimos e financiamentos concedidos totalizou R$ 9.395.498 (R$ 9.737.390 em 31 de dezembro de 2011), conforme demonstrado a seguir por moeda:

Moeda	U$ (equivalentes)	%	R$
US$	3.066.134	59,46%	5.586.803
R$	2.090.277	40,54%	3.808.695
	5.156.412	100%	9.395.498

g) Derivativos: são mensurados pelo valor justo e seus efeitos reconhecidos diretamente no resultado ou no Patrimônio Liquido, de acordo com o critério do teste de eficácia (CPC 38).

3 - Política de *hedge* Financeiro

A Eletrobras apresenta exposição a riscos financeiros que causam volatilidade em suas demonstrações contábeis bem como em seu fluxo de caixa. A companhia apresenta relevante descasamento entre ativos e passivos indexados à moeda estrangeira, em especial ao dólar norte americano, proveniente principalmente dos contratos de financiamento com Itaipu Binacional. Adicionalmente, existem exposições à taxa de juros Libor, relativas a contratos de captação externa.

Nesse contexto foi aprovada a Política de *hedge* Financeiro da Eletrobras. O objetivo da atual política é perseguir a mitigação da exposição as variáveis de mercado que impactem ativos e passivos da Companhia e de suas controladas, reduzindo assim os efeitos de flutuações indesejáveis destas variáveis em suas Demonstrações Contábeis.

Com isso, a referida política visa que os resultados da Companhia reflitam fielmente o seu real desempenho operacional e que o seu fluxo de caixa projetado apresente menor volatilidade.

Junto com a política foi aprovada a criação do Comitê de *hedge* Financeiro no âmbito da Diretoria Financeira, que tem como função principal definir as estratégias e os instrumentos de *hedge* a serem apresentados à Diretoria Executiva da Eletrobras.

Levando-se em conta as diferentes formas de se realizar o *hedge* dos descasamentos apresentados pela Empresa, a política aprovada elenca uma escala de prioridades. Primeiramente, a solução estrutural, e, apenas nos casos residuais, seriam adotadas operações com instrumentos financeiros derivativos.

As operações com derivativos financeiros, quando realizadas, serão com o intuito exclusivo de proteger ativos e passivos indexados da Companhia e de suas controladas

Notas Explicativas

que apresentem algum descasamento, não podendo caracterizar alavancagem financeira ou operação de concessão de crédito a terceiros.

A Eletrobras vem realizando estudos e discutindo, através do Comitê de Hedge Financeiro, a realização de operações de hedge. Em 2011 foi ampliado o Programa de Operações com Instrumentos Derivativos, o qual passa a abranger, além dos descasamentos de moeda até o período de dezembro de 2012, também as exposições à taxa de juros existentes em tal período.

Desta forma, conforme o quadro abaixo a empresa realizou operações de trava de juros Libor com o intuito de neutralizar a volatilidade dos contratos de captação realizados à Libor de 6 meses. Além da operação de swap de Libor, estratégias de hedge cambial foram analisadas em 2011 e estão sendo implementadas, priorizando as soluções estruturais, em linha com a Política de Hedge Financeiro da Eletrobras. Dentro dessa estratégia tem-se levado em conta na estruturação das novas captações, não só o montante total do descasamento, mas também sua disposição ao longo do tempo, com vistas a efetuar tanto o hedge de balanço patrimonial da Eletrobras como o de seu fluxo de caixa.

	Standard	Standard	Citibank	Santander	BAML	BAML	HSBC	Santander	Standard
MTM data base: 30/03/2012	Operação 1/2011	Operação 2/2011	Operação 3/2011	Operação 4/2011	Operação 5/2011	Operação 6/2011	Operação 7/2011	Operação 8/2011	Operação 9/2012
Data da negociação	25/03/2011	25/03/2011	29/03/2011	29/03/2011	31/03/2011	01/04/2011	04/04/2011	04/04/2011	11/01/2012
Data de início da operação	22/05/2012	22/05/2012	08/02/2012	08/02/2012	08/02/2012	08/02/2012	08/02/2012	08/02/2012	29/05/2012
Data de vencimento da operação	25/11/2015	25/11/2015	10/08/2020	10/08/2020	10/08/2015	10/08/2015	10/08/2015	10/08/2015	27/11/2020
Taxa fixa	2,4400%	2,4900%	3,2780%	3,3240%	2,1490%	2,2725%	2,1790%	2,1500%	1,6795%
Ponta ativa ELB	USD +Libor	USD +Libor	USD +Libor	USD +Libor	USD +Libor	USD +Libor	USD +Libor	USD +Libor	USD +Libor
Ponta passiva ELB	USD +Taxa fixa	USD +Taxa fixa	USD +Taxa fixa	USD +Taxa fixa	USD +Taxa fixa	USD +Taxa fixa	USD +Taxa fixa	USD +Taxa fixa	USD +Taxa fixa
Valor nocional	$ 20.192.307,69	$ 20.192.307,69	$ 50.000.000,00	$ 100.000.000,00	$ 50.000.000,00	$ 100.000.000,00	$ 100.000.000,00	$ 100.000.000,00	$ 25.000.000,00
Valor justo	-R$ 1.137.944,90	-R$ 1.102.486,50	-R$ 6.889.364,67	-R$ 14.620.522,42	-R$ 2.305.823,24	-R$ 5.049.476,48	-R$ 4.931066,68	-R$ 4.828.248,31	-R$ 27.820,40
	BAML	BAML	BAML	Santander	Santander	HSBC	HSBC	HSBC	Standard
MTM data base: 30/03/2012	Operação 10/2012	Operação 11/2012	Operação 12/2012	Operação 13/2012	Operação 14/2012	Operação 15/2012	Operação 16/2012	Operação 17/2012	Operação 18/2012
Data da negociação	12/01/2012	12/01/2012	13/01/2012	13/01/2012	17/01/2012	17/01/2012	18/01/2012	18/01/2012	26/01/2012
Data de início da operação	29/05/2012	29/05/2012	29/05/2012	29/05/2012	29/05/2012	29/05/2012	29/05/2012	29/05/2012	29/05/2012
Data de vencimento da operação	27/11/2020	27/11/2020	29/11/2017	29/11/2017	29/11/2017	29/11/2017	29/11/2017	29/11/2017	29/11/2017
Taxa fixa	1,6295%	1,6285%	1,2195%	1,2090%	1,2245%	1,1670%	1,1910%	1,2105%	1,1380%
Ponta ativa ELB	USD +Libor	USD +Libor	USD +Libor	USD +Libor	USD +Libor	USD +Libor	USD +Libor	USD +Libor	USD +Libor
Ponta passiva ELB	USD +Taxa fixa	USD +Taxa fixa	USD +Taxa fixa	USD +Taxa fixa	USD +Taxa fixa	USD +Taxa fixa	USD +Taxa fixa	USD +Taxa fixa	USD +Taxa fixa
Valor nocional	$ 25.000.000,00	$ 75.000.000,00	$ 75.000.000,00	$ 75.000.000,00	$ 50.000.000,00	$ 50.000.000,00	$ 50.000.000,00	$ 50.000.000,00	$ 25.000.000,00
Valor justo	R$ 120.138,19	R$ 367.181,28	R$ 189.099,49	-R$ 558.596,15	-R$ 425.178,61	-R$ 85.775,48	-R$ 167.485,52	-R$ 233.874,93	R$ 173.175,96

Operações com derivativos, quando realizadas no mercado de balcão, contêm riscos de contraparte que, diante dos problemas apresentados pelas instituições financeiras em 2008 e 2009, se mostram relevantes. Com o intuito de mitigar esse risco, a Eletrobras instituiu uma norma sobre credenciamento de instituições financeiras para fins de realização de operações com derivativos. Esta norma define critérios em relação a porte, rating e expertise no mercado de derivativos, para que sejam selecionadas as instituições que poderão realizar operações com a Eletrobras. Atualmente, a Eletrobras seleciona semestralmente as 20 melhores instituições financeiras baseadas nos critérios mencionados como instituições credenciadas a efetuarem operações de derivativos com a Companhia. Além disso, a empresa desenvolveu metodologia de controle de exposição às Instituições credenciadas que define limites ao volume de operações a serem realizadas com cada uma delas.

A Eletrobras determina para que todas as operações com derivativos a serem realizadas sejam enquadradas no conceito de "hedge de proteção", ratificando, com isso, o intuito único e exclusivo de realizar hedge com tais posições. Essa medida contrapõe o risco de liquidação descasada das posições de hedge com os seus respectivos objetos, visto que os fluxos financeiros de ambos sempre estarão casados.

4 - Derivativos Embutidos

Notas Explicativas

a) Eletronorte

A Controlada Eletronorte celebrou, no exercício de 2004, contratos de longo prazo para o fornecimento de energia elétrica para três de seus principais clientes. Esses contratos de longo prazo estão associados ao preço internacional do alumínio, cotado na *London Metal Exchange* (LME), como ativo básico para fins de definição dos valores mensais dos contratos.

Os detalhes dos contratos são os seguintes:

	Datas do contrato		
Cliente	Inicial	Vencimento	Volumes médios de megawatts
Albrás	01/07/2004	31/12/2024	750 MW - até 31/12/2006 800 MW - a partir de 01/01/2007
Alcoa	01/07/2004	31/12/2024	De 304,92 MW a 328 MW
BHP	01/07/2004	31/12/2024	De 353,08 MW a 492 MW

Esses contratos incluem o conceito de *cap and floor band* relacionado ao preço do alumínio cotado na LME. O preço limite máximo e mínimo da LME está limitado a US$ 2,773.21/ton e US$ 1,450/ton, respectivamente.

5 - Passivos Financeiros - classificados nas seguintes categorias:

a) Fornecedores: são mensurados pelo valor justo de mercado e amortizados essencialmente pelo método do custo amortizado.

b) Empréstimos e financiamentos: são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Nessa classificação de passivo financeiro destacam-se os empréstimos e financiamentos obtidos junto às instituições financeiras, notadamente no exterior, e aos fundos setoriais, em especial a Reserva Global de Reversão – RGR. Os valores de mercado dos empréstimos e financiamentos obtidos são equivalentes aos seus valores contábeis.

Os financiamentos captados são compostos de financiamentos contratados junto a agências multilaterais internacionais (BID, BIRD, CAF), não sendo praticável descontá-los a uma taxa diferente da estabelecida no acordo da dívida brasileira. Os demais empréstimos são captados a taxas de mercado, fazendo com que o valor contábil seja próximo ao seu valor presente.

A Companhia finalizou o primeiro trimestre de 2012 com contratos passivos, entre empréstimos, financiamentos e bônus, que totalizam R$ 42.932.376 (R$ 42.413.680 em 31 de dezembro de 2011), conforme demonstrado a seguir:

Moeda		U$ (equivalentes)	%	R$
Dólar Norte-Americano	U$	9.586.033	40,68%	17.466.711
REAL	REAL	13.757.353	58,39%	25.067.274
YEN	Y	174.523	0,74%	317.999
EURO	EURO	44.121	0,19%	80.393
		23.562.031	100,00%	42.932.376

Notas Explicativas

Empréstimo Compulsório: extinto pela Lei 7.181, de 20 de dezembro de 1993, teve como prazo limite para seu recolhimento o dia 31 de dezembro de 1993. Atualmente, a Companhia gerencia o estoque residual do Empréstimo Compulsório arrecadado, atualizando-o com base no IPCA-E e remunerando-o à taxa de 6% a.a., com prazo de resgate definido.

6 - Gestão de Riscos Financeiros:

No exercício de suas atividades a Companhia é impactada por eventos de riscos que podem comprometer os seus objetivos estratégicos. O gerenciamento de riscos tem como principal objetivo antecipar e minimizar os efeitos adversos de tais eventos nos negócios e resultados econômico-financeiros da Companhia.

Para a gestão de riscos financeiros, a Companhia definiu políticas e estratégias operacionais e financeiras, aprovadas por comitês internos e pela administração, que visam conferir liquidez, segurança e rentabilidade a seus ativos e manter os níveis de endividamento e perfil da dívida definidos para os fluxos econômico-financeiros.
Os principais riscos financeiros identificados no processo de gerenciamento de riscos são:

6.1 - Risco de taxa de câmbio

Esse risco decorre da possibilidade da Companhia ter seus demonstrativos econômico-financeiros impactados por flutuações nas taxas de câmbio.

A Companhia apresenta descasamento entre ativos e passivos indexados à moeda estrangeira, em especial ao dólar norte-americano, proveniente da relação entre as operações de financiamentos e empréstimos, obtidos e concedidos, o que causa volatilidade nos seus resultados e em seu fluxo de caixa proporcional à flutuação da taxa de câmbio do dólar norte-americano.

6.2 - Risco de taxa de juros

Esse risco está associado à possibilidade da Companhia contabilizar perdas em razão de oscilações das taxas de juros de mercado, impactando seus demonstrativos pela elevação das despesas financeiras, relativas a contratos de captação externa, principalmente referenciados à taxa Libor.

6.3 - Risco de commodities

A controlada Eletronorte celebrou, no exercício de 2004, contratos de longo prazo para o fornecimento de energia elétrica para três de seus principais clientes. Esses contratos de longo prazo estão associados ao preço internacional do alumínio, cotado na London Metal Exchange (LME), como ativo básico para fins de definição dos valores mensais dos contratos.

Até 2004, os preços de suprimento de energia elétrica decorrentes da atividade de geração eram fixados pela ANEEL. A partir do Leilão 001/2004, realizado pela Agência Reguladora, as geradoras passaram a comercializar sua energia elétrica com um maior número de clientes, a preços definidos pelo mercado. A atividade de transmissão de energia elétrica tem sua remuneração definida pela ANEEL, mediante a fixação de Receita Anual Permitida - RAP, julgada suficiente para a cobertura dos custos operacionais e a manutenção do equilíbrio econômico financeiro da concessão.

Notas Explicativas

6.4 - Risco de crédito

Esse risco decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas incorrerem em perdas resultantes da dificuldade de realização de seus recebíveis de clientes, bem como da inadimplência de instituições financeiras contrapartes em operações.

A Companhia, através de suas controladas, atua nos mercados de geração e transmissão de energia elétrica amparada em contratos firmados em ambiente regulado. A Companhia busca minimizar seus riscos de crédito através de mecanismos de garantia envolvendo recebíveis de seus clientes e, quando aplicável, através de fianças bancárias. No segmento de distribuição, a Companhia, através de suas controladas, faz um acompanhamento dos níveis de inadimplência através da análise das especificidades dos seus clientes. Adicionalmente, são realizadas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos em atraso.

As disponibilidades de caixa são aplicadas em um fundo extramercado exclusivo, conforme normativo específico do Banco Central do Brasil. Esse fundo é composto na sua totalidade por títulos públicos custodiados na Selic, não havendo exposição ao risco de contraparte.

Em eventuais relações com instituições financeiras, a Companhia tem como prática a realização de operações somente com instituições de baixo risco avaliadas por agências de rating e que atendam a requisitos patrimoniais previamente definidos e formalizados. Adicionalmente, são definidos limites de crédito que são revisados periodicamente.

6.5 - Risco de liquidez

As necessidades de liquidez da Companhia são de responsabilidade das áreas de tesouraria e de captação de recursos, que atuam alinhadas no monitoramento permanente dos fluxos de caixa de curto, médio e longo prazos, previstos e realizados, buscando evitar possíveis descasamentos e consequentes perdas financeiras e garantir as exigências de liquidez para as necessidades operacionais.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos do Grupo por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

Notas Explicativas

	CONTROLADORA			
	31/03/2012			
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos
Empréstimos	151.727	261.201	1.642.499	16.022.297
Fornecedores e outras obrigações	1.956.490	2.078.770	2.078.770	-

	31/12/2011			
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos
Empréstimos	368.278	261.201	1.642.499	16.022.297
Fornecedores e outras obrigações	1.956.490	2.078.770	2.078.770	-

	CONSOLIDADO			
	30/03/2012			
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos
Empréstimos e financiamentos	3.934.181	4.004.252	5.955.463	32.383.125
Obrigações com arrendamento financeiro	142.997	259.034	388.551	1.127.959
Debêntures	108.870	-	-	-
Empréstimo compulsório	3.813.996	-	-	-
Fornecedores	6.167.079	2.084.254	2.078.770	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	2.457.445	-	-	-
Concessões a pagar – UBP	44.362	3.798	15.199	244.680

	30/12/2011			
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos
Empréstimos e financiamentos	4.047.972	2.416.820	6.484.413	32.196.189
Obrigações com arrendamento financeiro	142.997	259.034	388.551	1.127.959
Debêntures	210.984	-	-	-
Fornecedores	3.882.948	875	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	1.064.164	-	-	-
Concessões a pagar – UBP	1.427	3.472	14.246	296.508

7 – Análise de Sensibilidade

Nos quadros a seguir foram considerados cenários para índices e taxas, com os respectivos impactos nos resultados da Companhia. Para a análise de sensibilidade utilizou-se como cenário provável para fim de 2012 previsões e/ou estimativas baseadas fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do Relatório Focus, divulgado pelo Banco Central, e Economic Outlook 86, publicado pela OECD.

Foram realizadas análises de sensibilidade dos contratos concedidos de empréstimos e financiamentos em quatro diferentes cenários: dois com elevação das moedas-indexadores do saldo devedor e dois com diminuição dessas moedas-indexadores. As análises limitaram-se aos contratos concedidos que apresentem exposição a taxa de câmbio e índice de preços.

Depreciação dos Índices - Empréstimos concedidos (em centavos e percentuais)

Notas Explicativas

CONTROLADORA

Contratos Concedidos - Var. Negativa - 1º tri 2012			Indexador			Saldo R$ mil	
Moeda (Risco)	Saldo US$ mil	Saldo R$ mil	Provável 2012	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)
Dolar(R$/US$)	586.679	1.068.989	1,780	1,335	0,890	783.217	522.145
IGP-M	14.068.467	25.634.149	4,05%	3,04%	2,02%	26.412.657	26.153.154
EURO(R$/€)	44.296	80.711	2,428	1,821	1,214	59.135	39.423
IENE(R$/¥)	215.684	392.997	0,023	0,017	0,012	287.938	191.959
TOTAL	14.915.126	27.176.846				27.542.946	26.906.681

CONSOLIDADO

Contratos Concedidos - Var. Negativa - 1º tri 2012			Indexador			Saldo R$ mil	
Moeda (Risco)	Saldo US$ mil	Saldo R$ mil	Provável 2012	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)
Dolar	3.066.134	5.586.803	1,780	1,335	0,890	4.093.289	2.728.859
IGP-M	5.156.412	3.808.695	4,05%	3,04%	2,02%	3.924.364	3.885.808
TOTAL	8.222.546	9.395.498				8.017.653	6.614.667

Apreciação dos Índices - Empréstimos concedidos (em centavos e percentuais)

CONTROLADORA

Contratos Concedidos - Var. Positiva - 1º tri 2012			Indexador			Saldo R$ mil	
Moeda (Risco)	Saldo US$ mil	Saldo R$ mil	Provável 2012	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)
Dolar(R$/US$)	586.679	1.068.989	1,78	2,2250	2,6700	1.305.362	1.566.434
IGP-M	14.068.467	25.634.149	4,05%	5,06%	6,07%	26.931.662	27.191.165
EURO(R$/€)	44.296	80.711	2,4284	3,0355	3,6426	98.558	118.269
IENE(R$/¥)	215.684	392.997	0,0231	0,0289	0,0347	479.896	575.876
TOTAL	14.915.126	27.176.846				28.815.478	29.451.744

CONSOLIDADO

Contratos Concedidos - Var. Positiva - 1º tri 2012			Indexador			Saldo R$ mil	
Moeda (Risco)	Saldo US$ mil	Saldo R$ mil	Provável 2012	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)
Dolar	3.066.134	5.586.803	1,78	2,2250	2,6700	6.822.148	8.186.578
IGP-M	5.156.412	3.808.695	4,05%	5,06%	6,07%	4.001.478	4.040.034
TOTAL	8.222.546	9.395.498				10.823.626	12.226.612

Foram realizadas análises de sensibilidade dos contratos obtidos de empréstimos e financiamentos em quatro diferentes cenários: dois com elevação das moedas-indexadores do saldo devedor e dois com diminuição dessas moedas-indexadores. As análises limitaram-se aos contratos obtidos que apresentem exposição a taxa de câmbio e índice de preços.

Depreciação dos Índices - Empréstimos obtidos (em centavos e percentuais)

Notas Explicativas

CONTROLADORA

Contratos Obtidos - Var. Negativa - 1º tri 2012			Indexador			Saldo R$ mil	
Moeda (Risco)	Saldo US$ mil	Saldo R$ mil	Provável 2012	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)
Dolar(R$/US$)	4.781.392	8.712.174	1,78	1,3350	0,8900	6.383.158	4.255.439
EURO(R$/€)	43.893	318.520	2,4284	1,8213	1,2142	58.597	39.065
IENE(R$/¥)	174.809	79.977	0,0231	0,0173	0,0116	233.370	155.580
TOTAL	5.000.094	9.110.671				6.675.125	4.450.084

CONSOLIDADO

Contratos Obtidos - Var. Negativa - 1º tri 2012			Indexador			Saldo R$ mil	
Moeda (Risco)	Saldo US$ mil	Saldo R$ mil	Provável 2012	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)
Dolar(R$/US$)	9.590.925	17.475.625	1,78	1,3350	0,8900	12.803.885	8.535.924
EURO(R$/€)	43.893	79.977	2,4284	1,8213	1,2142	79.941	53.294
IENE(R$/¥)	174.809	318.520	0,0231	0,0173	0,0116	3.031	2.021
TOTAL	9.809.627	17.874.122				12.886.857	8.591.238

Apreciação dos Índices – Empréstimos obtidos (em centavos e percentuais)

CONTROLADORA

Contratos Obtidos - Var. Positiva - 1º tri 2012			Indexador			Saldo R$ mil	
Moeda (Risco)	Saldo US$ mil	Saldo R$ mil	Provável 2012	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)
Dolar(R$/US$)	4.781.392	8.712.174	1,78	2,2250	2,6700	10.638.597	12.766.316
EURO(R$/€)	43.893	318.520	2,4284	3,0355	3,6426	97.661	117.194
IENE(R$/¥)	174.809	79.977	0,0231	0,0289	0,0347	388.951	466.741
TOTAL	5.000.094	9.110.671				11.125.209	13.350.251

CONSOLIDADO

Contratos Obtidos - Var. Positiva - 1º tri 2012			Indexador			Saldo R$ mil	
Moeda (Risco)	Saldo US$ mil	Saldo R$ mil	Provável 2012	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)
Dolar(R$/US$)	9.590.925	17.475.625	1,78	2,2250	2,6700	21.339.809	25.607.771
EURO(R$/€)	43.893	79.977	2,4284	3,0355	3,6426	133.235	159.882
IENE(R$/¥)	174.809	318.520	0,0231	0,0289	0,0347	5.051	6.062
TOTAL	9.809.627	17.874.122				21.478.095	25.773.714

Foram realizadas análises de sensibilidade do ativo financeiro decorrente da comercialização da energia elétrica de Itaipu Binacional. A análise limitou-se à variação da taxa de câmbio real por dólar, incluindo dois cenários onde há valorização cambial de 25% e 50% e dois cenários onde há desvalorização cambial de 25% e 50%.

Depreciação de Índices do Ativo Financeiro ITAIPU:

ATIVO FINANCEIRO ITAIPU			Indexador			Saldo R$ mil	
Moeda (Risco)	Saldo US$ mil	Saldo R$ mil	Provável 2012	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)
Dolar(R$/US$)	10.138.844	18.473.988	1,78	1,34	0,89	13.586.051	9.023.571

Notas Explicativas

Apreciação de Índices do Ativo Financeiro ITAIPU:

ATIVO FINANCEIRO ITAIPU			Indexador			Saldo R$ mil	
Moeda (Risco)	Saldo US$ mil	Saldo R$ mil	Provável 2012	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)
Dolar(R$/US$)	10.138.844	18.473.988	1,78	2,23	2,67	22.558.928	27.070.714

Foram realizadas análises de sensibilidade dos contratos de fornecimento de energia dos consumidores eletrointensivos Albras e Alumar, esta subdividida em Alcoa e BHP, por possuírem cláusula contratual referente ao prêmio por variação do preço do Alumínio no mercado internacional.

Desta forma foi sensibilizado para tais contratos híbridos uma variação sobre o preço do prêmio auferido conforme Tabela 1. Os componentes de volatilidade do prêmio basicamente são: preço do Alumínio Primário na LME, câmbio e CDI. Abaixo é possível verificar o impacto de cada cenário no resultado da empresa.

Derivativo em 31/03/2011	Cenário I (-25%) Índices e preços	Cenário II (-50%) Índices e preços	Cenário I (+25%) Índices e preços	Cenário II (+50%) Índices e preços
425.683	228.292	129.993	677.063	796.023

As análises de sensibilidade foram elaboradas como estabelece a Instrução CVM 475/2008, tendo como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Trata-se, portanto, de projeções baseadas em avaliações de cenários macroeconômicos, não significando que as transações terão os valores apresentados no prazo de análise considerado.

8 – Estimativa do Valor Justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a PCLD, esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

CONTROLADORA 31/03/2012				
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Títulos Valores Mobiliários		8.886.951	-	8.886.951
Partes beneficiárias	-	-	212.419	212.419
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	1.676.937	-	45.057	1.721.994
Total de ativos	1.676.937	8.886.951	257.476	10.821.364

CONTROLADORA 31/12/2011				
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Títulos Valores Mobiliários		8.666.466	-	8.666.466
Partes beneficiárias	-	-	212.419	212.419
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	1.561.533	-	45.902	1.607.435
Total de ativos	1.561.533	8.666.466	258.321	10.486.320

Notas Explicativas

CONSOLIDADO 31/03/2012				
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Títulos Valores Mobiliários	1.923.184	9.471.187	-	11.394.371
Derivativos designados como hedge	-	384.110	-	384.110
Partes beneficiárias	-	-	215.326	215.326
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	1.676.937	-	45.057	1.721.994
Aplicações Financeiras	483.641	725.111	-	1.208.752
Cauções e depositos	152.048	69.423	-	221.471
Total de ativos	4.235.810	10.649.831	260.383	15.146.024

CONSOLIDADO 31/12/2011				
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Títulos Valores Mobiliários	-	11.438.443	-	11.438.443
Derivativos designados como hedge	-	380.567	-	380.567
Partes beneficiárias	-	-	212.419	212.419
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	1.561.533	-	45.902	1.607.435
Aplicações Financeiras	331.452	524.294		855.746
Cauções e depositos	-	161.942	-	161.942
Total de ativos	1.892.985	12.505.246	258.321	14.656.552

Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo foram classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

Nível 1 – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 – preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo, e

Nível 3 – ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva.
O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos (como títulos mantidos para negociação e disponíveis para venda) é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação, ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais.

O preço de mercado cotado utilizado para os ativos financeiros mantidos pela Companhia é o preço de concorrência atual. Esses instrumentos estão incluídos no Nível 1. Os instrumentos incluídos no Nível 1 compreendem, principalmente, os investimentos patrimoniais da FTSE 100 classificados como títulos para negociação ou disponíveis para venda.

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde está disponível e confiam o menos possível nas estimativas específicas da entidade. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 2.

Se uma ou mais informações relevantes não estiver baseada em dados adotados pelo mercado, o instrumento estará incluído no nível 3.

Notas Explicativas

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros incluem:

- Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares.
- O valor justo de swaps de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado.
- O valor justo dos contratos de câmbio futuros é determinado com base nas taxas de câmbio futuras na data do balanço, com o valor resultante descontado ao valor presente.
- Outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, são utilizadas para determinar o valor justo para os instrumentos financeiros remanescentes.

NOTA 43 - INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio das quais pode se obter receitas e incorrer em despesas, sobre os quais as tomadas de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é o Conselho de Administração responsável inclusive pela tomada das decisões estratégicas da Companhia.

O Conselho de Administração avalia o desempenho dos segmentos operacionais com base na mensuração do lucro líquido.

As informações por segmento de negócios, correspondentes ao 1º trimestre de 2012 e ao exercício findo em 31 de março de 2011, são as seguintes:

	31/03/2012				
	Administração	Geração	Transmissão	Distribuição	Total
Receita Operacional Líquida	19.384	5.821.283	1.836.285	600.735	8.277.687
Despesas Operacionais	(554.962)	(3.569.060)	(1.490.012)	(565.295)	(6.179.329)
Resultado Operacional Antes do Resultado Financeiro	(535.578)	2.252.223	346.273	35.440	2.098.358
Resultado Financeiro	(3.220)	(223.784)	(115.623)	4.339	(338.288)
Resultado de Participações Societárias	200.393	3.475	5.651	-	209.519
Irpj / Csll	(226.018)	(367.039)	(103.977)	(87)	(697.121)
Participação Minoritária	(4.504)	-	-	-	(4.504)
Lucro Líquido do Exercício	(568.927)	1.664.875	132.324	39.692	1.267.964

	31/03/2011				
	Administração	Geração	Transmissão	Distribuição	Total
Receita Operacional Líquida	40.298	5.105.574	1.335.816	657.428	7.139.116
Despesas Operacionais	(367.752)	(3.020.921)	(1.191.238)	(579.167)	(5.159.078)
Resultado Operacional Antes do Resultado Financeiro	(327.454)	2.084.653	144.578	78.261	1.980.038
Resultado Financeiro	113.366	(336.061)	(38.093)	(15.282)	(276.070)
Resultado de Participações Societárias	138.858	12.248	12.470	-	163.576
Irpj / Csll	(181.124)	(321.627)	(74.910)	(1.036)	(578.697)
Participação Minoritária	(4.281)	-	-	-	(4.281)
Lucro Líquido do Exercício	(260.635)	1.439.213	44.045	61.943	1.284.566

Notas Explicativas

As vendas entre os segmentos foram realizadas como vendas entre partes independentes. A receita de partes externas foi mensurada de maneira condizente com aquela apresentada na demonstração do resultado.

NOTA 44 - TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A controladora final da Eletrobras é a União que detém 40,88% das ações ordinárias e preferenciais da companhia (vide a Nota 35).

As transações da Eletrobras com suas subsidiárias, controladas e sociedades de propósito específico são realizadas a preços e condições compatíveis com as que seriam praticadas no mercado. Dentre as principais operações ocorridas com as partes relacionadas, destacamos os empréstimos e financiamentos concedidos estabelecidos nas mesmas condições existentes no mercado e/ou de acordo com a legislação específica sobre o assunto. As demais operações também foram estabelecidas em condições normais de mercado.

	CONTROLADORA		
	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO
FURNAS			
Financiamentos e empréstimos	3.237.646	-	-
Dividendo a receber	65.793	-	-
AFAC	300.000	-	-
Receitas de participação societária	-	-	231.658
Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	52.434
	3.603.439	-	284.092
CHESF			
Financiamentos e empréstimos	141.355	-	-
AFAC	1.293.000	-	-
Dividendo a receber	305.340	-	-
Outros	-	1.355	-
Receita de juros, comissões e taxas	-	-	2.532
Receitas de participações societárias	-	-	491.181
	1.739.695	1.355	493.713
ELETRONORTE			
Financiamentos e empréstimos	4.021.087	-	-
Dividendo a receber	14.115	-	-
AFAC	1.161.716	-	-
Receitas de participação societária	-	-	124.779
Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	74.436
	5.196.918	-	199.215
ELETROSUL			

Notas Explicativas

Financiamentos e empréstimos	978.794	-	-
Dividendo a receber	25.097	-	-
AFAC	2.162.724	-	-
Receita de participações societárias	-	-	39.674
Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	16.491
	3.166.615	-	56.165
CGTEE			
Financiamentos e empréstimos	972.790	-	-
AFAC	462.021	-	-
Dividendo a receber	38.188	-	-
Resultado em participações societárias	-	-	(9.146)
Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	8.913
	1.472.999	-	(233)
ELETRONUCLEAR			
Financiamentos e empréstimos	1.174.966	-	-
Outros	-	173.500	-
Resultado de participações societárias	-	-	38.511
Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	18.252
	1.174.966	173.500	56.763
ITAIPU			
Financiamentos e empréstimos	5.586.803	-	-
Dividendo a receber	456	-	-
Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	94.737
	5.587.259	-	94.737
CEAL			
Financiamento e empréstimos	320.301	-	-
AFAC	97.561	-	-
Resultado de participações societárias	-	-	(2.401)
Receitas de Juros, comissões e taxas	-	-	7.086
	417.862	-	4.685
CEPISA			
Financiamento e empréstimos	471.365	-	-
AFAC	281.222	-	-
Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	9.868
	752.587	-	9.868
AMAZONAS ENERGIA			
Financiamentos e empréstimos	651.845	-	-
AFAC	65.505	-	-
Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	14.300
	717.350	-	14.300
CERON			

Notas Explicativas

Financiamentos e empréstimos	118.783	-	-
Resultado de participações societárias	-	-	(34.096)
AFAC	92.526	-	-
Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	3.208
	211.309	-	(30.888)
ELETROPAR			
Resultado de participações societárias	-	-	7.921
Dividendo a receber	4.819	-	-
	4.819	-	7.921
ELETROACRE			
Financiamentos e empréstimos	137.545	-	-
AFAC	164.044	-	-
Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	3.071
	301.589	-	3.071
TESOURO NACIONAL			
Obrigações	-	241.651	-
	-	241.651	-
INAMBARI			
Resultado de participações societárias	-	-	(378)
	-	-	(378)
BELO MONTE			
Resultado de participações societárias	-	-	(1.099)
	-	-	(1.099)
CHC			
Resultado de participações societárias	-	-	(506)
	-	-	(506)
ELETROS			
Contribuições Previdenciárias	-	-	5.328
	-	-	5.328

	CONSOLIDADO		
PODER PÚBLICO FEDERAL	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO
Consumidores e revendedores	12.332	-	-
Fornecimento de energia elétrica	-	-	4.255
Outras receitas	-	-	15.728
	12.332	-	19.983
BNDES			
Empréstimos e finaciamentos a pagar	-	9.616.384	-
	-		-

Notas Explicativas

		9.616.384	
REAL GRANDEZA			
Contas a receber	3.492	-	-
Outros ativos	5.507	-	-
Contribuições previdenciárias	-	(9.047)	-
Contas a pagar	-	(8.024)	-
Obrigações diversas	-	(5.799)	-
Contratos de dívida atuariais	-	(309.076)	-
Outros passivos	-	17.920	-
Despesas atuariais	-	-	(25.098)
Outras despesas	-	-	(14.571)
Provisão atuarial	-	-	(1.410)
	8.999	(314.026)	(41.079)
NUCLEOS			
Contribuições previdenciárias	-	1.679	-
Provisão atuarial / Custo Pos-emprego	-	-	3.528
Outros ativos	6.341	-	-
	6.341	1.679	3.528
RS ENERGIA			
Contas a receber	3.850	-	-
JCP / Dividendos a receber	1.074	-	-
Participação societária permanente	208.491	-	-
Receitas de equivalência patrimonial	-	-	2.445
Equivalência patrimonial acumulada	6.114	-	-
Receitas de uso da rede elétrica	-	-	348
Outras receitas	-	-	2
	219.529	-	2.795
UIRAPURU			
Contas a receber	103	-	-
JCP / Dividendos a receber		-	-

Notas Explicativas

	1.578		
Participação societária permanente	33.111	-	-
Equivalência patrimonial acumulada	8.632	-	-
Receitas de equivalência patrimonial	-	-	2.590
Receitas de uso da rede elétrica	-	-	366
Outras receitas	-	-	2
	43.424	-	2.958
ARTEMIS			
Contas a receber	497	-	-
JCP / Dividendos a receber	5.631	-	-
Participação societária permanente	148.578	-	-
Equivalência patrimonial acumulada	18.828	-	-
Receitas de equivalência patrimonial	-	-	9.195
Receitas de uso da rede elétrica	-	-	993
	173.534	-	10.188
PORTO VELHO			
Contas a receber	5	-	-
JCP / Dividendos a receber	76	-	-
Participação societária permanente	240.293	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	15.000	-	-
Equivalência patrimonial acumulada	2.139	-	-
Receitas de equivalência patrimonial	-	-	311
Receitas de uso da rede elétrica	-	-	9
	257.513	-	320
NORTE BRASIL			
Participação societária permanente	89.680	-	-
Contas a receber	250	-	-
Equivalência patrimonial acumulada	1.410	-	-
Receitas de equivalência patrimonial	-	-	35
	91.340	-	35
ETAU			
Contas a receber	59	-	-

Notas Explicativas

JCP / Dividendos a receber	66	-	-
Participação societária permanente	9.567	-	-
Equivalência patrimonial acumulada	13.163	-	-
Receitas de equivalência patrimonial	-	-	892
Receitas de uso da rede elétrica	-	-	114
Outras receitas	-	-	1
	22.855	-	1.007
ESBR			
Participação societária permanente	618.342	-	-
Equivalência patrimonial acumulada	(9.720)	-	-
Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(1.088)
	608.622	-	(1.088)
CERRO CHATO I			
Contas a receber	5	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	86.760	-	-
Participação societária permanente	180	-	-
Equivalência patrimonial acumulada	(180)	-	-
Receitas de uso da rede elétrica	-	-	7
Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(2.023)
Outras receitas	-	-	1
	86.765	-	(2.015)
CERRO CHATO II			
Contas a receber	5	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	80.910	-	-
Participação societária permanente	180	-	-
Equivalência patrimonial acumulada	(180)	-	-
Receitas de uso da rede elétrica	-	-	7
Outras receitas	-	-	1
	80.915	-	8
CERRO CHATO III			
Contas a receber	5	-	-
JCP / Dividendos a receber	220	-	-
Participação societária permanente	180	-	-

Notas Explicativas

Equivalência patrimonial acumulada	505	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	74.790	-	-
Receitas de uso da rede elétrica	-	-	7
Outras receitas	-	-	1
	75.700	-	8
TELES PIRES			
Participação societária permanente	188.012	-	-
Equivalência patrimonial acumulada	(1.514)	-	-
Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(686)
	186.498	-	(686)
INTEGRAÇÃO			
Equivalência patrimonial acumulada	10.107	-	-
Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(851)
	10.107	-	(851)
COSTA OESTE			
Participação societária permanente	196	-	-
	196	-	-
TSBE			
Participação societária permanente	3.200	-	-
	3.200	-	-
LIVRAMENTO			
Adiantamento para futuro aumento de capital	25.128	-	-
	25.128	-	-
SANTA VITÓRIA			
Adiantamento para futuro aumento de capital	7.086	-	-
	7.086	-	-
ELOS			
Contribuições previdenciárias (normal, etc)	-	11.635	-
	-	-	(4.683)

Notas Explicativas

	-	11.635	(4.683)
AMAPARI ENERGIA			
Participação societária permanente	37.525	-	-
Receitas de equivalência patrimonial	-	-	3.419
	37.525	-	3.419
ENERGÉTICA ÁGUAS DA PEDRA			
Participação societária permanente	78.747	-	-
Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(2.727)
	78.747	-	(2.727)
FACHESF			
Fornecedores	-	6.294	-
Contribuições previdenciárias	-	4.789	-
Contratos de dividas atuariais	-	358.480	-
Despesas atuariais	-	-	(7.663)
Despesas operacionais	-	-	(4.163)
	-	369.563	(11.826)
NORTE ENERGIA			
Participação societária permanente	216.036	-	-
Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(1.636)
	216.036	-	(1.636)
TDG			
Participação societária permanente	20.143	-	-
Contas a receber	88	-	-
Receitas de prestação de serviços	-	-	263
Receitas de equivalência patrimonial	-	-	(4.402)
	20.231	-	(4.139)
MANAUS TRANSMISSÃO			
Participação societária permanente	121.174	-	-

Notas Explicativas

Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(1.094)
	121.174	-	(1.094)
IEMADEIRA			
Participação societária permanente	418.939	-	-
Receitas de equivalência patrimonial	-	-	5.086
	418.939	-	5.086
MANAUS CONSTRUÇÃO			
Participação societária permanente	15.640	-	-
Receitas de equivalência patrimonial	-	-	817
	15.640	-	817
STN			
Contas a receber	181	-	-
Participação societária permanente	209.914	-	-
Fornecedores	-	1.263	-
Receitas de equivalência patrimonial	-	-	14.647
Receitas de prestação de serviços	-	-	537
Receitas financeiras (JCP)	-	-	712
Encargos de uso da rede elétrica	-	-	(2.880)
	210.095	1.263	13.016
INTESA			
JCP / Dividendos a receber	793	-	-
Participação societária permanente	32.469	-	-
Fornecedores	-	965	-
Receitas de equivalência patrimonial	-	-	961
Encargos de uso da rede elétrica	-	-	(2.205)
	33.262	965	(1.244)
EAPS			
Consumidores e revendedores	241	-	-
JCP / Dividendos a receber	4.618	-	-
Participação societária permanente	78.747	-	-
Receitas de equivalência patrimonial	-	-	3.475

Notas Explicativas

	83.606	-	3.475
ESBR Part.			
Participação societária permanente	608.088	-	-
Outros resultados abrangentes	-	(1.232)	-
Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(1.088)
	608.088	(1.232)	(1.088)
SETE GAMELEIRAS			
Participação societária permanente	5.948	-	-
Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(30)
	5.948	-	(30)
S. PEDRO DO LAGO			
Participação societária permanente	4.108	-	-
Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(35)
	4.108	-	(35)
PEDRA BRANCA			
Participação societária permanente	4.029	-	-
Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(36)
	4.029	-	(36)
BRASVENTO MIASSABA			
Adiantamento para futuro aumento de capital	10.240	-	-
	10.240	-	-
BRASVENTO EOLO			
Adiantamento para futuro aumento de capital	7.689	-	-
	7.689	-	-
ANDE			
Consumidores e revendedores	58.249	-	-
Outros ativos	18.086	-	-

Notas Explicativas

Obrigações diversas	-	(38.626)	-
Receitas de prestação de serviços	-	-	60.393
Receitas financeiras	-	-	112
Despesas financeiras	-	-	264
Outras despesas	-	-	(9.734)
	76.335	(38.626)	51.035
FIBRA			
Contas a pagar	-	(42.942)	-
Contribuições previdenciárias	-	(1.345)	-
Despesas financeiras	-	-	(2.714)
Contribuições previdenciárias	-	-	(4.799)
	-	(44.287)	(7.513)
CAJUBI			
Contas a pagar	-	(32.401)	-
Contribuições previdenciárias	-	(3.144)	-
Outros passivos	-	(666.828)	-
Despesas financeiras	-	-	(520)
Contribuições previdenciárias	-	-	(5.237)
	-	(702.373)	(5.757)
ENERPEIXE			
Consumidores e revendedores	544	-	-
Participação societária permanente	544.797	-	-
Outros ativos	20.887	-	-
Receitas de prestação de serviços	-	-	1.834
Receitas de uso da rede elétrica	-	-	1.226
	566.228	-	3.060
TRANSLESTE			
Participação societária permanente	22.474	-	-
Outros ativos	933	-	-
Fornecedores	-		-

Notas Explicativas

		(131)	
Encargos de uso da rede elétrica	-	-	(302)
	23.407	(131)	(302)
TRANSUDESTE			
Contas a receber	11	-	-
Participação societária permanente	13.301	-	-
Outros ativos	3.350	-	-
Fornecedores	-	(80)	-
Receitas de prestação de serviços	-	-	32
Encargos de uso da rede elétrica	-	-	(187)
	16.662	(80)	(155)
TRANSIRAPÉ			
Participação societária permanente	10.401	-	-
Outros ativos	2.765	-	-
Fornecedores	-	(56)	-
Encargos de uso da rede elétrica	-	-	(129)
	13.166	(56)	(129)
CENTROESTE			
Adiantamento para futuro aumento de capital	3.527	-	-
Contas a receber	6		
Participação societária permanente	18.441	-	-
Outros ativos	44	-	-
Fornecedores	-	(56)	-
Receitas de prestação de serviços	-	-	132
Encargos de uso da rede elétrica	-	-	(129)
	22.018	(56)	3
BAGUARI			
Consumidores e revendedores	84	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	82.632	-	-
Participação societária permanente		-	-

Notas Explicativas

	9.091		
Outros ativos	2.441	-	-
Receitas de uso da rede elétrica	-	-	194
	94.248	-	194
RETIRO BAIXO			
Adiantamento para futuro aumento de capital	58	-	-
Participação societária permanente	106.831	-	-
Outros ativos	2.605	-	-
	109.494	-	-
CHAPECOENSE			
Participação societária permanente	274.472	-	-
Outros ativos	5.501	-	-
	279.973	-	-
MADEIRA ENERGIA			
Participação societária permanente	833.364	-	-
Contas a receber	11	-	-
Outros ativos	130	-	-
Fornecedores	-	(101)	-
	833.505	(101)	-
INAMBARI			
Participação societária permanente	7.075		
	7.075	-	-
TRANSENERGIA RENOVÁVEL			
Adiantamento para futuro aumento de capital	31.360	-	-
Contas a receber	5	-	-
Participação societária permanente	39.051	-	-
Contas a pagar	-	(9)	-
Outras Despesas Operacionais	-	-	(8)
Encargos de uso da rede elétrica	-	-	(28)

Notas Explicativas

	70.416	(9)	(36)
MGE TRANSMISSÃO			
Participação societária permanente	34.922	-	-
Contas a receber	26	-	-
Outros ativos	201	-	-
Receitas de prestação de serviços	-	-	371
	35.149	-	371
GOIÁS TRANSMISSÃO			
Participação societária permanente	42.321	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	13.720		
Outros ativos	300	-	-
Receitas de prestação de serviços	-	-	506
	56.341	-	506
REI DOS VENTOS			
Adiantamento para futuro aumento de capital	9.649	-	-
	9.649	-	-
SEFAC ENERGIA			
Participação societária permanente	125.809	-	-
Outros ativos	1.040	-	-
Despesas financeiras	-	-	(1.574)
	126.849	-	(1.574)
TRANS SÃO PAULO			
Adiantamento para futuro aumento de capital	7.987	-	-
Participação societária permanente	17.166	-	-
Outros ativos	686	-	-
Receitas de prestação de serviços	-	-	122
	25.839	-	122
TRANS GOIÁS			
Participação societária permanente	2.687	-	-
		-	-

Notas Explicativas

	2.687		
CALDAS NOVAS			
Adiantamento para futuro aumento de capital	2.463	-	-
Participação societária permanente	50	-	-
	2.513	-	-
IE GARANHUS			
Participação societária permanente	2.450	-	-
	2.450	-	-

Remuneração de Pessoal Chave

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2012	31/03/2011	31/03/2012	31/03/2011
Remuneração dos Diretores e dos Conselheiros	1.118	892	7.414	5.751
Salários e encargos sociais	289	268	1.442	1.298
Outros	204	157	818	558
	1.611	1.317	9.675	7.606

A previsão do valor a ser apropriado, referente à Participação nos Lucros e Resultados de 2011 a ser pago em 2012 aos empregados é de R$ 37.800.000,00.

NOTA 45 - EVENTOS SUBSEQUENTES

1. Acordo de Gestão – Celg Distribuição

A Eletrobras e o Governo do Estado de Goiás concretizaram a celebração de um acordo, visando à recuperação econômico-financeira da empresa Celg Distribuição S/A (Celg D), tendo o Governo do Estado de Goiás comunicado a pretensão de fomentar o fechamento do capital da Companhia Celg de Participações - Celgpar, com objetivo de promover a reorganização societária da Celg D, nos termos da Lei 6404/76.

Neste cenário, em 24 de abril de 2012 foram assinados Acordo de Acionistas e Acordo de Gestão entre a Eletrobras e o Governo do Estado de Goiás, no âmbito da Companhia Celg de Participações - Celgpar, com o propósito de permitir que a Eletrobras assuma a gestão da Celg Distribuição S/A (Celg D) através da sua representação majoritária no Conselho de Administração da distribuidora.

Adicionalmente, uma nova diretoria executiva será formada por profissionais selecionados por empresa de consultoria especializada - *head Hunter.*

Notas Explicativas

As assinaturas do Acordo de Acionistas e do Acordo de Gestão viabilizam a liberação da segunda tranche, no valor de R$ 1,3 bilhão (um bilhão e trezentos milhões de reais), referente ao empréstimo captado pelo Governo do Estado de Goiás, junto à Caixa Econômica Federal - CAIXA, destinado à Celg D, sendo os recursos aplicados no pagamento de dívidas de ICMS, empréstimos bancários e Repasse da Energia de Itaipu.

A aplicação do reajuste tarifário de 2011, já homologado pela Aneel, e pagamento de parcela dos encargos da Celg D com a utilização dos recursos da segunda tranche do citado empréstimo obtido pelo Estado de Goiás, depende da formalização dos Termos de Repactuação de Dívidas da Celg D com a Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, Programa de Incentivos às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - Proinfa, Reserva Global de Reversão – RGR e Repasse da Energia de Itaipu.

Após o cancelamento do registro de companhia aberta na CVM da Celgpar e implementação de todos os termos do Acordo de Gestão, está prevista uma operação de compra, pela Eletrobras, de 51% das ações ordinárias com direito de voto da Celg D, ao amparo da MP 559/12.

A operação não refletiu efeitos nas presentes informações trimestrais, entretanto a administração está avaliando o possível tratamento contábil de combinação de negócios decorrente das assinaturas dos acordos.

2. Reembolso CCC

A redução prevista em 2012 nas cotas do Fundo da Conta de Consumo Combustível (CCC) ocasionará a diminuição dos encargos setoriais para as empresas contribuintes, não impactando no montante do ressarcimento dos custos de geração das empresas do Sistema Eletrobrás.

José da Costa Carvalho Neto
Presidente

Armando Casado de Araújo
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Notas Explicativas

Valter Luiz Cardeal de Souza
Diretor de Engenharia

Miguel Colasuonno
Diretor de Administração

Marcos Aurélio Madureira da Silva
Diretor de Distribuição

José Antônio Muniz Lopes
Diretor de Transmissão

João Vicente Amato Torres
Contador
CRC-RJ-057.991/O-S-DF

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

Outras Informações Relevantes:

1 – Posição acionária por espécie e classe dos acionistas detentores de mais de 5% das ações do capital social da Companhia.

- **Eletrobras:**

Acionistas 31/03/2012	Ordinárias (unidades)		Pref. "A" (unidades)		Pref. "B" (unidades)		Total	
União Federal (3)	552.968.382	50,87%			2.252	0,00%	552.970.634	40,88%
BNDESPAR	180.757.951	16,63%			18.691.102	7,04%	199.449.053	14,75%
BNDES (1)	76.338.832	7,02%			18.262.671	6,88%	94.601.503	6,99%
Fundo Nacional de Desenvolvimento - FND (2)	45.621.589	4,20%					45.621.589	3,37%
CEF	8.701.564	0,80%					8.701.564	0,64%
Fundo Garantidor de Habitação – FHAB *	1.000.000	0,09%					1.000.000	0,07%
Fundo Garantidor para Investimentos – FGI *					8.750.000	3,30%	8.750.000	0,65%
Fundo de Garantia de Operações – FGO *					468.600	0,18%	468.600	0,03%
CAE	525	0,00%					525	0,00%
Diretores	1	0,00%					1	0,00%
JP Morgan Chase Bank **	74.941.125	6,89%			40.243.641	15,16%	115.184.766	8,52%
Paola Penotti Chiappa			22.800	15,52%			22.800	0,00%
Giovanni Chiappa			9.113	6,20%			9.113	0,00%
Skagen K. T. Verdipapirfond ***					27.410.963	10,33%	27.410.963	2,03%
Victor Adler			8.300	5,65%			8.300	0,00%
Outros	146.720.328	13,50%	106.707	72,63%	151.607.654	57,11%	298.434.689	22,07%
Total	**1.087.050.297**	**100,00%**	**146.920**	**100,00%**	**265.436.883**	**100,00%**	**1.352.634.100**	**100,00%**

* Fundos no qual o Governo Federal participa.
** Banco depositário dos ADRs de emissão da Eletrobras.
*** Fundos sediados no exterior os quais não se têm abertura de participantes.
(1) Das 82.307.232 ações ON, 80.513.664 pertencem ao BNDES e 1.793.568 pertencem ao Fundo de Participação Social (FPS) do qual o Banco é gestor.
(2) O acionista FND foi extinto, conforme MP 507/10, de 30/12/10. Após o processo de inventário, serão transferidas 30.058.641 ações ON ao acionista União Federal.
(3) União incorporou 1.420 ações PNB provenientes da Rede Ferroviária Federal, conforme ofício nº 016/INV/RFFSA/2001 enviado pelo Ministério dos Transportes.

- **BNDESPAR**

O BNDES possui 100% do capital social do BNDESPAR.

O BNDES é uma empresa pública federal vinculada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Ex

2 – Quantidade e característica dos Valores Mobiliários de emissão da Companhia detidos pelos grupos acionista Controlador, Administradores e Membros do Conselho Fiscal, conforme o artigo 4.2, item III do Regulamento de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 1 da Bovespa.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

2.1 – Acionista Controlador e Administradores (Eletrobras):

Acionistas Em 31/03/2012	Ordinárias (unidades)		Pref. "A" (unidades)		Pref. "B" (unidades)	
Controlador	865.388.318	79,61%	0	0,00%	46.174.625	
Conselho de Administração	525	0,00%	0	0,00%	0	
Diretores	1	0,00%	0	0,00%	0	
Conselho Fiscal	0	0,00%	0	0,00%	0	
Total	865.388.844	79,61%	0	0,00%	46.174.625	

2.2 - Ações em Circulação (Free Float):

Acionistas Em 31/03/2012	Ordinárias (unidades)		Pref. "A" (unidades)		Pref. "B" (unidades)		Total (unidades)	
Outros*	221.661.453	20,39%	146.920	100,00%	219.262.258	82,60%	441.070.631	32,61%

* Já deduzidas as 526 ações ON em poder dos Administradores (Diretores e Membros do Conselho de Administração).

2.3 - Total Geral:

Acionistas Em 31/03/2012	Ordinárias (unidades)		Pref. "A" (unidades)		Pref. "B" (unidades)		Total (unidades)	
Total Geral	**1.087.050.297**	**100,00%**	**146.920**	**100,00%**	**265.436.883**	**100,00%**	**1.352.634.100**	**100,00%**

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

3 – Evolução da participação dos Valores Mobiliários de emissão da Companhia detidos pelos grupos acionista Controlador, Administradores e Membros do Conselho Fiscal, conforme o artigo 4.2, item IV do Regulamento de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 1 da Bovespa.

3.1 – Acionista Controlador e Administradores (Eletrobras):

Acionistas Em 31/03/2011	Ordinárias (unidades)		Pref. "A" (unidades)		Pref. "B" (unidades)	
Controlador (União Federal)	871.899.617	80,21%	0	0,00%	46.713.105	
Conselho de Administração	517	0,00%	0	0,00%	0	
Diretores	1	0,00%	0	0,00%	0	
Conselho Fiscal	0	0,00%	0	0,00%	0	
Total	871.900.135	80,21%	0	0,00%	46.713.105	

3.2 - Ações em Circulação (Free Float):

Acionistas Em 31/03/2011	Ordinárias (unidades)		Pref. "A" (unidades)		Pref. "B" (unidades)		Total (unidades)	
Outros***	215.150.162*	19,79%	146.920	100,00%	218.723.778	82,40%	434.020.860	32,08%

*** Já deduzidas as 518 ações em poder dos Administradores (Diretores e Membros do Conselho de Administração).

3.3 - Total Geral:

Acionistas Em 31/03/2011	Ordinárias (unidades)		Pref. "A" (unidades)		Pref. "B" (unidades)		Total (unidades)	
Total Geral	**905.023.527**	**100,00%**	**146.920**	**100,00%**	**227.186.643**	**100,00%**	**1.132.357.090**	**100,00%**

Data base: 31/03/2011

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de
informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras (doravante denominada "Companhia" ou "Eletrobras"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2012, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período findo nessa data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 -Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações
intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 aplicável à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações
intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

Continuidade operacional das empresas
controladas do segmento de distribuição
e determinadas investidas

Chamamos a atenção para a Nota 14 às demonstrações financeiras, que descreve que as empresas controladas do segmento de distribuição têm apurado prejuízos repetitivos em suas operações e as distribuidoras Amazonas Energia e Ceal apresentaram excesso de passivos sobre ativos circulantes no encerramento do trimestre no montante de R$ 1.179.778 mil. A continuidade operacional dessas empresas depende da manutenção do suporte financeiro por parte da Controladora.

Conforme também descrito na Nota 14, a empresa coligada Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA apresentou excesso de passivos

sobre ativos circulantes no montante de R$ 1.401.000 mil no encerramento do trimestre e em 04 de maio de 2012 a empresa apresentou à CVM seu plano de recuperação judicial que ainda está pendente de aprovação de seus credores. Todos os créditos existentes contra a Investida até a data do ajuizamento do pedido, ainda que não vencidos estão sujeitos à recuperação judicial e serão pagos nos termos do plano de recuperação judicial a ser aprovado entre as partes, podendo ser ainda objeto de alteração de acordo com os termos apresentados. Adicionalmente, a empresa coligada Centrais Elétricas Matogressenses S.A. - CEMAT apresentou excesso de passivos sobre os ativos circulantes no montante de R$ 189.477 mil e pertencente ao mesmo grupo econômico da CELPA também está em negociação com seus credores para alongar o perfil de seu endividamento. A Companhia avaliou os ativos referentes aos empréstimos a receber e investimentos nas referidas empresas com base nos critérios e premissas descritos nas Notas 8 e 14, sendo que quando definidos os termos do plano de recuperação e os novos termos de negociação com os credores pode haver alteração nas bases de avaliação desses ativos.

As situações descritas suscitam dúvida substancial sobre a continuidade operacional destas empresas controladas e coligadas.

Nosso relatório de revisão não está ressalvado em função desses assuntos.

Outros assuntos

Demonstrações intermediárias
do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações intermediárias do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período findo em 31 de março de 2012, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas

IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram adequadamente elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 29 de maio de 2012.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" DF

Guilherme Naves Valle
Contador CRC 1MG070614/O-5 "S" DF

Motivos de Reapresentação

Versão	Descrição
2	Alteração no Comentário de desempenho